

LISBOA

Pelouro dos Direitos Humanos e Sociais

PLANO MUNICIPAL PARA A PESSOA EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO

2024-2030

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo

Coordenação Geral

Sofia Athayde
Vereadora da Câmara Municipal de Lisboa

Autores

Paulo Santos
Coordenador da Equipa de Projeto do Plano Municipal para Pessoa em Situação de Sem Abrigo

Dina Manso | EPPMPSSA | CML
Nádia Nogueira | EPPMPSSA | CML
Raquel Coelho | EPPMPSSA | CML

Contributos

Isabel Batista | Investigadora
José Lúcio | Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa

Produção

Elisabete Margarida Silva | EPPMPSSA | CML

Edição

Câmara Municipal de Lisboa

Data

28 de maio de 2024

AGRADECIMENTOS

A Câmara Municipal agradece a colaboração de todos os que contribuíram para a elaboração do novo Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2024-2030, em especial aos que estiveram envolvidos na dinamização dos momentos participativos que em muito enriqueceram este trabalho.

Beatriz Vieira

Fundação Aga Khan Portugal

Bruno Caldeira

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Elias Barreto

Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa

Etelvina Ferreira

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Irene Martins

Instituto da Segurança Social, I.P.

João Gama Marques

CHPL & Universidade de Lisboa - Faculdade de Medicina

Luís Porfírio

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Marta Silva

Largo Residências

Miguel Coelho

Psicólogo

Miguel Lamas

Pessoa Individual

Mónica Dias

Departamento para os Direitos Sociais | Câmara Municipal de Lisboa

Noémia Bandeira

Câmara Municipal de Lisboa

Raquel Gonçalves

Fundação Aga Khan Portugal

Sandra Neves

Instituto da Segurança Social, I.P.

Sérgio Oliveira

Fundação Aga Khan Portugal

ÍNDICE

Página

	NOTA DE ABERTURA	10
	INTRODUÇÃO	13
1	1 CAPÍTULO 1 - Enquadramento	15
	1.1 Europeu	15
	1.2 Nacional	19
	1.3 Lisboa	22
2	CAPÍTULO 2 - Caracterização do Fenómeno das PSSA em Lisboa	25
	2.1 O Conhecimento como Base Fundamentada da Intervenção	25
	2.2 Realidade das PSSA em Lisboa	27
	2.2.1 Dados Sociodemográficos	27
	2.2.2 Respostas Existentes	38
3	CAPÍTULO 3 - Avaliação do Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2019-2023	49
	3.1 Balanço Geral do PMPSSA 2019-2023	49
	3.2 Processo de Avaliação - Reflexão	68
4	CAPÍTULO 4 - Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2024-2030	70
	4.1 Metodologia de Construção	70
	4.1.1 Processo Participativo: Momentos e Intervenientes	70
	4.1.2 Processo Participativo: Síntese de Resultados e Desafios do Plano	76
	4.2 Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2024-2030	79
	4.2.1 Visão	79
	4.2.2 Missão	79
	4.2.3 Princípios	79
	4.2.4 Objetivos Estratégicos	80
	4.2.5 Eixos de Intervenção	80
	4.2.5.1 Eixo de Prevenção	81
	4.2.5.2 Eixo da Intervenção em Contexto de Rua	83
	4.2.5.3 Eixo do Alojamento	85

ÍNDICE

5

		Página
4.2.5.4	Eixo da Inserção Social	89
4.2.5.5	Eixo do Conhecimento e Comunicação	91
4.2.6	Modelo de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação	93
4.2.7	Modelo de Execução	95
4.2.8	Estimativa Orçamental e de Execução	95
CAPÍTULO 5 - Considerações Finais		97
GLOSSÁRIO		99

ÍNDICE

GRÁFICOS

		Página
Gráfico 1	Total de PSSA nas Condições de Sem Teto e Sem Casa	27
Gráfico 2	Distribuição das PSSA nas Condições de Sem Teto e Sem Casa ao longo dos Anos 2019, 2020, 2021 e 2022	28
Gráfico 3	Distribuição por Género das PSSA na Condição de Sem Teto	29
Gráfico 4	Distribuição por Grupo Etário das PSSA na Condição de Sem Teto	29
Gráfico 5	Distribuição por Estado Civil das PSSA na Condição de Sem Teto	30
Gráfico 6	Distribuição por Nacionalidade das PSSA na Condição de Sem Teto	30
Gráfico 7	Distribuição por Escolaridade das PSSA na Condição de Sem Teto	30
Gráfico 8	Distribuição por Tipo de Rendimento das PSSA na Condição de Sem Teto	31
Gráfico 9	Distribuição por Duração na Situação de Sem Teto	31
Gráfico10	Distribuição por Causas Identificadas das PSSA na Condição de Sem Teto	32
Gráfico11	Distribuição por Freguesias das PSSA na Condição de Sem Teto	33
Gráfico12	Distribuição por Género das PSSA na Condição de Sem Casa	34
Gráfico13	Distribuição por Grupo Etário das PSSA na Condição de Sem Casa	34
Gráfico14	Distribuição por Estado Civil das PSSA na Condição de Sem Casa	35
Gráfico15	Distribuição por Nacionalidade das PSSA na Condição de Sem Casa	35
Gráfico16	Distribuição por Escolaridade das PSSA na Condição de Sem Casa	35
Gráfico17	Distribuição por Tipo de Rendimento das PSSA na Condição de Sem Casa	36
Gráfico18	Distribuição por Duração na Situação de Sem Casa	36
Gráfico19	Distribuição por Causas Identificadas das PSSA na Condição de Sem Casa	37
Gráfico20	Estimativa Orçamental do PMPSSA 2024-2030	96
Gráfico21	Estimativa Orçamental por Eixo de Intervenção do PMPSSA 2024-2030	96

ÍNDICE

FIGURAS

Página

Figura 1	Equipa Técnica de Rua	38
Figura 2	Equipa Técnica de Rua de Saúde	40
Figura 3	Centro de Acolhimento do Beato	41
Figura 4	Unidade Integrativa	42
Figura 5	Unidade Integrativa	42
Figura 6	Residência Solidária de Lisboa	42
Figura 7	Centro de Alojamento Temporário Albergues Noturnos de Lisboa	43
Figura 8	Centro de Alojamento Temporário de Xabregas	43
Figura 9	CAEM de Santa Bárbara	44
Figura 10	Centro de Alojamento Temporário Abrigo da Graça	44
Figura 11	Apartamentos de Transição	45
Figura 12	Habitação Housing First	46
Figura 13	Emprego Primeiro - Porta Aberta	48
Figura 14	É Um Restaurante	48
Figura 15	Ficha de Sinalização	54
Figura 16	Equipas Técnicas de Rua	55
Figura 17	Infográfico	57
Figura 18	Mapas Temáticos	58
Figura 19	Artigo EUROCITIES	59
Figura 20	Housing First	60
Figura 21	Atividades COID	61
Figura 22	Atividades COID	61
Figura 23	Atividades COID	62
Figura 24	Emprego Primeiro - Porta Aberta	62

ÍNDICE

FIGURAS

Página

Figura 25	Centro de Acolhimento do Beato	63
Figura 26	Cartaz da Sessão de Informação e Sensibilização de Programas de Habitação	65
Figura 27	Centro de Alojamento de Emergência Municipal para a PSSA COVID 19	66
Figura 28	Momentos Participativos	70
Figura 29	Cartaz I Encontro PMPSSA 2019-2023	71
Figura 30	I Encontro PMPSSA 2019-2023	71
Figura 31	I Encontro PMPSSA 2019-2023	71
Figura 32	Cartaz II Encontro PMPSSA 2019-2023	71
Figura 33	II Encontro PMPSSA 2019-2023	72
Figura 34	II Encontro PMPSSA 2019-2023	72
Figura 35	Sessão de Trabalho e Reflexão da EMPMPSSA 2019-2023	72
Figura 36	Contributos do NPISA Lisboa para PMPSSA 2024-2030	73
Figura 37	Contributos das Juntas de Freguesia para PMPSSA 2024-2030	73
Figura 38	Formulário - Contributos para o PMPSSA 2024-2030	74



INDICE

TABELAS

		Página
Tabela 1	Apoio Local - Capacidade	41
Tabela 2	Respostas de Alojamento Coletivo - Vagas	45
Tabela 3	Programa Municipal - Housing First - Vagas	46
Tabela 4	Ocupação e Inserção - Capacidade	47
Tabela 5	Empregabilidade - Beneficiários	48
Tabela 6	Entidade Parceiras do PMPSSA 2019-2023	51
Tabela 7	Propostas de Ação para o Futuro PMPSSA 2024-2030	77
Tabela 8	Execução Física e Financeira PMPSSA 2024-2030 - Eixo de Prevenção	82
Tabela 9	Execução Física e Financeira PMPSSA 2024-2030 - Eixo da Intervenção em Contexto de Rua	84
Tabela 10	Execução Física e Financeira PMPSSA 2024-2030 - Eixo do Alojamento	88
Tabela 11	Execução Física e Financeira PMPSSA 2024-2030 - Eixo da Inserção Social	90
Tabela 12	Execução Física e Financeira PMPSSA 2024-2030 - Eixo do Conhecimento e Comunicação	92

FLUXOGRAMA

Fluxograma	Painel de Avaliação	94
------------	---------------------	----

MAPAS

Mapa 1	Mapa de Enquadramento Europeu	15
Mapa 2	Mapa de Enquadramento Nacional	19
Mapa 3	Mapa de Localização dos NPISA a nível Nacional	20
Mapa 4	Mapa de Enquadramento Municipal	22
Mapa 5	Delimitação Geográfica das ETR no Município de Lisboa	39

PLANTA

Planta	Projeto de Arquitetura do Centro de Acolhimento do Beato	64
--------	--	----

NOTA DE ABERTURA



A Vereadora
Sofia Athayde

A Cidade de Lisboa reconhece a enorme complexidade do desafio da erradicação da condição de sem abrigo. Com este Plano reitera o seu empenho e compromisso em contribuir para erradicar este fenómeno.

Sabemos que é incontornável a obrigatoriedade de uma intervenção multidisciplinar, integrada e concertada entre os órgãos da administração central, o município e as instituições locais. Só o trabalho conjunto e articulado de todos, pode cumprir o objetivo de apoiar, efetiva e eficazmente, e em tempo útil, a situação de quem ‘cai na rua’.

Este Plano irá integrar-se, necessariamente, na Estratégia Nacional que também se encontra em revisão neste momento. Cabe à Administração Central pensar estratégias e definir políticas nacionais que, numa perspetiva focada nas frentes da resposta e da prevenção, integrem as várias dimensões do problema. A saúde no geral e a saúde mental no particular, os comportamentos aditivos e a habitação, acrescidas nos tempos mais recentes, do fenómeno crescente da migração e das dificuldades geradas pelo aumento das taxas de juro, ultrapassam as competências municipais e tornam os desafios ainda mais exigentes, sendo desejável uma abordagem transversal.

É nesse sentido que a CML decide somar o seu esforço ao das entidades na dependência da Administração que têm essas competências em Lisboa, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Instituto da Segurança Social – Com efeito, a CML já assegura cerca de 1/3 do total das respostas de alojamento de toda a cidade.

Este compromisso renovado reflete-se, mais forte, no novo Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2024-2030.

Centrado na Pessoa, este plano procura responder à sua aspiração primeira que é a de procurar uma vida melhor e de poder vivê-la com dignidade.



Trata-se de partir da realidade concreta de cada pessoa e construir, com ela, uma resposta que não se esgote no assistencialismo e integre a capacitação e a autonomização que cada um precisa para cumprir seu projeto de vida. Esta realidade complexa é mais do que o problema de habitação e de tirar da rua as pessoas que a vida, por circunstâncias diversas, levou à condição de sem abrigo.

No concreto, este nosso compromisso está vertido neste novo Plano Municipal que propõe 7 anos de ação, para cumprir 23 objetivos, através de 89 medidas concretas, em 5 frentes de intervenção.

É um Plano, verdadeiramente, inovador e ambicioso.

Inovador, desde logo, na própria metodologia seguida – pela primeira vez, no desenho do PMPSSA, foram ouvidas mais de 300 Pessoas em Situação de Sem Abrigo que puderam, assim, participar efetivamente na definição das políticas municipais que afetam diretamente as suas vidas.

Inovador, também, na diversificação concertada da tipologia de respostas que propõe - muitas delas completamente novas, nunca antes experimentadas em Lisboa.

Ambicioso, desde logo, porque prevê aumentar o número de vagas de alojamento asseguradas pela CML, das atuais 1.050, para as 1.700. E, acima de tudo, porque propõe que este aumento substancial de respostas se corporize na requalificação e criação de novos modelos de equipamentos sociais coletivos que vão acolher, cada um, um conjunto menor de pessoas, oferecendo a cada Pessoa uma resposta mais digna, mais próxima e mais adequada ao seu projeto de vida. Em paralelo, o novo Plano preconiza que mais de metade das respostas da cidade sejam individuais ou partilhadas, de transição ou permanentes.

Uma palavra de reconhecimento para a Equipa de Projeto para as PSSA da CML, consagrada exclusivamente ao trabalho com estas pessoas, e para todos os parceiros que, em articulação com esta equipa, acompanham no terreno, e conhecem pelo nome, cada uma das pessoas nesta situação na nossa cidade. 365 dias por ano. Bem hajam pelo vosso trabalho único e tão importante para a cidade.

Este Plano vem dar corpo à convicção profunda que, nestes Novos Tempos, é nosso desígnio, nesta e em todas as matérias - acreditamos que todos juntos - encontrar forma de olhar para toda a pessoa humana como ser único e irrepetível, qualquer que seja a sua circunstância, e tomá-la, sempre, como centro da nossa ação. Porque TODOS SOMOS LISBOA.



”

(...)

Sei que seria possível construir a forma justa
de uma cidade humana que fosse
fiel à perfeição do universo
Por isso recomeço sem cessar
a partir da página em branco
e este é meu ofício de poeta
para a reconstrução do mundo "

Sophia de Mello Breyner Andresen
"O Nome das Coisas"
1977

INTRODUÇÃO

O Plano Municipal para Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2024-2030 (PMPSSA 2024-2030) encontra-se desenhado no presente documento, organizado em diferentes capítulos, destacando-se o Enquadramento do fenómeno ao nível europeu, nacional e local, a Caracterização do fenómeno na cidade de Lisboa, a Avaliação do Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2019-2023 (PMPSSA 2019-2023) e o PMPSSA 2024-2030 e respetiva metodologia de construção.

O presente Plano consolida a intervenção que o Município de Lisboa tem realizado ao longo dos últimos anos na área de intervenção relacionada com as pessoas em situação de sem abrigo (PSSA) e encontra-se estruturado em 5 Eixos, 23 Objetivos e 89 Medidas, diretamente relacionados com a necessidade de dar resposta às PSSA.

Neste Plano destaca-se a abordagem ao nível da prevenção, no que diz respeito às políticas e medidas que a Autarquia investe para, por um lado, evitar que novas pessoas fiquem nesta situação, por outro, evitar as reincidências após a saída da situação de sem abrigo. De igual modo, importa salientar o investimento na qualificação, na diversificação, na especialização e no aumento das respostas de alojamento com uma aposta progressiva numa abordagem housing led, o reforço da intervenção em contexto de rua nas suas diferentes dimensões, bem como a aposta na autonomização através do acesso à formação profissional e/ou emprego.

A construção do PMPSSA 2024-2030 assenta num processo participativo que contou com o envolvimento de cerca de 500 pessoas, incluindo aquelas que diretamente se encontram nesta situação, e 36 entidades, que contribuíram com o seu conhecimento e com a sua experiência, assim como participaram nas diversas atividades destinadas a orientar as políticas municipais. Este processo traduziu-se em 722 propostas de medidas concretas que foram consideradas no processo de construção do presente Plano.

Com a aprovação do PMPSSA 2024-2030 a Autarquia compromete-se a complementar a resposta social da cidade, consolidando a parceria com organizações especializadas da sociedade civil e outras com competência e responsabilidade na área de intervenção com as PSSA, expandindo os recursos e serviços destinados a estas pessoas e fortalecendo a orientação desses mesmos serviços para uma intervenção inclusiva, integrada e orientada para resultados, cada vez mais centrada na pessoa e apostando no processo de recuperação da plena autonomia pessoal.

Este Plano procura estar em linha com as definições políticas europeias, nacionais e locais nesta área de intervenção.

A Autarquia pretende que esta seja uma estratégia de cidade em que todos os atores (Administração Central, Administração Local, Organizações da Sociedade Civil, Entidades com competência e responsabilidade nesta área e Cidadãos) se sintam como atores centrais e parte integrante da intervenção.

CAPÍTULOS

1
ENQUADRAMENTO

2
CARACTERIZAÇÃO DO FENÓMENO DAS
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO
EM LISBOA

3
AVALIAÇÃO DO PLANO
MUNICIPAL PARA A PESSOA
EM SITUAÇÃO DE SEM
ABRIGO 2019-2023

4
PLANO MUNICIPAL
PARA A PESSOA EM SITUAÇÃO
DE SEM ABRIGO
2024-2030

5
CONSIDERAÇÕES FINAIS

CAPÍTULO 1

ENQUADRAMENTO

1.1 EUROPEU

A intervenção da União Europeia (UE) na situação de sem abrigo é o resultado de um longo percurso que reflete uma preocupação crescente com este fenómeno social. A investigação publicada em toda a UE descreve repetidamente as PSSA como tendo necessidades múltiplas e complexas que requerem uma abordagem política integrada, combinando prevenção e soluções de habitação estável com outros serviços de suporte socioeconómico e de saúde, que ajudem as pessoas a alcançar condições de vida estáveis e a evitar entrar ou retornar a uma situação de exclusão social e habitacional (Eurocities, 2023).

O relatório da European Federation of National Organizations Working with the Homeless (FEANTSA, 2021) “Investment in Affordable & Social Housing Solutions: Reaching the “Locked Out” in Europe” estima que pelo menos 700.000 pessoas já experimentaram a condição de sem teto, pelo menos, uma noite na UE. Verificou-se um aumento do número até 70% na última década, sendo provável que este número se agrave como consequência do impacto a longo prazo da crise provocada pela pandemia causada pela doença COVID-19, pelo aumento acentuado do custo de vida e pela crise de habitação.

O relatório de 2019 da European Social Policy Network (ESPN, 2019) observou que, em 24 dos 28 países da UE, os especialistas relataram aumentos substanciais no número de PSSA durante a última década (até +389% na Letónia). A Finlândia era, à data, o único país a registar uma diminuição significativa, enquanto Portugal atingia uma estabilização dos seus números, e a Croácia e a Polónia mostravam padrões mistos. O relatório conclui que o número de PSSA está a aumentar na UE e que o perfil das pessoas afetadas está a alargar-se.

A FEANTSA (2021) identifica que migrantes, jovens, mulheres e crianças estão cada vez mais representadas entre a população sem-abrigo em diferentes países.

O mesmo relatório refere, também, que a Europa enfrenta uma crise na habitação, que afeta desigualmente pessoas com diferentes recursos económicos, sendo que os agregados familiares que se encontram em situação de pobreza apresentam uma probabilidade oito vezes maior de serem sobrecarregados pelos custos da habitação do que os restantes. De acordo com o estudo realizado, os custos da habitação para os inquilinos em situação de pobreza aumentaram, na generalidade dos países da UE, entre 2008 e 2018. O relatório conclui que uma parte significativa da população da UE tem dificuldade em aceder a uma habitação condigna a preços acessíveis, sendo o problema particularmente grave para as pessoas afetadas pela pobreza e exclusão social (FEANTSA, 2021).

No que respeita à prevenção, uma sólida base de dados demonstra que alguns grupos correm um risco elevado de ficarem na situação de sem abrigo, nomeadamente pessoas em situação de pobreza, os migrantes, as vítimas de violência doméstica e as pessoas que passam por um processo de desinstitucionalização em entidades públicas, em especial o sistema judicial e o sistema de promoção e proteção de crianças e jovens, pelo que estes devem estar no centro dos esforços de prevenção a montante. A prevenção tem sido objeto de uma atenção insuficiente por parte das políticas e da investigação, devido à ênfase permanente nas respostas de emergência (Eurocities, 2023).

Embora a situação de sem abrigo e a exclusão habitacional descritas não sejam competências essenciais da UE, vários enquadramentos criam possibilidades de ação nestas matérias (FEANTSA, 2021; EU, 2021a):

- O Tratado da União Europeia, nas suas disposições relativas aos valores humanos e sociais, de prevenção da exclusão e da discriminação [(artigos 21.º (d) e 3.º (3))];
- A Carta dos Direitos Fundamentais da UE, no seu artigo 34.º, respeitante ao direito a uma assistência social e a uma ajuda à habitação destinadas a assegurar uma existência condigna;
- O Pilar Europeu dos Direitos Sociais, no seu princípio 19, relativo à habitação e à assistência para a população em situação de vulnerabilidade e em situação de sem abrigo;
- A Agenda para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em particular a Meta 1 relativa à pobreza e a Meta 11 relativa a cidades e comunidades sustentáveis, incluindo o acesso à habitação;
- O Compromisso Social do Porto, assinado a 7 de maio de 2023, no qual a Presidência Portuguesa do Conselho Europeu, a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, o parceiros sociais europeus e organizações da sociedade civil, assumiram o compromisso comum com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais para o desenvolvimento de políticas públicas que, ao nível adequado, reforcem a coesão social, a luta contra todas as formas de discriminação e a promoção da igualdade de oportunidades para todos, incluindo as PSSA;
- A Declaração do Porto, de 8 de maio de 2021, na qual os líderes europeus se comprometeram a reduzir as desigualdades sociais, a combater a pobreza e a exclusão social, e a enfrentar os riscos de exclusão de grupos sociais particularmente vulneráveis, incluindo as PSSA.

O contexto europeu atual apresenta desafios significativos no que diz respeito ao aumento do número de PSSA, sendo necessário adotar medidas concretas e integradas para enfrentar essa questão.

Na Declaração de Lisboa assinada, em junho de 2021, na conferência de Lisboa (co-organizada pela Presidência Portuguesa do Conselho da UE, a Comissão Europeia e a Federação Europeia das Organizações Nacionais que Trabalham com as PSSA) os ministros nacionais, bem como representantes das instituições da UE, organizações da sociedade civil, parceiros sociais e cidades, comprometeram-se a trabalhar em conjunto sob a égide da plataforma e a realizar ações no âmbito das respetivas competências.

Nesta Declaração foi assumido, por todos, o objetivo de trabalhar para acabar com a situação de sem abrigo até 2030, de forma a assegurar que (EU, 2021a):

1

Ninguém durma na rua por falta de alojamento de emergência acessível, seguro e adequado

3

Ninguém saia de uma instituição (por exemplo, prisão, hospital, serviço de saúde) sem uma oferta de alojamento adequada

5

Ninguém seja discriminado devido ao seu estatuto de PSSA

2

Ninguém viva em alojamentos de emergência ou de transição mais tempo do que o necessário para transitar para uma solução de habitação permanente

4

Os despejos sejam evitados sempre que possível e que ninguém seja vítima de despejo sem receber assistência para uma solução de habitação adequada, quando necessário

Na sequência da Declaração de Lisboa foi lançada a Plataforma Europeia de Luta contra a Situação de Sem Abrigo (Plataforma) como um instrumento do Plano de Ação do Princípio 19 do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, representando um marco importante na abordagem europeia ao fenómeno sem-abrigo, colocando-o, definitivamente, como uma prioridade na sua agenda social.

A criação da plataforma foi impulsionada pela compreensão de que o fenómeno sem-abrigo não pode ser resolvido isoladamente pelos Estados-Membros, mas exige uma ação conjunta e coordenada de todos os países do espaço europeu e de todos os intervenientes. A Plataforma tem como base uma abordagem multidimensional, que abrange não apenas a assistência imediata às PSSA, mas também a identificação e o combate às suas causas. Compreende, ainda, que o fenómeno sem-abrigo é resultado de uma combinação complexa de fatores, nomeadamente o aumento dos custos da habitação, a oferta insuficiente de habitação social ou de assistência à habitação, os baixos rendimentos e empregos precários, a perda de emprego, o envelhecimento e a desagregação familiar, a discriminação, os problemas de saúde e a preparação insuficiente para a saída de ambientes institucionais (EU, 2021a; Eurocities, 2023).

Neste sentido, a Plataforma procura desenvolver e implementar estratégias integradas que abordem esses fatores e promovam soluções sustentáveis para a reintegração das PSSA na sociedade (Eurocities, 2023), tendo como objetivo principal promover a cooperação e o intercâmbio entre os Estados-Membros, organizações não governamentais e outros atores relevantes, fortalecendo a sua capacidade de resposta, por meio da partilha de conhecimentos, boas práticas e recursos, procurando desenvolver políticas e estratégias comuns, baseadas em evidências científicas, para prevenir e intervir eficazmente no fenómeno (Eurocities, 2023).

O programa de trabalho da Plataforma foi formalmente adotado durante a Conferência Ministerial sobre o combate ao fenómeno sem-abrigo, organizada pela Presidência Francesa do Conselho da UE a 28 de fevereiro de 2022, em Paris. O programa de trabalho articula-se em torno de três vertentes (Eurocities, 2023): recolha e análise de dados, atividades de aprendizagem mútua e acesso ao financiamento.

Na vertente de trabalho sobre o acesso ao financiamento, destaca-se o compromisso dos Estados-Membros para o investimento de uma parte importante do Fundo Social Europeu (European Social Fund Plus – ESF+) para apoiar a inclusão social e a redução da pobreza. O InvestEU também representa uma oportunidade para o apoio ao investimento em infraestruturas sociais, incluindo habitação social (Eurocities, 2023).

A intervenção da UE na situação de sem abrigo tem-se constituído assim, ao longo do tempo, como uma resposta progressiva e abrangente perante um problema social complexo em permanente mudança. A criação da Plataforma reflete e marca o compromisso da UE em promover a inclusão social, a solidariedade e a dignidade humana, reunindo esforços para enfrentar eficazmente o fenómeno em toda a Europa.

1.2 NACIONAL

Em Portugal, foi definida a primeira Estratégia de âmbito nacional para a intervenção com as PSSA em 2009 (Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015). Atualmente, encontra-se em vigência a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 (ENIPSSA 2017-2023), que foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, de 25 de julho, na sua redação atual da Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2020, de 21 de janeiro e prorrogada até 31 de dezembro de 2024 através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2024, de 5 de janeiro.

A ENIPSSA assenta numa visão de “abordagem estratégica e holística de prevenção e intervenção, centrada nas pessoas, para que ninguém tenha de permanecer na rua por falta de respostas alternativas”, definindo como modelo de intervenção “a centralidade da pessoa como um todo e no seu contexto de vida, que se pretende integrado e integral e visa a prevenção de novas situações, um acompanhamento de proximidade, e assenta numa premissa de qualificação e rentabilização de recursos humanos e financeiros, nomeadamente para evitar a duplicação de respostas”. (www.enipssa.pt/enipssa).

Mapa 2: Mapa de Enquadramento Nacional - Fonte: PISZ

Paralelamente, foi redefinido e adotado o conceito “sem-abrigo” para “pessoa em situação de sem abrigo”, na medida em que se pretende que a tónica da problemática não esteja assente como uma condição na vida da pessoa, mas sim como uma situação transitória. Deste modo, a ENIPSSA 2017-2023 considerou, em termos conceptuais, PSSA aquela que, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre:

SEM TETO

Vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou paradeiro em local precário

1 ESPAÇO PÚBLICO

Espaços de utilização pública como jardins | estações de metro/camionagem | paragens de autocarro | estacionamento | passeios | viadutos | pontes | outros

2 ABRIGO DE EMERGÊNCIA

Qualquer equipamento que acolha, de imediato, gratuitamente e por períodos de curta duração, pessoas que não tenham acesso a outro local de pernoita

3 LOCAL PRECÁRIO

Local que, devido às condições em que se encontra permita uma utilização pública, tais como: carros abandonados | vãos de escada | entradas de prédios | fábricas e prédios abandonados | casas abandonadas | outros

SEM CASA

Encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito, ou seja, equipamento que acolhe pessoas que não tenham acesso a um alojamento permanente e que promova a sua inserção

A ENIPSSA 2017-2023 define os seus órgãos e estruturas - a Comissão Interministerial, a Comissão Consultiva, o Grupo para a Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (GIMAE), o Núcleo Executivo e os Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA). O Gestor Executivo é responsável pela gestão da ENIPSSA 2017-2023, coordena o GIMAE e o Núcleo Executivo do GIMAE, assegurando também a articulação entre os diversos órgãos e estruturas da Estratégia (Resolução Conselho de Ministros n.º 2/2020).

A criação dos NPISA, ao nível local, está intimamente associada ao impacto do fenómeno em cada um dos territórios e são constituídos no âmbito dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS). Os NPISA têm a seu cargo o Planeamento: monitorização, planificação e relatórios das atividades, mobilização e identificação de recursos e necessidades e a Intervenção: promoção e articulação entre as entidades que os constituem monitorização dos processos, promoção de ações de sensibilização e assegurar, implementação e monitorização da ENIPSSA 2017-2023.

No país estão, atualmente, em funcionamento 35 NPISA que se localizam, na sua maioria, no litoral e grandes centros urbanos.

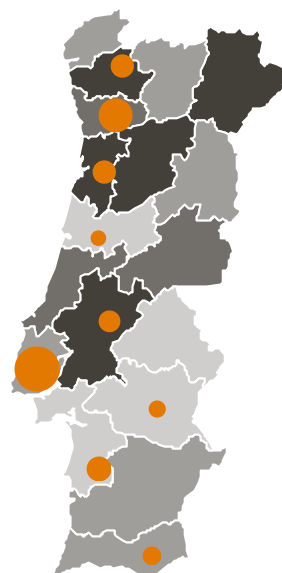
Barcelos, Braga, Gondomar, Guimarães,
Matosinhos, Porto, São João da Madeira, Viana
do Castelo, Gaia

Aveiro, Coimbra, Espinho, Figueira da Foz, Leiria

Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, **LISBOA**,
Loures, Odivelas, Oeiras, Santarém, Seixal,
Setúbal

Évora, Beja

Albufeira, Faro, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão,
Tavira, Vila Real de Santo António.



Mapa 3: Mapa de Localização dos NPISA a nível Nacional
Fonte - Aplicação PREZI

O NPISA Lisboa foi criado em 2015, resultante de uma estratégia da Rede Social de Lisboa, mais concretamente da Plataforma para a Pessoa Sem-Abrigo. A liderança do NPISA Lisboa é assumida por uma estrutura tripartida, à semelhança da Rede Social de Lisboa, composta pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa (SCML) e o Centro Distrital de Lisboa do Instituto da Segurança Social (ISS, I.P.). A CML assume a coordenação do NPISA Lisboa.

No que diz respeito às competências no domínio da ação social importa salientar que, desde 2020, com o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, alterado pelos Decretos-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro e n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro, concretizou-se a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social.

1.3 LISBOA

A intervenção da CML, com o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas, parcerias e projetos junto de PSSA, remonta a várias décadas, com a crescente consciencialização da necessidade de abordar o fenómeno sem-abrigo como uma prioridade política e social. A criação de parcerias com organizações não governamentais, instituições de solidariedade social e outras entidades relevantes tem sido parte de uma estratégia fundamental da CML para a prossecução dos seus objetivos e implementação de projetos, potenciando e ampliando a sua capacidade de ação.

Neste percurso, encontram-se alguns momentos que marcaram a mudança na estratégia de intervenção municipal nesta área, designadamente:

- Até 2015, a intervenção no território era efetuada já numa lógica de parceria com o terceiro setor. No entanto, os apoios que a Autarquia prestava eram baseados num modelo de submissão de candidaturas anuais, que não garantiam a continuidade dos projetos, trazendo constrangimentos às entidades que os geriam e consequentemente à intervenção realizada com as PSSA;
- Em 2015, a criação do NPISA Lisboa marcou um momento de mudança, mostrando-se essencial na reorganização e otimização da rede de recursos e na implementação do modelo de intervenção integrada de todos os agentes da cidade que trabalham direta ou indiretamente com a população sem-abrigo;
- Em 2016, a CML operacionalizou o seu 1.º Programa Municipal para a Pessoa Sem Abrigo 2016-2018, aprovado pela Deliberação n.º 629/2015, de 29 de outubro. Com a definição deste primeiro Programa, o Município começou a definir e a estruturar uma estratégia de cidade, a partir da qual a articulação com as entidades e o apoio financeiro para a execução de projetos passaram a ser implementados com base num documento municipal que os enquadra numa perspetiva de cidade;
- Posteriormente, e para dar continuidade ao trabalho implementado, surge o Plano Municipal Para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo definido com o horizonte temporal de 2019-2023, aprovado a 3 de março de 2020 pela Assembleia Municipal, conforme proposto pela Câmara Municipal de Lisboa na sua Deliberação n.º 926/CM/2019, de 19 de dezembro. Este Plano constitui-se como instrumento orientador da intervenção e do investimento do município, alinhado com a ENIPSSA 2017-2023, incidindo no território da cidade, articulando os recursos humanos, logísticos e financeiros da CML, do NPISA e dos diferentes parceiros;
- Com a aprovação do PMPSSA 2019-2023, foi também aprovada, através da Deliberação n.º 84/CM/2020, a constituição da Equipa de Projeto para a Implementação e Monitorização do Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo (EPPMPSSA) 2019-2023 com a missão de implementar, coordenar, acompanhar, dinamizar e monitorizar o PMPSSA 2019-2023.

O fenómeno na cidade de Lisboa evidencia uma população heterogénea com perfis diversos e em constante mudança, em consonância com o registado na maioria das cidades europeias, associando-se esta mudança progressiva de perfil, sobretudo, aos fenómenos migratórios.

Por outro lado, caracteriza-se por uma elevada mobilidade territorial o que dificulta o acompanhamento das pessoas, nomeadamente:

- A mobilidade dentro do território da Cidade;
- A migração das pessoas para Lisboa associada à atratividade, quer pela quantidade, quer pela qualidade das respostas e recursos existentes;
- A perceção de fluxo sazonal, provavelmente potenciado pelo turismo, com a afluência de jovens adultos, especialmente no período de verão;
- O fenómeno crescente da imigração não regulada de pessoas em condição de extrema vulnerabilidade social e económica.

O contexto da cidade de Lisboa distingue-se da realidade das restantes cidades do país, no que respeita à transferência de competências em matéria de ação social, uma vez que se mantiveram delegadas na SCML, uma instituição de direito privado e de utilidade pública administrativa, nos termos dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, e alterados pelos Decretos-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro e n.º 67/2015, de 29 de abril e pela Lei n.º 53/2018, de 20 de agosto. O ISS, I.P. mantém, ao nível nacional, a responsabilidade pela criação e financiamento de respostas de alojamento.

Não obstante a não existência de competências formais em matéria de ação social, o Município de Lisboa tem vindo a adotar medidas de proteção social para os seus habitantes, como por exemplo o Fundo de Emergência Social (apoio económico temporário para famílias ou indivíduos em crise), Programas de Habitação Municipal ou o Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo, complementares às das entidades com competência em matéria de ação social.

O NPISA Lisboa é a plataforma privilegiada para articulação das entidades com responsabilidade nesta matéria.

Atualmente, o NPISA Lisboa é constituído, para além da Comissão Tripartida, por trinta e dois parceiros do setor público e do terceiro setor, com intervenção em diversas áreas, incluindo Saúde, Justiça, Segurança, Direitos Sociais, Emprego, Ensino e Investigação (Anexo I).

O NPISA Lisboa, coordenado pela CML, encontra-se estruturado em 4 Eixos Estratégicos: Planeamento e Monitorização; Intervenção; Saúde e Prevenção e a sua ação decorre da elaboração de planos de ação bianuais, cuja execução depende da vasta e diversificada rede de parceiros, que estão organizados em diferentes grupos de trabalho: prevenção, alojamento, empregabilidade, saúde, equipas técnicas de rua, guia de recursos e distribuição alimentar.

Esta rede de parceria permite assegurar a execução de medidas como a monitorização do fenómeno na cidade, no âmbito da ENIPSSA 2017-2023, o funcionamento da Unidade de Atendimento para a Pessoa Sem-Abrigo (UAPSA), da responsabilidade da SCML, a criação de respostas articuladas e eficazes direcionadas para PSSA (Planos de Contingência para Vagas de Frio e Calor, Campanhas de Vacinação), a discussão e supervisão de casos, entre outras.

Em suma, a intervenção do Município de Lisboa com as PSSA ao longo dos tempos é o resultado de um compromisso político e social duradouro, numa realidade em constante transformação. Através de uma abordagem integrada, baseada em parcerias, centrada na pessoa e orientada para a dignidade humana, o Município tem procurado enfrentar os desafios dos seus habitantes em situação de sem abrigo, desenvolvendo políticas e programas que visam a inclusão social e a melhoria das suas condições de vida.

CAPITULO 2

CARACTERIZAÇÃO DO FENÓMENO DAS PSSA EM LISBOA

2.1 O CONHECIMENTO COMO BASE FUNDAMENTADA DA INTERVENÇÃO

Elaborado por Isabel Baptista, Investigadora

A adoção da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, em 2009, constituiu um momento fundacional único na adoção de uma abordagem estratégica ao fenómeno sem-abrigo. Desde logo ao estabelecer um conceito oficial de pessoa em situação de sem-abrigo – baseado na tipologia europeia ETHOS – que se viria a constituir como uma referência incontornável nos exercícios de monitorização e caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo, quer a nível nacional quer a nível local.

A operacionalização ao nível local das orientações da ENIPSSA – nomeadamente no que se refere a modelos de governação local (ex. NPISA) e princípios e metodologias de intervenção – veio potenciar uma abordagem territorializada, integrada e abrangente, envolvendo a diversidade e multiplicidade de respostas e de atores existentes no terreno.

Ora, o potencial de mudança introduzido por este processo gradual de operacionalização das orientações estratégicas da ENIPSSA ao nível local exige, desde logo, uma aposta consistente na produção e utilização do conhecimento sobre a realidade das pessoas em situação de sem-abrigo.

O exercício anual de monitorização do fenómeno, coordenado pelo Grupo para a Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia Nacional (GIMAE) tem permitido um progresso efetivo nos métodos de recolha de informação e na divulgação de dados estatísticos sobre o fenómeno sem-abrigo em Portugal. Simultaneamente, o carácter regular deste exercício de monitorização tem aumentado a visibilidade dos desafios que se colocam na recolha de informação por parte das organizações e estruturas de âmbito local e impulsionado uma maior integração de esforços com vista a melhorar o rigor e a consistência dos dados recolhidos.

O NPISA de Lisboa tem, de forma regular, contribuído ativamente para este exercício de âmbito nacional o que tem permitido uma monitorização do fenómeno na cidade de Lisboa. Também aqui, a colaboração dos parceiros do NPISA tem sido indispensável.

A dimensão do fenómeno na cidade de Lisboa e o número e diversidade de entidades que atuam no apoio à população em situação de sem-abrigo constitui seguramente um dos maiores desafios na organização e concretização desta recolha de informação realizada anualmente, nomeadamente no que se refere à necessidade de garantir a consistência dos dados e a sua “adesão” à realidade.

Este processo de monitorização da informação ao nível da cidade de Lisboa tem permitido dar resposta aos indicadores definidos pelo GIMAE/ENIPSSA e tem, seguramente, contribuído para uma maior integração de esforços entre os diferentes parceiros no sentido de melhorar o processo de recolha de informação.

Ultrapassados que estão alguns destes desafios, importa agora promover uma reflexão aprofundada sobre eventuais lacunas na informação recolhida e/ou na sua análise, sobre a efetiva apropriação deste conhecimento por parte dos diferentes atores e, não menos importante, sobre o impacto dos resultados obtidos com esta monitorização regular na (re)definição de medidas e políticas que contribuam para uma efetiva erradicação do fenómeno. Essa reflexão e análise exige, uma vez mais, o envolvimento e a participação ativa de todos os parceiros do NPISA.

A monitorização regular e continuada do fenómeno sem-abrigo permite um melhor conhecimento da realidade, a análise crítica dessa informação deve complementar esse esforço de recolha, mas tem sobretudo de contribuir de forma efetiva para um constante repensar da intervenção, nomeadamente para a definição de objetivos realistas e impulsionadores da ação, a curto, médio e longo prazo.

2.2 REALIDADE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO NA CIDADE DE LISBOA

2.2.1 DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

No âmbito da ENIPSSA 2017-2023, o GIMAE, através dos NPISA, aplica um inquérito por questionário a nível nacional, tendo como referência o dia 31 de dezembro de cada ano, com vista à caracterização das PSSA e à promoção do conhecimento do fenómeno associado. O Município de Lisboa tem desempenhado um papel ativo neste processo, consciente da importância que um conhecimento próximo e sistematizado da realidade tem no desenho da intervenção.

A monitorização do fenómeno, das PSSA, realizada na cidade de Lisboa é responsabilidade do NPISA Lisboa e conta anualmente com a colaboração imprescindível dos seus parceiros que possuem intervenção direta em contexto de rua e/ou que gerem respostas de alojamento, CML, ISS, I.P. e SCML.

Neste contexto, os dados oficiais, com retrato a 31 de dezembro de 2022, permitiram a contabilização de 3.138 PSSA na cidade de Lisboa, sendo que 394 na condição de sem teto e 2.744 na condição de sem casa.

3.138
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE
SEM ABRIGO



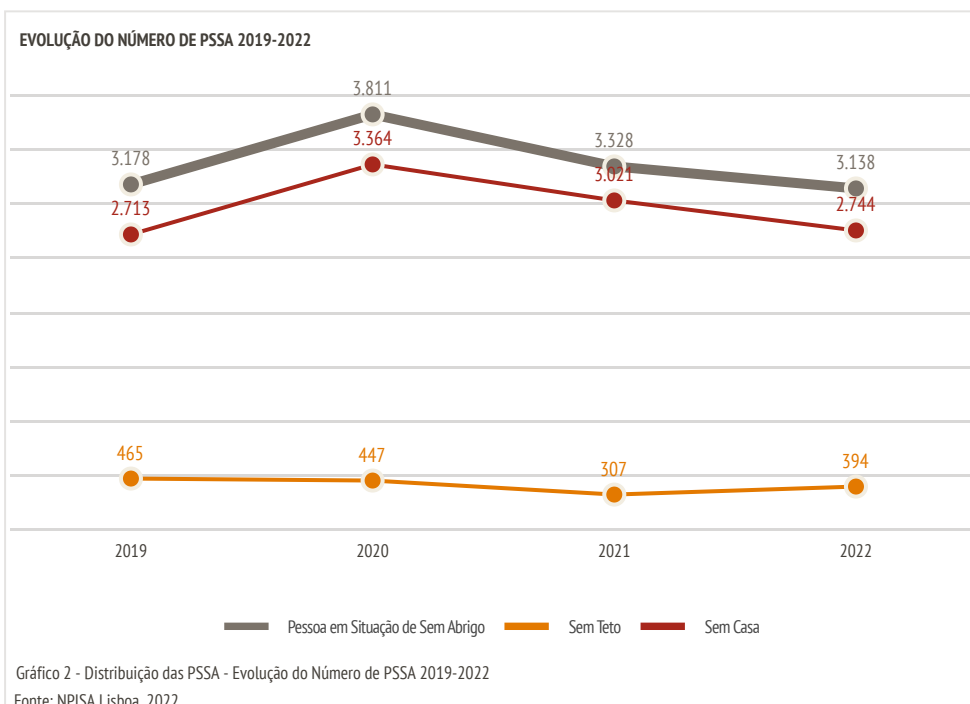
Gráfico 1 – Total de PSSA em Lisboa nas Condições de Sem Teto e Sem Casa.
Fonte: NPISA Lisboa, 2022

Comparando estes dados com os existentes ao nível nacional constata-se que:

- A nível nacional os dados apontam para 10.773 PSSA, destes, cerca de 29% (3.138) estão na cidade de Lisboa;
- Na condição de sem teto, a nível nacional, os dados apontam 5.975 PSSA, destes, cerca de 7% (394) estão na cidade de Lisboa;
- Na condição de sem casa, a nível nacional, os dados apontam para 4.798 PSSA, destes 57% (2.744) têm resposta de suporte habitacional na cidade de Lisboa.

A análise destes dados reforça a ideia da grande concentração de respostas de alojamento na cidade de Lisboa (quase $\frac{2}{3}$) e, naturalmente, da atratividade do concelho no que diz respeito à mobilidade de PSSA na procura de soluções e apoio social na Capital do País. Em sentido inverso, o número de PSSA sem teto na cidade representa apenas 7% do total nacional.

Face aos anos anteriores, é possível observar um aumento de PSSA na condição de sem teto associado em parte, aos fenómenos de migração, sendo possível constatar que cerca de 43% (173) são migrantes, muitos em situação de migração não regularizada, que chegam à cidade de Lisboa já em situação de extrema vulnerabilidade sem qualquer estrutura de suporte, resposta habitacional ou contrato de emprego e aos fatores de instabilidade económica e social derivada das sucessivas crises. Por outro lado, verificou-se um decréscimo das PSSA na condição de sem casa que, em parte, justifica-se com a redução significativa do número de requerentes de asilo.



No que diz respeito à caracterização socioeconómica e à caracterização da situação de sem abrigo, foram registados os elementos descritos nos gráficos seguintes relativamente às PSSA na condição de sem teto e às PSSA na condição de sem casa, que ajudam a aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno e consequentemente adequar os projetos e a intervenção.

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO NA CONDIÇÃO DE SEM TETO

Das 394 PSSA na condição de sem teto contabilizadas, 345 eram do género masculino e 49 do género feminino, não se verificando diferença relativamente à proporção de homens e mulheres face aos anos anteriores.

DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO DAS PSSA NA CONDIÇÃO DE SEM TETO

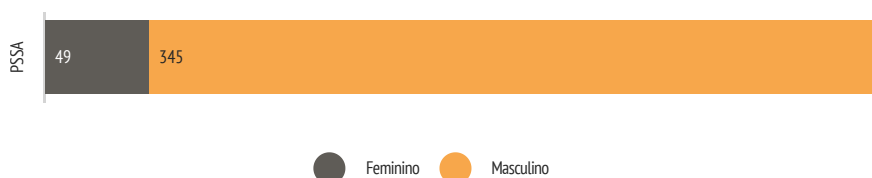


Gráfico 3 - Distribuição por Género das PSSA na Condição de Sem Teto
Fonte: NPISA Lisboa, 2022

Relativamente à idade, cerca de 42% das pessoas tinha idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos, estando distribuídas pelos seguintes escalões:

DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO ETÁRIO DAS PSSA NA CONDIÇÃO DE SEM TETO



Gráfico 4 - Distribuição por Grupo Etário das PSSA na Condição de Sem Teto
Fonte: NPISA Lisboa, 2012

No que concerne ao estado civil é possível verificar que a grande maioria (80%) era solteiro ou divorciado/separado.

DISTRIBUIÇÃO POR ESTADO CIVIL DAS PSSA NA CONDIÇÃO DE SEM TETO

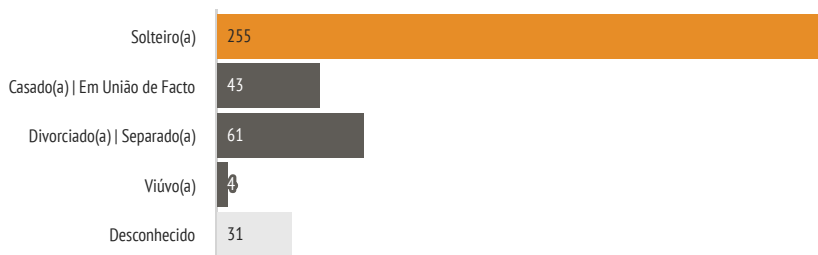


Gráfico 5- Distribuição por Estado Civil das PSSA na Condição de Sem Teto

Fonte: NPISA Lisboa, 2022

DISTRIBUIÇÃO POR NACIONALIDADE DAS PSSA NA CONDIÇÃO DE SEM TETO

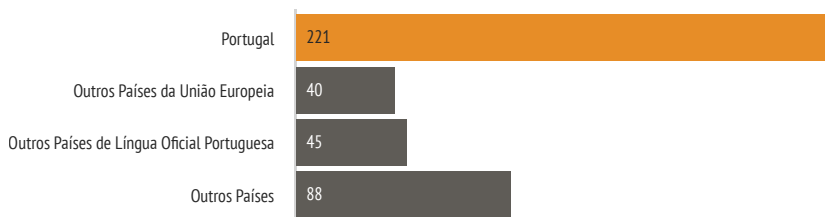


Gráfico 6 - Distribuição por Nacionalidade das PSSA na Condição de Sem Teto

Fonte: NPISA Lisboa, 2022

No que respeita ao nível de ensino, constatou-se que 15 pessoas não tinham qualquer nível completo de escolaridade, 183 possuíam algum ciclo do ensino básico concluído, 42 concluíram o ensino secundário e 10 o ensino superior. De salientar que não foi possível identificar o nível de ensino de 144 pessoas, como é possível observar no gráfico seguinte.

DISTRIBUIÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE DAS PSSA NA CONDIÇÃO DE SEM TETO

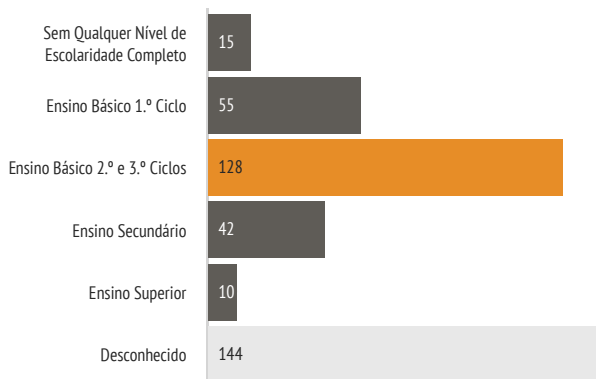


Gráfico 7- Distribuição por Nível de Escolaridade das PSSA na Condição de Sem Teto

Fonte: NPISA Lisboa, 2022

Analisando o tipo de rendimento, importa salientar que uma pessoa pode acumular mais do que um tipo de rendimento, tendo sido possível identificar que o mais frequente era não possuir qualquer rendimento (32%) ou existir uma fonte de rendimento desconhecida (16%).

DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE RENDIMENTO DAS PSSA NA CONDIÇÃO DE SEM TETO

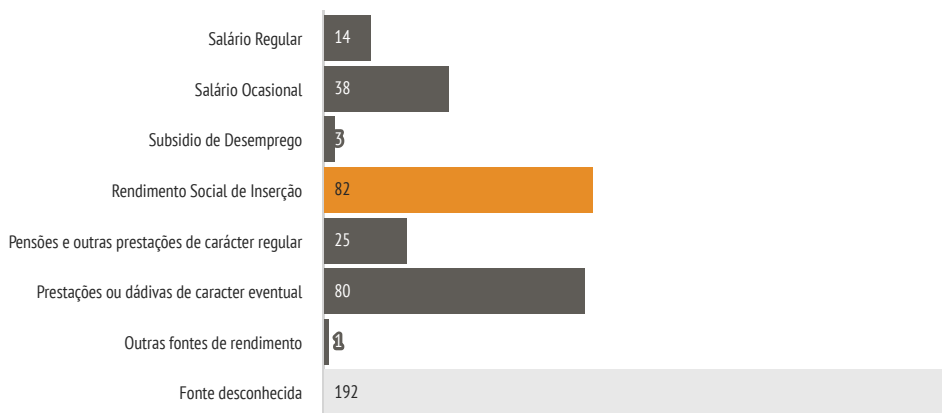


Gráfico 8- Distribuição por Tipo de Rendimento das PSSA na Condição de Sem Teto
Fonte: NPISA Lisboa, 2022

Na caracterização da situação de sem abrigo, foram contemplados os indicadores relativos à duração e às causas identificadas. Em relação ao tempo na situação de sem abrigo é possível verificar que cerca de 40% das pessoas encontrava-se nesta situação há menos de 1 ano e 37% entre 1 e 5 anos.

DISTRIBUIÇÃO POR DURAÇÃO NA SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO NA CONDIÇÃO DE SEM TETO

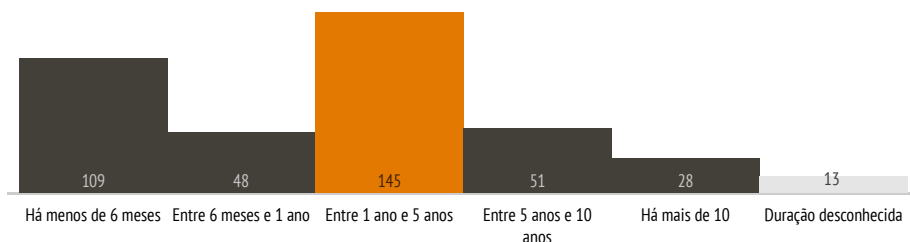


Gráfico 9- Distribuição por Duração na Situação de Sem Abrigo na condição de Sem Teto
Fonte: NPISA Lisboa, 2022

É importante salientar que os dados apresentados relativos às causas identificadas são cumulativos, ou seja, uma pessoa pode apresentar uma ou mais causas associadas à situação de sem abrigo. Nesta análise, destacam-se as causas associadas à dependência de álcool ou de outras substâncias psicoativas, à situação de imigração não regularizada, ao desemprego ou à precariedade no trabalho e a problemas de saúde mental.

DISTRIBUIÇÃO POR CAUSAS IDENTIFICADAS DAS PSSA NA CONDIÇÃO DE SEM TETO

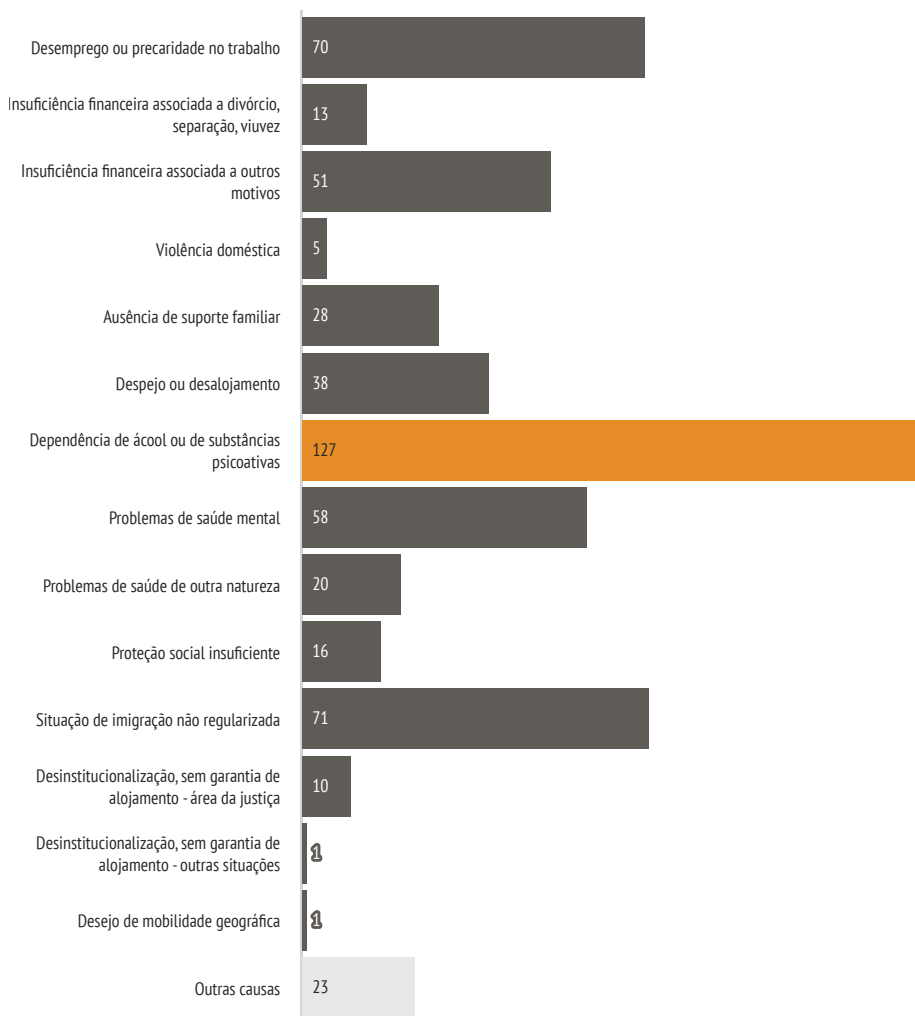
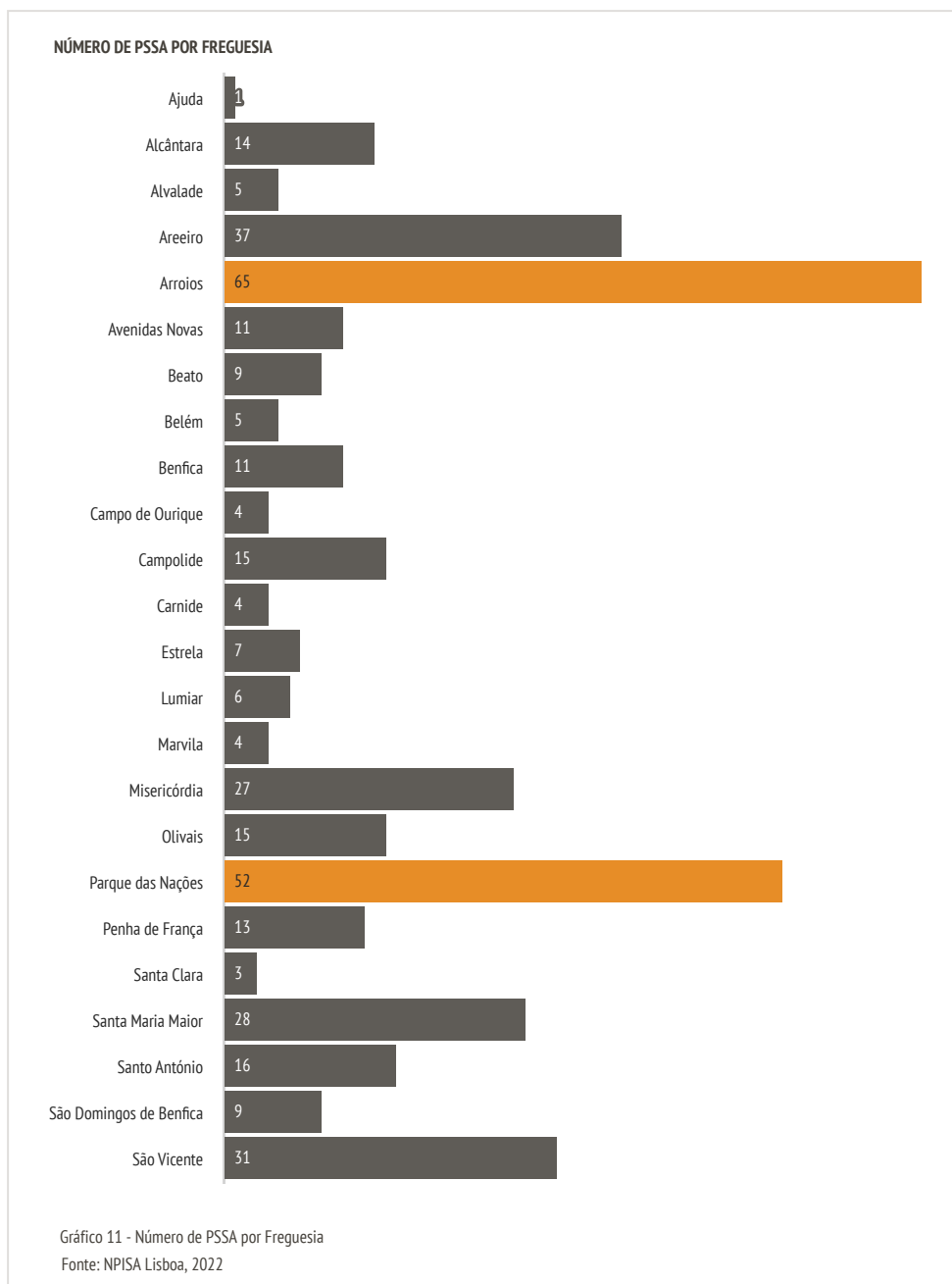


Gráfico 10- Distribuição por Causas Identificadas das PSSA na Condição de Sem Teto

Fonte: NPISA Lisboa, 2022

Relativamente ao local de pernoita, nomeadamente no que diz respeito à freguesia, é possível verificar que as que tinham maior concentração de PSSA na condição de sem teto eram Arroios (16%), Parque das Nações (13%) e Areeiro (9%).



PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO NA CONDIÇÃO DE SEM CASA

As 2.744 PSSA que se encontravam na condição de sem casa estavam distribuídas por centros de alojamento temporário, programa Housing First, apartamentos de transição, quartos e casas de familiares.

No que diz respeito à caracterização das pessoas contabilizadas na categoria de sem casa, 2.164 eram do género masculino e 580 eram do género feminino.

DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO DAS PSSA NA CONDIÇÃO DE SEM CASA



Gráfico 12- Distribuição por Género das PSSA na Condição de Sem Casa
Fonte: NPISA Lisboa, 2022

Relativamente à idade, cerca de 44% das pessoas tinham idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos, estando distribuídas pelos seguintes escalões etários.

DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO ETÁRIO DAS PSSA NA CONDIÇÃO DE SEM CASA



Gráfico 13- Distribuição por Grupo Etário das PSSA na Condição de Sem Casa
Fonte: NPISA Lisboa, 2022

No que concerne ao estado civil, é possível verificar que a grande maioria (74%) era solteiro.

DISTRIBUIÇÃO POR ESTADO CIVIL DAS PSSA NA CONDIÇÃO DE SEM CASA



Gráfico 14 - Distribuição por Estado Civil das PSSA na Condição de Sem Casa
Fonte: NPISA Lisboa, 2022

Na análise realizada, foi também tida em consideração a nacionalidade das PSSA na condição de sem casa e neste aspeto a maioria tinha nacionalidade Portuguesa (61%).

DISTRIBUIÇÃO POR NACIONALIDADE DAS PSSA NA CONDIÇÃO DE SEM CASA

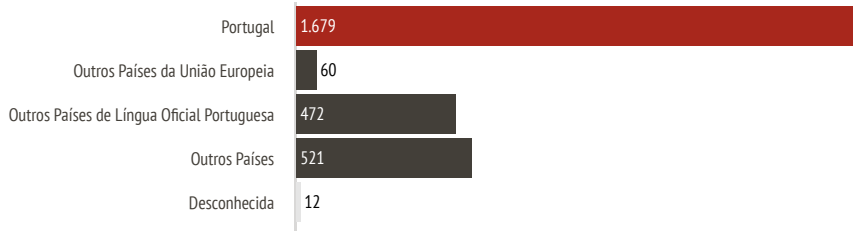


Gráfico 15 - Distribuição por Nacionalidade das PSSA na Condição de Sem Casa
Fonte: NPISA Lisboa, 2022

No que respeita ao nível de ensino, a maioria (42%) possuía o 2.º ou 3.º ciclo do ensino básico.

DISTRIBUIÇÃO POR NÍVEL DE ENSINO PSSA NA CONDIÇÃO DE SEM CASA

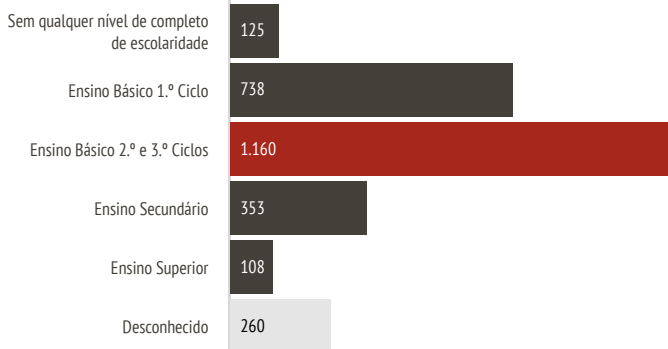


Gráfico 16 - Distribuição por Nível de Escolaridade das PSSA na Condição de Sem Casa
Fonte: NPISA Lisboa, 2022

No que concerne ao tipo de rendimento, este é um indicador cumulativo, tendo sido possível verificar que o rendimento mais prevalente era o rendimento social de inserção (30%) seguido da existência de salário ocasional (19%).

DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE RENDIMENTO DAS PSSA NA CONDIÇÃO DE SEM CASA

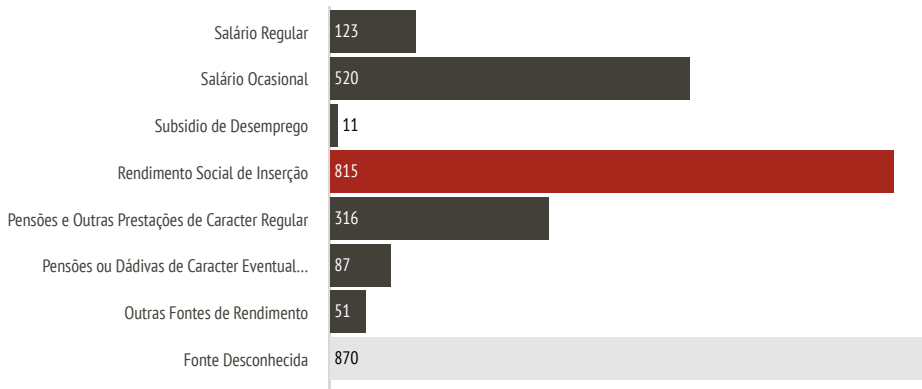


Gráfico 17- Distribuição por Tipo de Rendimento das PSSA na Condição de Sem Casa
Fonte: NPISA Lisboa, 2022

Foram contemplados os indicadores relativos à duração e às causas identificadas. Relativamente à duração, importa destacar que cerca de 35% se encontrava na situação de sem abrigo há menos de 1 ano e que 26% se encontrava há mais de 5 anos nesta condição.

DISTRIBUIÇÃO POR DURAÇÃO NA SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO NA CONDIÇÃO DE SEM CASA

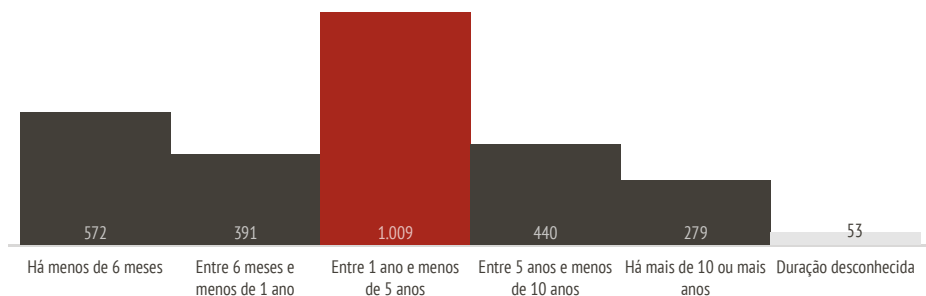


Gráfico 18 - Distribuição por Duração na Situação de Sem abrigo na Condição de Sem Casa
Fonte: NPISA Lisboa, 2022

É importante reforçar que, à semelhança da caracterização realizada para as PSSA na condição de sem teto, os dados apresentados relativos às causas identificadas são cumulativos, ou seja, uma pessoa podia apresentar uma ou mais causas que a conduziram a esta situação. Destacam-se as causas associadas à ausência de suporte familiar, ao desemprego ou à precariedade no trabalho, à dependência de álcool e de outras substâncias psicoativas e aos problemas de saúde mental.

DISTRIBUIÇÃO POR CAUSAS IDENTIFICADAS DAS PSSA NA CONDIÇÃO DE SEM CASA

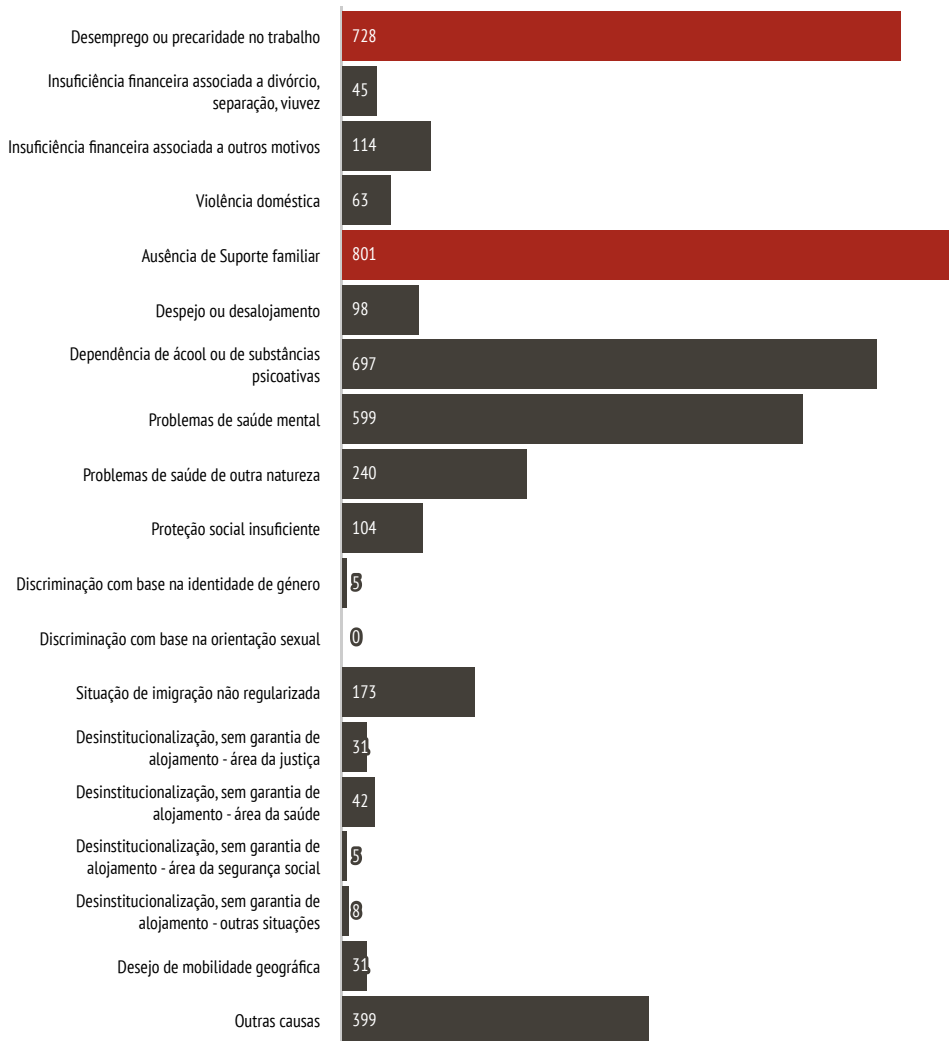


Gráfico 19- Distribuição por Causas Identificadas das PSSA na Condição de Sem Casa

Fonte: NPISA Lisboa, 2022

2.2.2 RESPOSTAS EXISTENTES

Para além da caracterização apresentada anteriormente, é importante, para que se perceba todo o contexto da Cidade de Lisboa nesta matéria, que se descrevam as respostas existentes no âmbito da intervenção em contexto de rua, do apoio local, do alojamento, da inserção e ocupação e da empregabilidade, ao abrigo do PMPSSA 2019-2023.

INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE RUA

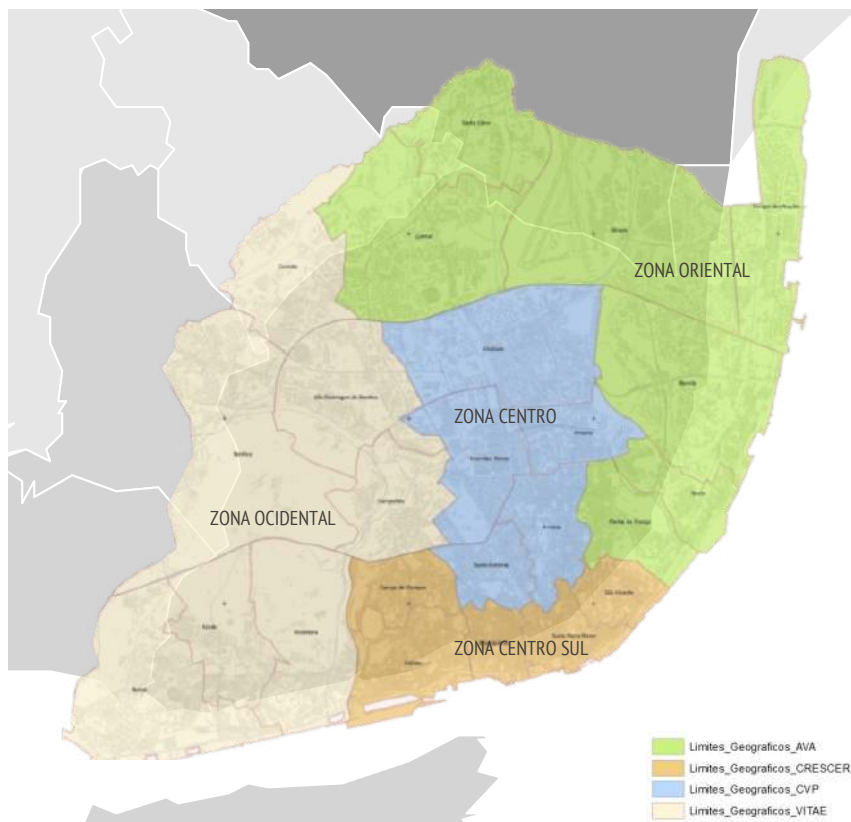


Figura 1: EPPMPSSA

Fonte: EPPMPSSA 2019-2023

No âmbito da intervenção em contexto de rua, existem 4 Equipas Técnicas de Rua (ETR) que cobrem toda a cidade de Lisboa, com o objetivo de acompanhar, no âmbito psicossocial, de forma próxima e contínua todas as PSSA na condição de sem teto, de modo a ligá-las aos serviços sociais, aos serviços de saúde e outros considerados necessários, bem como providenciar o encaminhamento para uma resposta de suporte habitacional adequada ao seu perfil e às suas necessidades.

As ETR estão divididas por 4 zonas da cidade de Lisboa - **Zona Oriental** (freguesias de Beato, Lumiar, Marvila, Olivais, Parque das Nações, Penha de França e Santa Clara), contratualizada com a Associação Vida Autónoma (AVA); **Zona Centro** (freguesias de Alvalade, Areeiro, Arroios, Avenidas Novas e Santo António), contratualizada com a Comunidade Vida e Paz (CVP); **Zona Centro Sul** (Campo de Ourique, Estrela, Misericórdia, Santa Maria Maior e São Vicente), contratualizada com a Crescer na Maior- Associação de Intervenção Comunitária (CRESCER) e **Zona Ocidental** (Ajuda, Alcântara, Belém, Benfica, Campolide, Carnide e São Domingos de Benfica), contratualizada com a VITAE - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional (VITAE).



Mapa 5: Delimitação Geográfica das ETR no Município de Lisboa

Fonte: Prezi | EPPMPSSA

De modo a complementar a intervenção realizada pelas ETR, existe uma ETR especializada na área da saúde, contratualizada com a Associação Médicos do Mundo (MdM), com cobertura da totalidade do território da cidade, durante 7 dias por semana, realizando diagnósticos e rastreios em saúde, cuidados médicos e de enfermagem, educação para a saúde, apoio medicamentoso, prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis, Redução de Riscos e Minimização de Danos e encaminhamento para outras respostas sociais e de saúde.



Figura 2 - Equipa Técnica de Rua de Saúde
Fonte: Médicos do Mundo

Ao nível da saúde mental está em vigor um protocolo com o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa (CHPL) que inclui a avaliação psiquiátrica de PSSA sinalizadas pelas ETR e outras respostas, em contexto de rua, Centro de Ocupação e Inserção Diurna (COID) e de alojamento. Este protocolo engloba, igualmente, formação e supervisão das diferentes Equipas que atuam no terreno, bem como o estudo e a investigação do fenómeno da patologia psiquiátrica da PSSA.

APOIO LOCAL

O Núcleo de Apoio Local de São Vicente

O Núcleo de Apoio Local de São Vicente é gerido pela Associação João 13, constituindo-se como um espaço que visa reforçar a transição e diminuição da distribuição alimentar em contexto de rua para locais condignos, contribuindo para a promoção do exercício da cidadania e que, ao longo do seu funcionamento, ampliou as suas valências. Funciona 7 dias por semana distribuindo jantares, disponibilizando os balneários para banhos, serviço de lavandaria e banco de roupa, alguns cuidados primários de saúde e acompanhamento psicossocial.

Considera-se que o desenvolvimento desta resposta constitui uma mais-valia para a população em situação de sem abrigo da zona em apreço, pois assegura o apoio alimentar efetivo em espaço condigno, com condições de higiene e salubridade, para além das outras valências complementares.

Apoio Local

CAPACIDADE

NAL + SÃO VICENTE

50
mínimo

Quadro 1 - Apoio Local - Capacidade

Fonte: EPPMPSSA 2019-2023

ALOJAMENTO

Respostas de Alojamento Coletivo

No âmbito do PMPSSA 2019-2023 foram abrangidas as respostas de alojamento coletivo, com um total de 577 vagas, com a seguinte distribuição:

Centro de Acolhimento do Beato

271 vagas

O Centro de Acolhimento do Beato resulta de um protocolo tripartido entre a CML, a VITAE e o ISS, I.P., sendo que a CML assume 20% do seu financiamento.

O Centro de Acolhimento do Beato, tendo por base o "Modelo do Gradualismo", funciona todos os dias do ano, desenvolvendo as seguintes respostas:



Figura 3: Centro de Acolhimento do Beato

Fonte: VITAE - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional.

- Centro de Alojamento Temporário a 24h, com capacidade para 78 PSSA;
- Comunidade de Inserção Masculina a 24h, com capacidade para 30 PSSA;
- Comunidade de Inserção Feminina a 24h, com capacidade para 18 PSSA;
- Centro de Alojamento Noturno com capacidade para 145 PSSA, que passou a funcionar 24h por dia, desde março de 2020, devido à situação de pandemia provocada pela doença Covid-19.

Unidade Integrativa

40 vagas

A Unidade Integrativa funciona em espaço municipal, sito na Quinta do Lavrado, atualmente gerida pela CVP, e tem como objetivo garantir um acolhimento de qualidade a 40 PSSA, incluindo casais e portadores de animais de estimação, com idade igual ou superior a 18 anos, tendo em conta a dignidade e integridade humanas e satisfazendo as condições mínimas de sobrevivência (alimentação, higiene pessoal, conforto e segurança).

A resposta de alojamento em causa possui uma equipa multidisciplinar que assegura o seu funcionamento em regime permanente, 24 horas por dia, 365 dias por ano, disponibilizando às PSSA um acompanhamento psicossocial e de saúde adequado à(s) problemática(s) e às necessidades biopsicossociais de cada pessoa e com base no Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).



Figura 4: Unidade Integrativa

Fonte: CVP - Comunidade Vida e Paz



Figura 5: Unidade Integrativa

Fonte: CVP - Comunidade Vida e Paz

Residência Solidária de Lisboa

25 vagas

A Residência Solidária é gerida pela AVA, funciona 24h por dia e 365 dias por ano, tem como objetivos proporcionar alojamento condigno a 25 PSSA com idade igual ou superior a 18 anos, reduzir a vulnerabilidade habitacional e social, promover a integração dos seus utentes na comunidade, fomentar a participação ativa dos residentes na recuperação das rotinas do dia-a-dia e no desenvolvimento do seu projeto de vida, estimular e reforçar as competências pessoais, sociais e profissionais de cada pessoa.

Os residentes têm um papel ativo no funcionamento e dinâmica da residência, estando a supervisão a cargo da equipa técnica.



Figura 6: Residência Solidária de Lisboa

Fonte: EPPMPSSA 2019-2023

Albergues Noturnos de Lisboa

15 vagas

O Centro de Alojamento, gerido pela Associação dos Albergues Noturnos de Lisboa (AANL), funciona todos os dias do ano em regime de alojamento noturno e, no âmbito do contratualizado com a CML, acolhe 15 PSSA, do género masculino.

Para além da satisfação das necessidades básicas promove apoio psicológico, atividades de formação/inserção ativa de emprego e também realização de atividades diárias, de cultura e lazer.

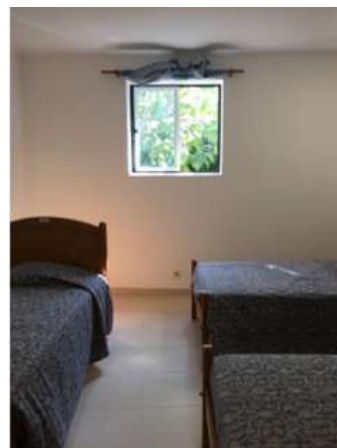


Figura 7: Centro de Alojamento Temporário da AANL
Fonte: AANL

Centro de Alojamento Temporário de Xabregas

75 vagas

O Centro de Alojamento Temporário de Xabregas, gerido pelo Centro Social do Exército de Salvação funciona todos os dias do ano, em regime de alojamento noturno, e tem capacidade para acolher 75 PSSA, 65 do género masculino e 10 do género feminino. A CML assume o financiamento parcial (até 50%) da resposta em causa, sendo o restante financiado pelo ISS, I.P.

Desde janeiro de 2020 possui a valência de COID, que procura reforçar e complementar a resposta do alojamento, com vista à reinserção das PSSA na sociedade.



Figura 8: Centro de Alojamento Temporário de Xabregas
Fonte: CML

Centro de Alojamento de Emergência Municipal de Santa Bárbara

128 vagas

O Centro de Alojamento de Emergência Municipal (CAEM) Santa Bárbara é uma resposta municipal, com gestão tripartida entre a CML, a VITAE e a Ares do Pinhal - Associação de Recuperação de Toxicodependentes que entrou em funcionamento a 15 de setembro de 2021. Esta resposta funciona 24h por dia, 365 dias por ano e tem capacidade para acolher um total de 128 pessoas, das quais, 17 do género feminino, 95 do género masculino e 8 casais. Acresce, ainda, o facto de poderem ser acolhidos os animais de estimação destas pessoas.

O acolhimento das PSSA consiste numa abordagem estratégica e holística de prevenção e intervenção, centrada nas que se encontram na condição de sem teto, quer as que vivem em espaços públicos, locais precários, ou que são desinstitucionalizadas de abrigos de emergência e/ou de alojamentos temporários sem que tenham sido ativadas com sucesso as medidas e apoios para garantir um lugar adequado para residir.

Esta resposta assume-se ainda com uma dimensão de “Integração Comunitária”, uma vez que reúne um conjunto alargado de áreas de intervenção – nomeadamente a satisfação das necessidades básicas, o acompanhamento na área social, o emprego, a formação profissional, a capacitação, o espaço de atividades diversas, a proteção jurídica, entre outras – no sentido de proporcionar e mobilizar um conjunto de entidades públicas e privadas para a intervenção integrada e consistente, por forma a garantir uma melhor qualidade do serviço. Realça-se a existência de uma resposta especializada na área da saúde, com especial enfoque nos comportamentos aditivos.



Figura 9: CAEM Santa Bárbara
Fonte: CML

Centro de Alojamento Temporário " Abrigo da Graça"

23 vagas

O Abrigo da Graça, gerido pela Fundação de Assistência Médica Internacional (AMI), funciona todos os dias do ano, em regime de alojamento noturno e tem capacidade para acolher 23 PSSA do género masculino, em fase de inserção socioprofissional.

Esta resposta tem como objetivo inserir as pessoas num quadro de respostas integradas, designadamente na área do Emprego e Formação Profissional, Cidadania, Saúde e Segurança Social, promovendo o encaminhamento para outras esferas de competência sempre que a situação o exigir.



Figura 10: Abrigo da Graça
Fonte: AMI - Fundação de Assistência Médica Internacional

RESPOSTAS DE ALOJAMENTO COLETIVO

VAGAS

CENTRO DE ACOlhIMENTO DO BEATO	271
UNIDADE INTEGRATIVA	40
RESIDÊNCIA SOLIDÁRIA DE LISBOA	25
CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO DOS ALBERGUES NOTURNOS	15
CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO DE XABREGAS	75
CENTRO DE ALOJAMENTO DE EMERGÊNCIA MUNICIPAL SANTA BÁRBARA	128
CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO "ABRIGO DA GRAÇA"	23

Quadro 2 - Respostas de Alojamento Coletivo - Vagas
Fonte: EPPMPSSA 2019-2023

Respostas de Alojamento de Transição

Apartamentos de Transição

12 vagas

Este projeto surgiu da necessidade de desenvolver respostas inovadoras e alternativas adequadas às características das PSSA, que por força das circunstâncias da conjuntura atual apresentam critérios diferenciados do conceito tradicional da PSSA.

Os Apartamentos de Transição são geridos pela Ares do Pinhal, funcionam 24h por dia, 365 dias por ano e estão localizados em património municipal disperso, são espaços residenciais de carácter temporário que promovem uma transição gradual e estruturada em regime semi-protégido para a inserção na vida ativa. Enquanto espaços estruturados, mas flexíveis de relação aberta com o exterior, promovem condições para o desenvolvimento e consolidação da autonomia dos residentes a nível pessoal, social e profissional.



Figura 11: Apartamentos de Transição
Fonte: Ares do Pinhal

Respostas de Alojamento de Carácter Permanente

Programa Municipal Housing First

400 vagas

O Programa Housing First para PSSA a viver em rua tem como objetivo proporcionar uma habitação individualizada e integrada na comunidade, disponibilizando apoio ao arrendamento e proporcionando um conjunto diversificado de serviços de suporte individualizados 24 horas por dia, 365 dias por ano, no contexto habitacional e na comunidade.

O Programa Housing First da cidade de Lisboa contempla, atualmente, o financiamento de 11 projetos Housing First, geridos pela AEIPS- Associação para o Estudo e Integração Psicossocial (4), Crescer na Maior - Associação de Intervenção Comunitária (4), GAT - Grupo de Ativistas em Tratamentos (1) e VITAE (2), num total de 400 habitações individuais dispersas pela cidade.



Figura 12: Habitação Housing First
Fonte: EPPMPSSA 2019-2023

PROGRAMA MUNICIPAL HOUSING FIRST	VAGAS	ENTIDADE GESTORA
HOUSING FIRST Dependências I	30	CRESCER
HOUSING FIRST Dependências II	50	CRESCER
HOUSING FIRST Saúde Mental I	50	AEIPS
HOUSING FIRST Saúde Mental II	50	AEIPS
HOUSING FIRST Outras Problemáticas I	40	AEIPS
HOUSING FIRST Outras Problemáticas I	40	CRESCER
HOUSING FIRST Outras Problemáticas I	40	GAT
HOUSING FIRST Outras Problemáticas I	40	VITAE
HOUSING FIRST Outras Problemáticas II	20	AEIPS
HOUSING FIRST Outras Problemáticas II	20	CRESCER
HOUSING FIRST Outras Problemáticas II	20	VITAE

Quadro 3- Programa Municipal Housing First
Fonte: EPPMPSSA 2019-2023

INSERÇÃO E OCUPAÇÃO

Centros de Ocupação e Inserção Diurna

Os COID têm como principais objetivos promover a capacitação das PSSA ao nível da aquisição e desenvolvimento de competências (pessoais, sociais e profissionais), garantir suporte psicológico e social contínuo e de forma individual, promover reuniões de grupo, articular com o gestor de caso da PSSA e desenvolver parcerias para prestação de novos serviços.

Cada COID desenvolve atividades diferentes e estruturadas de forma distinta que possibilitam encaminhamentos diversos, tais como: apoios sociais; estruturas de saúde; formações internas ou externas, encaminhamentos para mercado de trabalho e/ou estágios. No dia-a-dia, estes projetos promovem as competências pessoais e relacionais; procura ativa de emprego; atividades ocupacionais; workshops especializados e, nalguns casos, distribuição alimentar e acesso a balneário.

Atualmente, estão em funcionamento 4 COID na cidade de Lisboa geridos pelo Centro Social do Exército da Salvação, CVP, Orientar - Associação de Intervenção para a Mudança e STC - Serve the City Portugal.

OCUPAÇÃO E INSERÇÃO	CAPACIDADE
ESPAÇO ABERTO AO DIÁLOGO DA COMUNIDADE VIDA E PAZ (EAD - CVP)	25 mínimo
PROJETO ORIENTAR	25 mínimo
ACADEMIA DE MUDANÇA DA STC	25 mínimo
COID - EXÉRCITO DE SALVAÇÃO	25 mínimo

Quadro 4 - Centro de Ocupação e Inserção - Capacidade.

Fonte: EPPMPSSA 2019-2023

EMPREGABILIDADE

O Emprego Primeiro – Porta Aberta

Este projeto é uma agência de empregabilidade, gerida pela Crescer, que tem como principal objetivo a efetiva inserção socioprofissional de pessoas em situação de vulnerabilidade, como é o caso das PSSA, através de uma colocação direta em mercado de trabalho (empresas e organizações), a frequência de cursos de formação certificados ou de atividades formativas não certificadas e a participação em ações de pré-profissionalização.



Figura 13: Emprego Primeiro - Porta Aberta

Fonte: EPPMPSSA 2019-2023

É um Restaurante

O projeto “É um Restaurante” funciona em espaço municipal, gerido pela Crescer na Maior - Associação de Intervenção Comunitária e possui como objetivos gerais capacitar as PSSA e promover a sua formação profissional, contribuir para a sua integração no mercado de trabalho e promover a sua integração e inclusão na comunidade.



Figura 14: É um Restaurante

Fonte: CRESCER - Associação de Intervenção Comunitária

O referido projeto contempla 5 áreas de intervenção: percurso formativo em 3 fases (treino de competências pessoais e sociais, capacitação profissional e formação on the job); estágio profissional; acompanhamento técnico; construção de uma rede de parcerias e gestão do funcionamento do restaurante na sua dimensão empresarial.

EMPREGABILIDADE

BENEFICIÁRIOS

EMPREGO PRIMEIRO-PORTA ABERTA

150 mínimo

É UM RESTAURANTE

40 mínimo

Quadro 5 - Empregabilidade - Beneficiários

Fonte: EPPMPSSA 2019-2023

CAPITULO 3

AVALIAÇÃO DO PMPSSA 2019-2023

3.1 BALANÇO GERAL DO PMPSSA 2019-2023

A CML tem vindo, ao longo dos anos, a desempenhar um papel relevante na intervenção junto das PSSA. Para quem tem a responsabilidade de gestão da cidade, é um desafio de enorme importância, face ao qual não existem respostas unívocas nem soluções definitivas. O cenário urbano evidencia a multiplicidade de vivências e de dimensões complexas que caracterizam o fenómeno.

A experiência acumulada tem-se revelado fundamental no planeamento e desenho de uma estratégia municipal de intervenção integrada, tornando-se imperativo e prioritário para o Município reforçar o apoio social e combater a pobreza e a exclusão social, capitalizando, por um lado, a vasta rede de apoio social existente – tendo como objetivo principal promover o planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local e, por outro lado, contribuindo para a promoção da inserção da pessoa em situação de sem abrigo, ao criar e redimensionar respostas que assegurem uma intervenção integrada que possa vir a traduzir-se em mais qualidade de vida, de forma a prevenir o agravamento destas situações.

É na continuidade da intervenção e do investimento público, que se enquadra o PMPSSA 2019-2023, aprovado a 3 de março de 2020, em sede de Assembleia Municipal, conforme proposto pela CML na sua Deliberação n.º 926/CM/2019, de 19 de dezembro de 2019, publicada no 3.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1348, de 26 de dezembro de 2019. Este é um documento estratégico que teve em si vertidas as orientações e preocupações emanadas da Estratégia Nacional de Intervenção para as PSSA (ENIPSSA) 2017-2023 e tinha como missão assegurar que cada PSSA tem uma resposta adequada e centrada na sua situação, através da mobilização da rede de respostas multidimensional e interinstitucional, alicerçado na criação de novas respostas e no incremento exponencial das já existentes.

Importa referir que o PMPSSA 2019-2023 representou um aumento muito substancial dos meios e recursos disponibilizados a esta população e da sua qualificação, constituindo-se como um motor significativo para o desenvolvimento da ação junto das PSSA, nas suas diferentes dimensões (apoio em contexto de rua, saúde, alojamento, emprego e inclusão social).

É também de realçar que a priorização política desta área de intervenção e o investimento previsto exigiram que se equacionasse, no quadro da Orgânica dos Serviços do Município de Lisboa, a criação de uma equipa especializada. Assim, através da deliberação n.º 84/CM/2020, de 12 de março, foi criada a EPPMPSSA com a missão de implementar, coordenar, acompanhar, dinamizar e monitorizar a execução do PMPSSA 2019-2023 focando a sua ação na eficácia e eficiência da execução do mesmo.

Tratando-se de uma estratégia municipal prioritária para a cidade, o horizonte temporal de execução do PMPSSA 2019-2023 estendeu-se para além do mandato político à data, procurando por um lado garantir maior estabilidade na execução dos projetos previstos e, após as eleições autárquicas de 2021, consolidar o conhecimento, reflexão e decisão por parte do novo executivo no sentido de dar continuidade ao Plano Municipal em vigor, efetuando as devidas alterações/adaptações necessárias para fazer face às dinâmicas e desafios socio-económicos que constantemente surgiram e que são próprios das grandes cidades, nomeadamente a crise epidemiológica COVID-19 bem como a Guerra da Ucrânia que conduziu a uma reconfiguração da sociedade, ao nível das dinâmicas familiares, da educação e formação, do trabalho e das relações sociais.

Neste contexto, para além de ser exigida uma rápida adaptação dos objetivos e metas estipuladas no PMPSSA 2019-2023, impôs-se um esforço acrescido para a adaptação e modelo de funcionamento das respostas existentes e o desenvolvimento de novas respostas de forma a assegurar uma resposta social cabal às PSSA, durante o período da pandemia, nomeadamente, ao nível da prevenção da contaminação da doença, garantindo, simultaneamente, as necessidades básicas de muitas pessoas que se encontravam na rua, sem qualquer meio de subsistência, devido ao contexto de pandemia.

Em termos de estrutura, o PMPSSA 2019-2023 encontrava-se organizado em cinco eixos de intervenção: Sinalização, Emergência, Transição, Inserção/Autonomização e Prevenção, que se materializavam em 54 respostas e/ou projetos no terreno.

Relativamente ao acompanhamento destes projetos e/ou respostas, o Município de Lisboa contratualizou a gestão das respostas e/ou dos projetos com diferentes entidades, como Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou Organizações Não Governamentais (ONG). Assim, à data de dezembro de 2023, a EPPMPSSA acompanha projetos e/ou respostas, a saber:

- Eixo da Sinalização: 4 ETR | ETR especializada na área da Saúde | Protocolo com o CHPL;
- Eixo da Emergência: NAL São Vicente | CAEM Santa Bárbara | Centro de Acolhimento do Beato | Centro de Alojamento Temporário Albergues Noturnos de Lisboa | Unidade Integrativa | Residência Solidária de Lisboa;
- Eixo da Transição: Centro de Alojamento Temporário de Xabregas | Abrigo da Graça | Apartamentos de Transição | Programa Housing First (11 projetos) | 4 COID | Emprego-Primeiro - Porta Aberta.

Por sua vez, a implementação do Plano decorreu do envolvimento direto de 19 entidades parceiras, a saber:

ENTIDADES PARCEIRAS DO PLANO MUNICIPAL	
	ACA - Associação Conversa Amiga
	AEIPS - Associação Para o Estudo e Integração Psicossocial
	AMI - Fundação de Assistência Médica Internacional
	AANL - Associação dos Albergues Noturnos de Lisboa
	ARES DO PINHAL - Associação de Recuperação de Toxicodependentes
	ASSOCIAÇÃO BAIROS - Rede de Associações para o Desenvolvimento Local
	AVA - Associação Vida Autónoma
	CASA - Centro de Apoio ao Sem-Abrigo
	Centro Social do Exército de Salvação
	CHPL - Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa
	CRESCER na Maior - Associação de Intervenção Comunitária
	CVP - Comunidade Vida e Paz
	GAT - Grupo de Ativistas em Tratamentos
	Instituto da Segurança Social, I.P (Centro Distrital de Lisboa)
	JOÃO13 – Associação de Apoio e Serviços a Pessoas Carentiadas
	MdM- Associação Médicos do Mundo
	NPISA-Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo de Lisboa
	ORIENTAR - Associação de Intervenção para a Mudança
	SCML - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
	STC - Serve the City Portugal
	Universidade Nova - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
	VITAE - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional

Quadro 6 - Entidade Parceiras PMPSSA 2019-2023

Fonte: EPPMPSSA 2019-2023

O início do processo de implementação deste Plano teve três grandes ordens de preocupação:



A EPPMPSSA, consciente da importância da construção sólida da identidade de uma Equipa como alicerce fundamental para a intervenção, teve como grande objetivo possibilitar uma reflexão e construção coletiva com todas as entidades parceiras sendo uma bússola orientadora para a missão exigente a desenvolver na cidade a favor das PSSA.

Neste contexto, e em termos gerais, foi salvaguardado o devido acompanhamento, avaliação e monitorização dos projetos em curso, através da definição e estabilização de instrumentos de monitorização e avaliação, do estabelecimento de reuniões periódicas mensais, de visitas aos vários equipamentos/projetos, bem como do planeamento e participação em intervenções integradas junto de pessoas na condição de sem teto.

Este processo de acompanhamento permanente dos projetos que constituíam o Plano traduziu-se na aplicabilidade de determinados procedimentos e execução de projetos, alguns dos quais serão destacados e descritos em seguida.

CONSOLIDAÇÃO DE UMA EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA CML FOCADA NESTA ÁREA

A criação da EPPMPSSA representou o reconhecimento da importância que o combate a este fenómeno assumiu no Município de Lisboa, criando e dotando a equipa de recursos humanos e técnicos necessários a objetivos de trabalho, agora mais ambiciosos, de um acompanhamento mais próximo e rigoroso do investimento municipal nesta matéria, do aprofundamento da monitorização e do conhecimento científico necessários ao acompanhamento de um fenómeno em constante alteração, no contexto de uma cidade em crescimento e desenvolvimento exponenciais e de uma procura cada vez maior de partilha de conhecimentos, experiências e projetos à escala europeia.

A transdisciplinaridade dos elementos que constituem a EPPMPSSA foi essencial para garantir a boa execução do Plano Municipal e o devido acompanhamento de proximidade de cada um dos projetos.

REGULARIZAÇÃO FINANCEIRA

Um dos constrangimentos identificados estava relacionado com o período de tempo entre o término do período de vigência de um contrato-programa e a consequente renovação, o que poderia colocar em causa a execução da resposta e/ou projeto, sendo crucial salvaguardar a sua continuidade para que o apoio prestado às PSSA pelas entidades contratadas não sofresse interrupção.

Por outro lado, foi também identificada a necessidade de regularizar os prazos de pagamento, conforme estipulado nas tranches dos respetivos contratos-programa aprovados em reunião de CML.

Para dar resposta a estas fragilidades adotou-se um conjunto de procedimentos que permitiram melhorar a qualidade do trabalho desenvolvido, nomeadamente a definição do modelo de acompanhamento, avaliação e monitorização dos projetos e/ou respostas, assim como criação dos instrumentos de monitorização (grelhas de monitorização mensal, relatório de avaliação intermédia e relatório de avaliação final), alicerçados num correto planeamento financeiro, com o intuito de tornar todo o processo de relação contratual cada vez mais claro e objetivo para todos os intervenientes.

Houve também uma aposta no acompanhamento individualizado e de proximidade por parte dos técnicos da EPPMPSSA a cada um dos projetos que faziam parte do Plano Municipal. A conjugação destes fatores e o compromisso por parte das entidades em enviar atempadamente os elementos necessários com vista a correta avaliação e submissão de contratos programa permitiu encurtar significativamente estes timings, facto, devidamente reconhecido pelas entidades parceiras no âmbito de um inquérito de avaliação anónimo relativo ao desempenho da EPPMPSSA após o 1.º ano de funcionamento.

Os recursos humanos que constituem a atual equipa resultam de um processo de avaliação das necessidades imediatas e daquelas que foram surgindo ao longo destes 4 anos e que se tornaram como necessidades específicas para dar resposta a determinadas áreas de atuação desta unidade orgânica. A formação académica, profissional e pessoal de cada um dos elementos da equipa permitiu dar resposta, por exemplo, às necessidades descritas no ponto anterior mas também, ter uma visão holística do fenómeno e que se traduziu numa abordagem técnica mais consolidada perante um fenómeno complexo, dinâmico e associado a múltiplas dimensões sociais.

CRIAÇÃO DE UM SISTEMA DE SINALIZAÇÃO

A Autarquia depara-se, diariamente, com um elevado número de sinalizações e para tornar mais eficaz e eficiente a resposta a estas sinalizações, em julho de 2020, foi criada, no site da CML, uma ficha de sinalização que permite a qualquer cidadão/ã informar a Autarquia, de uma forma estruturada, a necessidade de intervir no acompanhamento de qualquer PSSA (<https://www.lisboa.pt/sinalizacao-pessoas-sem-abrigo>). Esta ferramenta permitiu não só centralizar, organizar e identificar a origem de todas as sinalizações que são efetuadas à Autarquia mas também reforçar, a monitorização do fenómeno em rua, a capacidade de resposta a sinalizações e o acompanhamento de proximidade junto das ETR, através da realização de reuniões regulares e discussão de casos.

Figura 15: Ficha de Sinalização para a PSSA

Fonte: CML

Este conjunto de procedimentos foi objeto de desenho de um fluxograma de atuação em articulação com o NPISA Lisboa.

REFORÇO DO TRABALHO EM REDE

Na intervenção em contexto de rua há ainda um caminho longo por percorrer e diversos obstáculos por ultrapassar, sendo imprescindível ter uma visão holística e estratégica da cidade e do fenómeno. A promoção efetiva de uma intervenção individualizada, integrada e articulada é fundamental e exige um compromisso de todos os intervenientes de forma a servir um plano de cidade, verdadeiramente, promotor da integração das PSSA.

Nesse sentido, no âmbito deste Plano foram reforçadas as ETR, aprofundado o trabalho em rede entre estas diferentes equipas para acompanhar a mobilidade das PSSA na cidade de Lisboa (e no país) e também com as Juntas de Freguesia (especialmente as que têm maior concentração de PSSA) que têm um papel determinante nesta matéria, pois conhecem a realidade e as dinâmicas do seu território com maior profundidade.

Foram, também, criados instrumentos de monitorização que permitem, mensalmente, acompanhar a evolução do fenómeno para atuar de uma forma mais célere e mais sustentada, planear e adaptar a intervenção na cidade.

A PSSA encontra-se num patamar de extrema vulnerabilidade. Na maior parte das vezes, estas pessoas encontram-se numa situação crónica, transportando consigo largos anos de vivência em rua, em condições de extrema pobreza. O trabalho desenvolvido neste contexto deve ser centrado no indivíduo e nas suas necessidades, respeitando o tempo individual de cada um, tendo como base uma relação de confiança. Contudo, trata-se de um trabalho, sem dúvida, difícil, exigente, complexo, moroso, requer dos/as técnicos/as envolvidos/as grande capacidade de resiliência, nem sempre se traduz em resultados visíveis, comporta em si uma enorme responsabilidade e a exigência de se encontrar respostas e estratégias palpáveis para, efetivamente, responder a este enorme problema e desafio da sociedade.



Figura 16: Equipas Técnicas de Rua

Fonte: EPPMPSSA 2019-2023

Confrontados com a necessidade constante de atuação perante situações complexas, em zona críticas da cidade, quer pelo elevado número de sinalizações e concentração de PSSA, quer pelas características do espaço urbano, e partindo dos pressupostos enumerados, a EPPMPSSA desafiou os parceiros ao desenvolvimento e implementação conjunta de ações de intervenção concertada e integrada em contexto de rua, envolvendo um conjunto específico de intervenientes, de acordo com a situação concreta: Juntas de Freguesia, ETR, SCML, PSP, Serviços Municipais competentes, nomeadamente, Departamento para os Direitos Sociais, Departamento de Higiene Urbana, Polícia Municipal – Policiamento Comunitário e de Proximidade, Habitação Municipal e Desenvolvimento Local e Espaços Verdes.

As referidas ações pressupõem uma avaliação diagnóstica prévia da situação em que a pessoa se encontra, de modo a que possam ser acionados os meios e os parceiros tidos como adequados e necessários. Muitas vezes, estes momentos configuram-se como oportunidades de intervenção com a/as PSSA, possibilitando o seu encaminhamento para respostas de emergência. Por outro lado, promovem a melhoria da comunicação, da articulação e da cooperação entre serviços e entre os serviços e os municípios.

Esta metodologia tem permitido aprofundar o conhecimento do território, ter uma visão e avaliação holísticas das situações em que as PSSA se encontram, estabelecer relações de proximidade entre instituições e entre estas e as PSSA, assim como melhorar e agilizar procedimentos.

CRIAÇÃO DE UMA BASE DE DADOS | MAPEAMENTO

A análise de dados constitui uma ferramenta de trabalho eficiente e importante contributo na tomada de decisões assertivas. A utilização desta ferramenta foi uma das apostas deste Plano numa perspetiva de complementar os recursos existentes e ajudar a orientar estratégias de atuação com foco no fenómeno da PSSA.

Uma estrutura de dados eficiente e uma metodologia de análise associada ao tema, possibilitam um desempenho mais eficaz e com informação fundamentada. Nesta base, a definição e análise de vários indicadores, por exemplo, a identificação e monitorização do número de PSSA na condição sem teto por zonas da Cidade, o tipo de ocupação em espaço público, as principais problemáticas associadas a quem pernoita em rua, o total de pessoas que integram alojamentos, entre outros, foram possíveis de extrair através das várias fontes de informação dos projetos que são abrangidos pelo Plano e, por sua vez, elaborar infográficos temáticos e mapas de diagnóstico construídos com base no cruzamento destes indicadores com a georreferenciação espacial que, por sua vez, permite melhor compreender as dinâmicas territoriais, comportamentos deste fenómeno complexo.



ANÁLISE FREGUESIA / MORADA

DEZEMBRO
2023

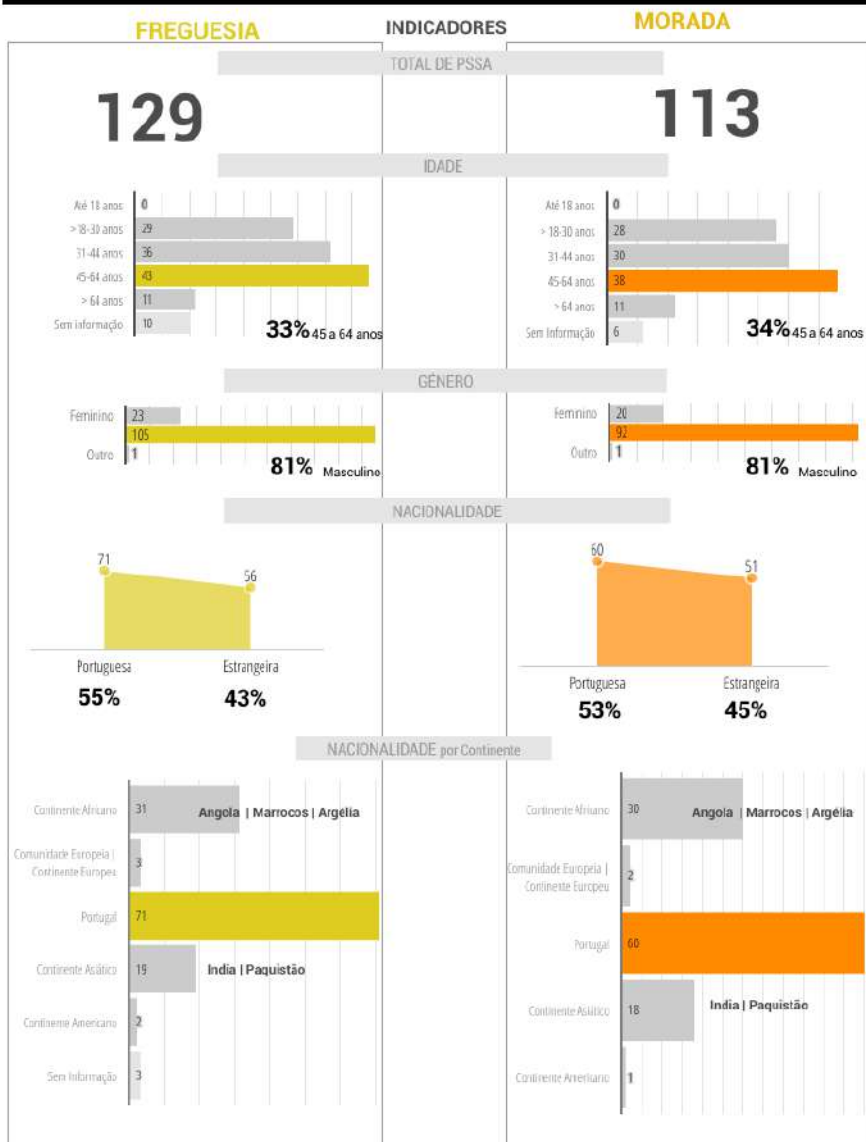


Figura 17: Infográfico

Fonte: EPPMPSSA 2019-2023

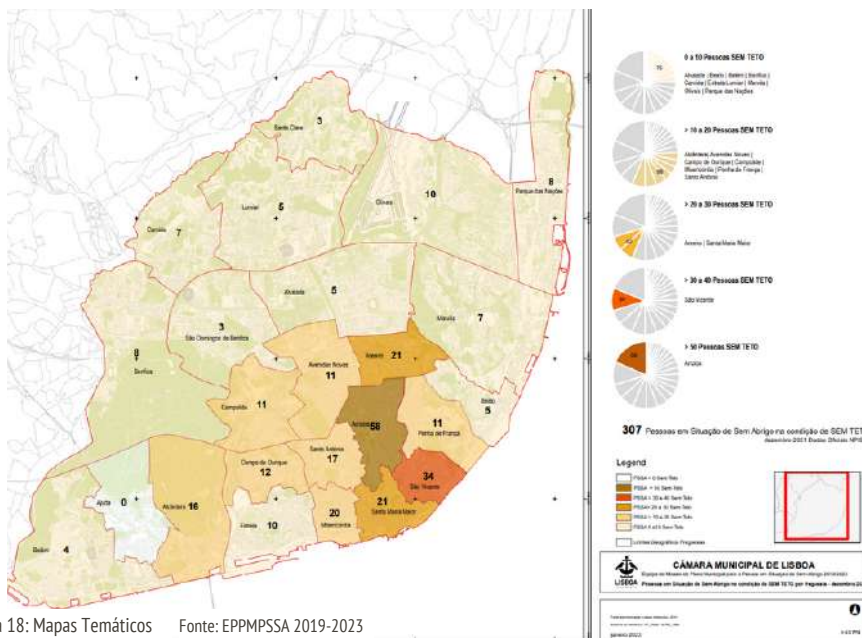
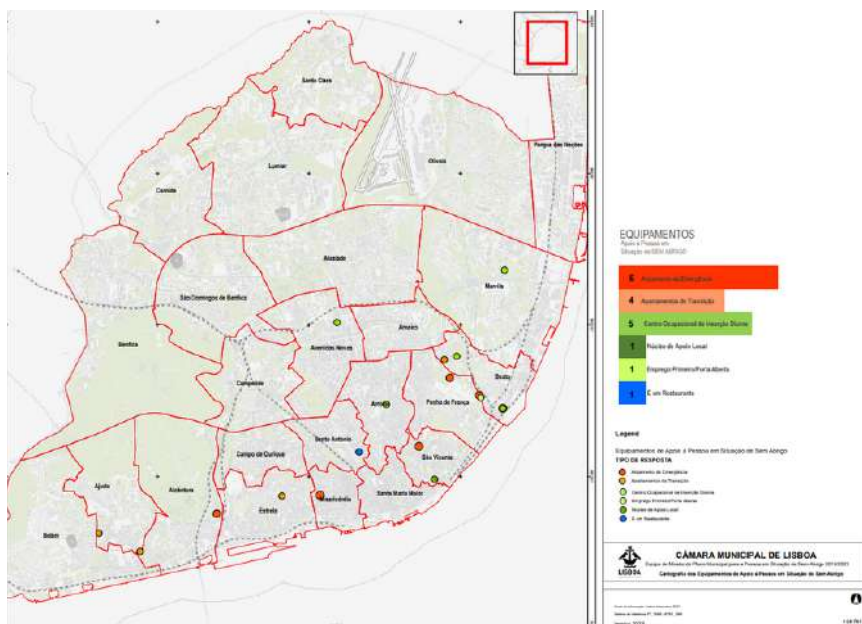


Figura 18: Mapas Temáticos Fonte: EPPMPSSA 2019-2023

O facto de, pela primeira vez, se ter iniciado a elaboração destes diversos Infográficos, Mapas Temáticos, juntamente com o processo de construção do Atlas Municipal para a PSSA, contribuíram para a adaptação e a definição de estratégias de atuação no terreno, devendo assim serem entendidos como instrumentos de suporte ao planeamento, nomeadamente ao próximo Plano Municipal.

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL EM CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL

No PMPSSA 2019-2023, existia o compromisso de identificar, implementar e divulgar boas práticas e metodologias inovadoras, nacionais e internacionais de intervenção com PSSA. Para tal, foi de extrema importância e relevância a participação da CML em congressos, seminários e projetos realizados em diferentes contextos.

Permitiu o desenvolvimento de trabalho numa base de troca de conhecimentos, ideias e experiências, promovendo a discussão e a reflexão sobre esta temática, bem como a identificação de estratégias que as diferentes cidades podem adotar para prevenir estas situações.

A participação na Rede Nacional de Housing First ou nos vários encontros promovidos pelo Município de Lisboa ou por outros municípios do país incluindo as regiões autónomas; a possibilidade de partilhar a experiência de Lisboa na Plataforma Europeia de Combate à Situação de Sem-Abrigo, na FEANTSA, EUROCITIES, Housing First Europe Hub; o envolvimento em projetos internacionais ERASMUS + “Person First” ou HOME-EU Consortium entre outras iniciativas desta natureza, assumiu enquadramento e relevância no âmbito do trabalho que tem sido realizado no âmbito do PMPSSA 2019-2023, com vista à melhoria contínua das respostas implementadas na cidade de Lisboa e na promoção do acesso a direitos fundamentais das PSSA. Tem, portanto, sido entendido uma mais-valia para o Município, bem como uma oportunidade de divulgação dos projetos e intervenção que aqui estão a ser implementados e que já são uma referência para diversas cidades portuguesas e também para vários países europeus.



Figura 18: Artigo EUROCITIES

Fonte: Final-report-Ending-youth-homelessness-in-cities.pdf (eurocities.eu)2019-2023

AUMENTO DAS RESPOSTAS DE SUPORTE HABITACIONAL

O PMPSSA 2019-2023 previa nos eixos da Emergência e da Transição um aumento do número de vagas de alojamento, resultante do reforço e reformulação das respostas já existentes, bem como da criação e diversificação de novas respostas individualizadas e coletivas, respondendo, desta forma, a um desafio maior que se impõe: retirar as pessoas da condição de sem teto para, posteriormente, poderem ser criadas e potenciadas as condições necessárias a uma (re)integração na sociedade.

Desta forma existiu um forte investimento na área do alojamento, perfazendo atualmente, mais de 1000 vagas na cidade de Lisboa financiadas pela Autarquia. Uma grande parte deste investimento é aplicado no Programa Housing First com 400 habitações contratualizadas e que se traduzem num investimento total anual acima dos 2.080.000,00 €.

Este é um projeto com reconhecimento internacional e Lisboa tem sido uma das referências e caso apontado como estudo por várias cidades ao nível mundial. Estas habitações destinam-se a pessoas em situação de sem abrigo a viver na rua e tem como objetivo proporcionar uma habitação individualizada e integrada na comunidade, disponibilizando apoio ao arrendamento e proporcionando um conjunto diversificado de serviços de suporte individualizados 24 horas por dia, 365 dias por ano, no contexto habitacional e na comunidade.



Figura 20: Housing First
Fonte: CML

RESPOSTAS AO NÍVEL DA EMPREGABILIDADE E INSERÇÃO SOCIAL

Nestes últimos anos, verificou-se um crescimento em todos os projetos ligados à empregabilidade e inserção social, tanto ao nível da procura, necessidade da existência de empregos apoiados e projetos que visem a preparação e procura ativa de emprego, bem como, a credibilidade destes projetos no mercado de trabalho e/ou formação profissional.

No âmbito do PMPSSA 2019-2023 foram acompanhados pela EPPMPSSA vários projetos ligados à área da empregabilidade: o **Emprego Primeiro - Porta Aberta**, o **É Um Restaurante** e 4 COID complementares na área da Empregabilidade, pois estes não têm a premissa do encaminhamento de pessoas para o mercado de trabalho: **Espaço Aberto ao Diálogo**, **ORIENTAR**, **Academia de Mudança** e **COID Xabregas**.



Figura 21 Atividades em COID
Fonte: CML



Figura 22: Atividades em COID
Fonte: CML



Figura 23: Emprego Primeiro - Porta Aberta

Fonte: BAIRROS



Figura 24: Atividades em COID

Fonte: CML

Outro aspeto importante que estes projetos têm, no âmbito das suas ações, é a possibilidade de que qualquer pessoa possa desenvolver as suas capacidades criativas, sociais e cognitivas, mesmo que não esteja preparada para aceitar um trabalho com horários fixos e rotinas estabelecidas. Desta forma, os projetos COID permitem aos utentes desenvolver outro tipo de atividades, nomeadamente, ocupacionais, vivenciais, criativas, entre outras.

Por outro lado, o Emprego Primeiro – Porta Aberta, tem incrementado o modelo de atividade ocupacionais pagas que permite, a quem não esteja preparado ou já não possa integrar o mercado de trabalho, desenvolver atividades pontuais específicas com um horário reduzido. Este modelo tem-se mostrado uma estratégia muito importante no que concerne ao apoio no desenvolvimento das capacidades pessoais e sociais.

É de salientar, também, o trabalho que foi realizado em relação à dimensão cultural, como contributo à inserção social, como por exemplo, algumas ações desenvolvidas em parceria com o Departamento de Cultura da CML que se constituíram como uma mais-valia na programação das atividades, bem como, no direito ao acesso à cultura. Destaca-se a parceria com a Biblioteca Itinerante que esteve, desde setembro de 2021, com regularidade, no CAEM Santa Bárbara e na Unidade Integrativa onde desenvolveu atividades complementares à consulta, doação e requisição de livros.

Deste trabalho resultam alguns aspetos a aprofundar e valorizar no futuro, como o emprego apoiado no âmbito das instituições públicas (Ex.: Autarquias e Juntas de Freguesia); a criação de mais espaços diurnos de apoio à inserção e empregabilidade; a criação de projetos de práticas artísticas com vista à inclusão social e finalmente promover ainda mais as parcerias com o Departamento de Cultura da CML e o Ministério da Cultura.

APROVAÇÃO DA CANDIDATURA DO BEATO



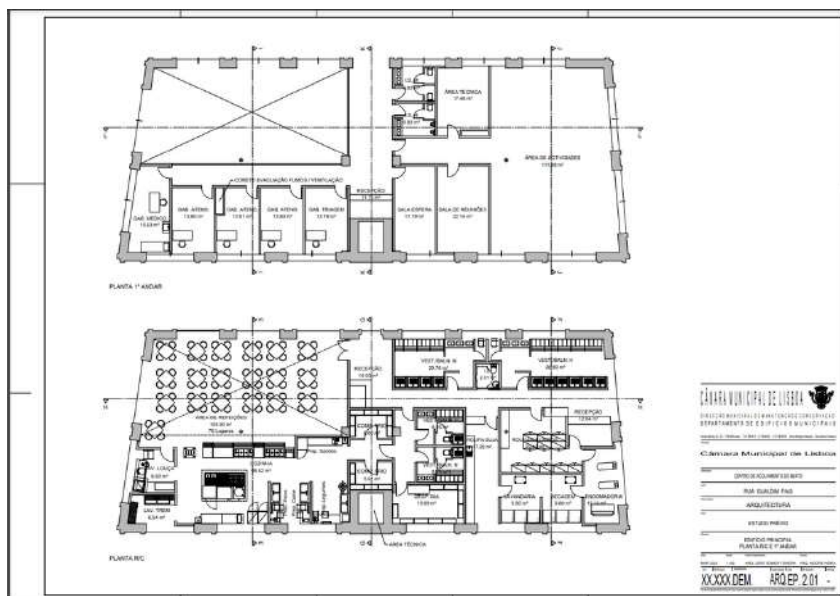
Figura 25: Centro de Acolhimento do Beato

Fonte: CML

O Centro de Acolhimento do Beato é uma resposta de alojamento gerida pela VITAE e financiada atualmente pela CML e ISS.I.P. É a resposta de alojamento de maior dimensão do país e funciona num equipamento em propriedade municipal que há largos anos necessita de profundas obras de recuperação/demolição, não oferecendo, atualmente, as condições necessárias para um acolhimento de qualidade das PSSA.

Por estes motivos, a reestruturação deste equipamento era um dos projetos prioritários previstos no Plano Municipal.

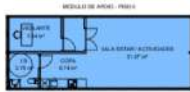
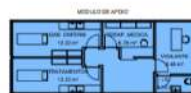
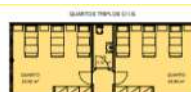
Através do Plano de Recuperação e Resiliência, da Portaria n.º 138-C/2021, de 30 de junho, do Aviso n.º 02/CO2i02/2021, que estabelece as condições e os procedimentos aplicáveis à contratualização de financiamentos à promoção de soluções de alojamento de emergência ou de transição no âmbito da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT), no âmbito do Investimento RE-C02-i02 “Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário” do Plano de Recuperação e Resiliência, o Município de Lisboa assinou um contrato no dia 7 de Outubro de 2022, com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, que tem por objeto a concessão de um apoio financeiro não reembolsável destinado a financiar a realização do novo Centro de Alojamento de Emergência Social e Alojamento de Transição do BEATO” com o valor total estimado de 5.014.106,56 €.



ALOJAMENTOS TRANSIÇÃO | INSERÇÃO

ALOJAMENTOS TRANSIÇÃO | INSERÇÃO

CENTRO DE ALOJAMENTO DE EMERGÊNCIA SOCIAL



Planta 1 : Projeto de Arquitetura - Centro de Alojamento Beato

Fonte: CML

Com esta intervenção pretende-se requalificar o espaço e criar respostas adequadas às necessidades da população alvo, garantindo uma intervenção individualizada e integrada.

REALIZAÇÃO DE SESSÕES DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO

Um dos objetivos previstos neste Plano relacionava-se com a necessidade de aprofundar o conhecimento, a partilha e a informação sobre a temática das PSSA, através da realização de momentos formais de discussão que permitissem identificar fragilidades e potencialidades, numa perspetiva de melhorar os modelos de intervenção social, através da formação específica dirigida aos colaboradores do Município, e aos seus parceiros.

Para esse efeito, durante o período de vigência deste Plano, é de realçar as várias sessões de reflexão conjunta para, com os parceiros, criar uma visão ainda mais consolidada sobre a intervenção nesta área tão complexa e desafiante, tendo sempre por base a perspetiva de olhar para o futuro sem esquecer todo o trabalho e conhecimento acumulado ao longo destes anos.

Já no âmbito da formação, por exemplo, o crescimento do Programa Housing First em Lisboa, implicou o envolvimento de mais parceiros e a constituição de novas Equipas Técnicas. A CML, considerando que o investimento ao nível da formação das Equipas Técnicas era fundamental para assegurar a qualidade dos projetos em continuidade, promoveu a 1ª ação de formação em metodologia Housing First dirigida aos técnicos envolvidos nos diferentes projetos.

A EPPMPSSA organizou sessões de esclarecimento relativas aos procedimentos de acesso aos diferentes programas de apoio à atribuição de habitação municipal, uma vez que se identificou que muitas das PSSA não têm conhecimento dos critérios, nem possibilidade de acesso a estes instrumentos. Assim, dotaram-se os técnicos de referência de ferramentas que os permitem ajudar a otimizar o processo de triagem e a apoiar as pessoas no preenchimento das candidaturas.



Figura 26: Cartaz da Sessão de Informação e Sensibilização de Programas de Habitação.

CAPACIDADE DE REAGIR AOS DESAFIOS PROVOCADOS PELA PANDEMIA

O ano de 2020 caracterizou-se por ser um ano atípico, marcado por um contexto de crise pandémica. A Organização Mundial de Saúde determinou, a 11 de março, o estado de emergência de saúde pública, ocasionado pelo vírus designado por SARS-CoV-2 como uma pandemia internacional.

A pandemia provocada pela doença COVID-19 conduziu a uma reconfiguração da sociedade, ao nível das dinâmicas familiares, da educação e formação, do trabalho e das relações sociais.

A situação no terreno tornou-se, efetivamente, de emergência, instável e imprevisível, e a Autarquia de Lisboa, no âmbito das atribuições e competências que lhe são legalmente cometidas, procurou dar resposta célere, adequada e adaptada à nova realidade, protegendo os mais penalizados e vulneráveis, como é o caso das PSSA, que se encontram nesta condição por manifesta falência de todas as soluções de proteção possíveis anteriores.

Neste contexto, para além de ser exigida uma rápida adaptação dos objetivos e metas estipuladas no PMPSSA 2019-2023, em março de 2020, foram implementados quatro centros municipais de alojamento de emergência. Estes Centros foram criados para assegurar a resposta social cabal às PSSA, durante o período da pandemia, nomeadamente a prevenção da contaminação com a doença COVID-19, garantindo as necessidades básicas de muitas pessoas que se encontravam na rua, sem qualquer meio de subsistência devido ao confinamento obrigatório.

Estes Centros, abertos 24 horas por dia, exigiram um apoio técnico especializado e constante de profissionais qualificados para a prestação de serviços, em diferentes áreas (social, psicológico e saúde), a todas as PSSA. Todos eles se destinavam a PSSA em idade adulta, preconizando um modelo de intervenção integrada. Dada a sua diversidade, a população caracteriza-se por ser heterogénea, nomeadamente pessoas em situação de rua, estrangeiros/as, pessoas LGBTI +, pessoas com mobilidade reduzida, casais, pessoas com animais de estimação e pessoas que usam drogas, incluindo álcool.



Figura 27: Centro de Alojamento de Emergência Municipal para a PSSA COVID 19

Fonte: CML

Esta estratégia permitiu, de forma direta, chegar a milhares de pessoas, as que se encontravam na condição sem teto e que eram acompanhadas pelas ETR, as que beneficiaram diariamente de apoio alimentar, as que foram integradas nas várias respostas de alojamento, as que foram integradas em mercado de trabalho, as que beneficiaram de apoio ao nível de cuidados básicos de saúde, entre outras.

Em síntese, o PMPSSA 2019-2023 procurou redimensionar a escala de atuação do Município na área de intervenção das PSSA, criando e diversificando respostas de alojamento, qualificando as respostas existentes e o trabalho especializado.

Como já foi referido, na cidade de Lisboa estão concentradas cerca de 2/3 das PSSA na condição de sem casa do país. É um dado que apesar de demonstrar a capacidade e concentração de respostas na cidade, o número de pessoas na condição de sem teto está a aumentar e o PMPSSA 2019-2023, por si só, nunca iria erradicar o fenómeno.

A avaliação externa do PMPSSA 2019-2023 foi realizada pela Universidade Nova - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, entidade externa, que em parceria com o Município de Lisboa estabeleceu um modelo de avaliação do mesmo onde, se incluiu a auscultação das PSSA e cujo resultado se traduziu na elaboração de um Relatório com recomendações para a construção do próximo Plano.

Existe, ainda, um longo caminho a percorrer. É assim imperioso que se estabeleça um compromisso, assente numa estratégia de intervenção concertada entre várias entidades, especificando os vários procedimentos que garantam o acompanhamento digno destas pessoas e respetivo encaminhamento para soluções adequadas a cada uma destas pessoas.

A situação de sem abrigo decorre de uma complexa interação de fatores de risco e quanto maior o tempo de permanência na mesma, maiores serão os recursos técnicos e financeiros a afetar na alteração desta situação. A prevenção e a intervenção imediata neste contexto são fundamentais e correspondem, tendencialmente, a medidas com um melhor nível de custo-benefício na intervenção com as PSSA.

A questão que se impõe: o que fazer para impedir que as pessoas fiquem em situação de sem abrigo?

A prevenção é um eixo estratégico, cujo desenvolvimento depende da identificação de indicadores de risco, da congregação dos diversos atores institucionais e do cruzamento/articulação de diferentes políticas públicas, nomeadamente, nas áreas da Ação Social, Habitação, Migração, Emprego, Justiça e Saúde.

É necessário trabalhar em rede, desenvolver circuitos de comunicação, operacionalizar uma intervenção, efetivamente, articulada, integrada e possibilitadora da partilha de informação, de conceitos e de metodologias.

A responsabilidade é de todos, políticos da administração central e local, diretores, dirigentes, técnicos, profissionais de saúde e outros, munícipes, todos sem exceção têm que interiorizar que esta problemática não é uma responsabilidade individual, mas sim uma responsabilidade coletiva. É necessário estabelecer o desafio de fazer mais, melhor e mais depressa.

3.2 PROCESSO DE AVALIAÇÃO - REFLEXÃO

Elaborado por Professor Doutor José Lúcio - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa

O processo de avaliação do Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem-Abrigo 2019-2023 decorreu entre setembro de 2022 e novembro de 2023. Tendo em consideração que o essencial dos trabalhos decorreu já numa fase bastante avançada da execução do Plano, tratou-se, essencialmente, de um processo de avaliação ex post. Deste modo, o trabalho de avaliação centrou-se em três domínios fundamentais, a saber:

- a) Recolha de informação contida em Estudos, Teses, Dissertações e documentação vária da Câmara Municipal de Lisboa, incluindo, neste ponto, elementos referentes à monitorização do Plano, em termos de implementação das respostas por eixos de intervenção
- b) Preparação, lançamento e análise de inquéritos e entrevistas que permitissem complementar os elementos obtidos no ponto anterior
- c) Construção de um Relatório Final com o duplo objetivo de, por um lado, sistematizar e sintetizar a informação recolhida e analisada e, por outro lado, sugerir algumas pistas para o futuro Plano Municipal de 2024-2030.

O processo de avaliação beneficiou, em larga margem, de um processo colaborativo entre a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e a Universidade Nova de Lisboa (UNL), tendo-se optado, em termos metodológicos, por reuniões periódicas quinzenais, onde se avaliava o trabalho efetuado até ao momento e se lançavam as bases para as etapas seguintes do processo avaliativo.

Deve-se elogiar a disponibilidade revelada pelos responsáveis e Técnicos da CML[1] para apoiarem em todas as fases de elaboração dos estudos conducentes à elaboração do Relatório Final de Avaliação. Devemos, neste ponto, também deixar uma referência elogiosa às duas alunas da UNL[2] que deram um importante contributo na fase, sempre morosa, de tratamento do manancial de dados obtidos via inquéritos/entrevistas.

Um ponto importante a relevar neste âmbito relaciona-se com a abertura por parte dos diferentes stakeholders para responderem às entrevistas e fornecerem os dados relativos às atividades da sua instituição. Só assim foi possível obter o vasto universo de informações que, em conjunto com os elementos recolhidos através dos inquéritos efetuados junto da população sem abrigo e sem casa, permitiram a construção de uma base de dados que a CML passa, desde agora, a dispor e que, certamente, se revelará muito útil para o futuro.

Face ao que antecede, consideramos que, de todos os trabalhos desenvolvidos e enquadrados na preparação do Relatório Final de Avaliação, merecem particular destaque os inquéritos efetuados aos cidadãos que se encontravam, à data da realização da recolha de informação, em situação de sem teto ou sem casa.

Do nosso conhecimento, e à escala da Cidade de Lisboa, foi a primeira vez que se efetuou um levantamento tão vasto e abrangente de elementos que permitiram caracterizar, com alguma relevância estatística, os traços essenciais da população que, em dado momento do seu trajeto de vida, experienciou a chamada vivência de rua.

Pelas suas características particulares, de fragilidade, receios, patologias e dependências, a população sem teto ou sem casa constitui, geralmente, um segmento de acesso complexo quando se trata de recolher informação in situ. Pensamos, deste modo, que o sucesso da recolha de dados junto desta população representa um dos resultados mais importantes de todo o processo de avaliação do PMPSSA 2019-2023.

Dos dados recolhidos, foi possível concluir que as dimensões prevenção/alojamento/emprego/cuidados de saúde representam vetores essenciais para o sucesso de uma estratégia orientada para o apoio à PSSA.

Deste modo, um futuro Plano deverá ter em linha de conta que soluções direcionadas para a habitação, para a geração continuada de rendimentos e para a prestação de serviços de saúde, terão de representar vetores cruciais de investimento em capital humano, em recursos técnicos e em capital físico, de modo a criar melhores condições de sucesso das estratégias que vierem a ser definidas.

Por fim, importa também lançar um desafio para o futuro trabalho de avaliação do Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem-Abrigo 2024-2030: pela diversidade de ações/respostas, pela multiplicidade de atores envolvidos, pela abrangência temporal das estratégias, consideramos que um exercício avaliativo on going representa a solução mais adequada e potencialmente mais recompensadora, uma vez que, entre outras vantagens, permite e promove a adaptabilidade de todo o processo em função das exigências e leituras que, a dado momento, se forem efetuando no quadro da implementação das diferentes respostas.

Deste modo, será sem dúvida útil que, em simultâneo com o lançamento da nova estratégia/plano 2024-2030, se iniciem os trabalhos conducentes ao processo de avaliação/monitorização do que for sendo implementado.

[1] Em particular o Dr. Paulo Santos, a Dra Dina Manso, a Dra Filomena Marques, a Dra Patrícia Ribeiro e a Dra Mónica Dias.

[2] Carlota Vilaça (Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais) e Sofia Mariano (Licenciatura em Geografia e Planeamento Regional).

CAPITULO 4

PLANO MUNICIPAL PARA A PESSOA EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO 2024-2030

4.1 METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO

4.1.1. PROCESSO PARTICIPATIVO: MOMENTOS E INTERVENIENTES

A multi-causalidade e complexidade do fenómeno sem abrigo, implicando, na sua origem, múltiplas causas entre si interligadas: ausência de habitação, pobreza, problemas pessoais (perturbação psiquiátrica, comportamentos aditivos e dependências) e/ou familiares (trauma e história de violência ou rutura familiar), que obriga, no desenho de um Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo, uma abordagem integrada, holística e participativa, com um efetivo envolvimento de todos os stakeholders, incluindo as PSSA, a comunidade, os representantes políticos e as entidades públicas e privadas que com elas atuam.



Figura 28: Momentos Participativos

Fonte: EPPMPSSA

Ainda, dado tratar-se de um trabalho de continuidade, o processo de construção deste Plano deve considerar a experiência aprendida por todos com a implementação do anterior Plano.

Neste sentido, no âmbito da construção do PMPSSA 2024/2030, a EPPMPSSA privilegiou um processo participado.

Para a concretização deste processo realizaram-se, durante o ano de 2022 e 2023, cinco sessões presenciais onde participaram os parceiros do PMPSSA; os parceiros do NPISA Lisboa; as Juntas de Freguesia e a Equipa de Projeto que implementa e monitoriza o Plano Municipal e foram recebidos contributos escritos dos Deputados Membros da 6.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa (AML) e dos Vereadores Eleitos da CML.

Importa referir, neste processo, que o I Encontro do PMPSSA, realizado no ano de 2022, debruçou-se sobre a análise de necessidades e a ideação do futuro, com o mote “Sonhar o Futuro”. Este momento constituiu-se como uma preparação para o II Encontro, com os mesmos participantes, agora com uma dimensão propositiva, onde foram solicitadas medidas concretas, as quais foram objeto de registo e análise, em consonância com os restantes momentos participativos realizados em 2023.

I ENCONTRO PLANO MUNICIPAL PARA A PESSOA EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO 2019-2023

DESENHAR O FUTURO

FÓRUM LISBOA

maio 2022

 **142** Participantes - 23 Entidades

AANL; AEIPS; AMI; AML; Associação João 13; Ares do Pinhal; ARSLVT; AVA; Bairros; CASA; CHPL; CVP; Crescer; Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP); Exército de Salvação; GAT; ISS, I.P.; Junta de Freguesia de Arroios; MdM; Orientar; SCML; STC e VITAE.

METODOLOGIA World Café

Os participantes foram distribuídos por 13 mesas, com 7 temas, para refletirem e discutirem sobre uma questão específica relacionada com áreas de intervenção no fenómeno sem-abrigo. Cada mesa tinha uma pergunta inspiradora da troca de ideias e necessidades nesta área.

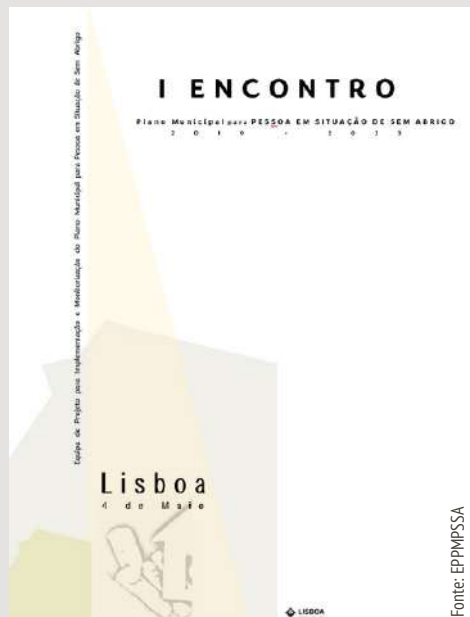


Figura 29: Cartaz I Encontro PMPSSA 2019-2023



Figura 30: I Encontro PMPSSA 2019-2023



Figura 31: I Encontro PMPSSA 2019-2023

II ENCONTRO PLANO MUNICIPAL PARA A PESSOA EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO 2019-2023

DESENHAR O FUTURO

CARPINTARIAS DE SÃO LÁZARO

maio 2023

 **75** Participantes - 18 Entidades

AANL; AEIPS; AMI; Ares do Pinhal; Associação João 13; AVA; Bairros; CASA; Crescer; CVP; DGRSP; Exército de Salvação; GAT; ISS; MdM; SCML; STC e VITAE.

METODOLOGIA Assembleia Participativa

TEMAS

INTERVENÇÃO EM RUA

ALOJAMENTOS

RESPOSTAS DE INSERÇÃO



Figura 32: Cartaz II Encontro PMPSSA 2019-2023
Fonte: EPPMPSSA

Assembleia participativa para debater 3 grandes temas, valorizando a dimensão propositiva: Intervenção em contexto de rua; Alojamento e Respostas de Inserção. Os participantes foram dispostos em assembleia composta por 3 grandes “ilhas”. O debate foi feito, num primeiro momento, em cada “ilha” e depois, partilhado e discutido em assembleia. Todos os participantes tiveram ao seu dispor cartões para colocar as suas propostas, para além da participação oral que foi também registada. O conteúdo dos cartões foi afixado em painéis durante a sessão, permitindo a visualização, por todos, dos mesmos.



Figura 33: II Encontro PMPSSA 2019-2023



Figura 34: II Encontro PMPSSA 2019-2023

SESSÃO DE TRABALHO E REFLEXÃO

Equipa de Missão para a Implementação e Monitorização do Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo

junho 2023 RUA MARIA ANDRADE

 **12** Elementos da Equipa do Plano

METODOLOGIA Assembleia Participativa

TEMAS

INTERVENÇÃO EM RUA
ALOJAMENTOS
INSERÇÃO SOCIAL
AÇÃO DA EPPMPSSA



Figura 35: Sessão de Trabalho e Reflexão EPPMPSSA 2019-2023

Assembleia participativa para debater 4 grandes temas, valorizando a dimensão propositiva: Intervenção em contexto de rua; Alojamento, Inserção Social e a ação da EPPMPSSA. Os elementos da Equipa escreveram em cartões as principais propostas para cada área. As ideias foram lidas e debatidas e os cartões foram afixados, por áreas, durante a sessão, permitindo a visualização, dos mesmos, por todos.

SESSÃO DESENHAR O FUTURO

Contributos do NPISA para o Futuro Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo

PAÇOS DO CONCELHO

julho 2023

 **29**
Participantes - 15 Entidades

AANL; AEIPS; Ares do Pinhal; AVA; CAIS;
CASA; CVP; Crescer; Exército de Salvação;
GAT; ISS,I.P.; MdM; PSP; SCML e STC.

METODOLOGIA Knowledge Café



Figura 36: Contributos do NPISA para o PMPSSA 2024-2030

Inspirada no Knowledge Café, os participantes foram distribuídos por 5 mesas para refletirem e discutirem sobre um modelo de intervenção aplicado a um caso específico. Cada mesa tinha uma história/um caso, enquanto desafio para a reflexão e elaboração de propostas para a intervenção nesta área. O resultado da reflexão em cada mesa foi partilhado, debatido e aperfeiçoado por todos os participantes.

SESSÃO DESENHAR O FUTURO

Contributos das Juntas de Freguesia para o Futuro Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo
PAÇOS DO CONCELHO

julho 2023

 **20** Participantes - 12 Juntas de Freguesia

Avenidas Novas; Alcântara; Alvalade; Arroios;
Beato; Belém; Campolide; Campo de Ourique;
Misericórdia; Penha de França; Santa Clara;
Santa Maria Maior.

METODOLOGIA Assembleia Participativa

TEMAS

**COMO SENTEM O FENÓMENO NO SEU
TERRITÓRIO?**

**PROPOSTAS DE MELHORIA PARA O
FUTURO PMPSSA**



Figura 37: Contributos das Juntas de Freguesia para o PMPSSA 2024-2030

Os participantes falaram abertamente, em duas rondas, sobre os temas propostos e registaram em cartões contributos que foram afixados num painel durante a sessão. A participação oral foi, também, registada.

CONTRIBUTOS ESCRITOS PARA O FUTURO PMPSSA

 **6.ª COMISSÃO PERMANENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**

VEREADORES DA CML

julho - outubro 2023

TEMAS

EIXO EM RUA

EIXO DE ALOJAMENTO

**RESPOSTAS DE (RE) INSERÇÃO
SOCIAL**



Figura 38: Formulário -Contributos para o PMPSSA 2024-2030

Durante o mês de outubro de 2023 foram recebidos quatro contributos escritos da 6.ª Comissão dos partidos PAN, PS, MPT, IL e foi também recebido o contributo do Gabinete do Vereador do Livre da CML, num total de 47 propostas.



PROCESSO PARTICIPATIVO



130 PARTICIPANTES

32 ENTIDADES



722 PROPOSTAS

Todo o processo participativo acima descrito contou com cerca de 130 participantes de 32 entidades parceiras envolvidas. Deste processo resultaram 722 propostas que se encontram detalhadas no anexo 2.

OUTROS MOMENTOS PARTICIPATIVOS

Foram também realizados dois momentos de auscultação a PSSA, no âmbito da ENIPSSA e do NPISA Lisboa que se descrevem em seguida.

No âmbito da ENIPSSA

No que diz respeito ao Eixo 3 – Coordenação, monitorização e avaliação da ENIPSSA, foi realizado, no período entre 15 de abril e 15 de maio de 2023, um processo de auscultação a PSSA.

Foram ouvidas 694 PSSA a nível nacional, das quais 290 da cidade de Lisboa.

Através dos NPISA, as pessoas foram convidadas a refletir sobre as principais necessidades de intervenção e sobre o que gostariam de mudar, para melhorar as suas condições de vida. O resultado desta auscultação foi analisado e sistematizado, pela ENIPSSA, para reverter em contributos para o futuro.

No âmbito do NPISA LISBOA

O Grupo de Trabalho Modelos de Alojamento do NPISA Lisboa organizou um encontro de reflexão sobre Modelos de Alojamento com PSSA, na condição de sem casa. Esta auscultação/reflexão foi dirigida, especificamente, às pessoas que se encontram em respostas de alojamento coletivas e individuais, das Entidades parceiras do NPISA Lisboa.

Num primeiro momento, realizaram-se reflexões internas com os utentes, em cada uma das unidades de alojamento sobre os “Modelos de Alojamento”. Nestas sessões foi ainda designado o representante, a estar presente no segundo momento - intitulado “Conversas à Mesa - Modelos de Alojamento”, realizado no dia 15 de novembro de 2023, no Restaurante “É uma Mesa” (CRESCER). Esta segunda sessão reuniu os resultados da reflexão do primeiro momento que foram debatidos através da metodologia do “World Café”. A sessão decorreu num ambiente informal e descontraído, com Pares como facilitadores e elementos externos às Entidades, como redatores.

Participaram 12 Entidades e 21 representantes das PSSA nas respostas de Apartamentos Partilhados, Apartamentos de Transição, Casa de Acolhimento, Centros de Alojamentos Temporário, Centros de Emergência, Comunidade de Inserção e Housing First.

As Entidades que compõem o Grupo de Trabalho Modelos de Alojamento do NPISA Lisboa são: AANL, Ares do Pinhal, , AVA, CRESCER, Centro Social do Exército de Salvação, CVP, GAT, AMI, ISS, I.P. / Centro Distrital de Lisboa, Serviço Jesuíta aos Refugiados, Opus Diversidades, Orientar, SCML e VITAE.

O resultado desta auscultação, em conjunto com a reflexão dos Técnicos deste Grupo, foi também um contributo para o desenho deste Plano Municipal para as PSSA, para a ENIPSSA bem como, para a construção de linhas orientadoras para as respostas de alojamento na cidade de Lisboa.

4.1.2. PROCESSO PARTICIPATIVO: SÍNTESE DE RESULTADOS E DESAFIOS AO PLANO

A diversidade de entidades e responsáveis políticos consultados reflete olhares diferentes e complementares sobre o fenómeno e as ações a empreender, constituindo-se em si mesma um elemento de grande enriquecimento deste processo.

A tabela seguinte resume os diferentes contributos, organizados em categorias, cujo desenvolvimento pode ser consultado no Anexo 2.

PROPOSTAS DE AÇÃO PARA O FUTURO PMPSSA 2024-2030	MOMENTOS PARTICIPATIVOS					Total de Propostas Acreditadas
	I Parcelas do Plano	II EPPMPSSA	III Parcelas NPISA	IV Juntas de Freguesia	V Comissão AML e Vereadores da CML	
Exo I - Intervenção em Contexto de Rua						T=242
Acesso a Serviços de Satisfação de Necessidades Básicas (Alimentação, Higiene, Segurança, Documentação)	x	x	x	x	x	50
Recursos Humanos	x	x	x	x	x	73
Recursos Materiais e Financeiros	x	x	x	-	-	15
Acessibilidade aos Serviços e/ou Respostas	x	-	x	x	x	53
Articulação entre Equipes, Entidades, Partilha de Informação	x	x	x	x	x	52
Exo II - Alojamento						T=245
Criação de Respostas de Emergência	x	x	x	x	x	16
Transição (Respostas Coletivas, Centros de Alojamento Temporário)	x	x	x	x	x	83
Housing First e Apartamentos Partilhados	x	x	x	x	x	36
Requalificação de Respostas Existentes	x	x	x	x	x	64
Acesso à Habitação Social/Apoio ao Arrendamento	x	x	x	x	x	33
Respostas ao nível da Área Metropolitana	x	x	x	x	-	13
Exo III - Emprego e Inserção Social						T=129
Recursos Humanos	x	x	-	-	-	18
Articulação entre Equipes/Entidades/Partilha de Informação	x	-	-	x	-	7
Acessibilidade aos Serviços e/ou Respostas	x	x	-	-	-	19
Promção da Saúde e Desenvolvimento Pessoal	x	x	x	-	x	20
Promção da Inserção Social e Profissional	x	x	x	x	x	70
Descentralização das Respostas	x	-	x	-	-	2
Formação de Técnicos	x	x	x	-	x	T=35
Outros	x	x	x	x	x	T=71
						T=722

Quadro 7 - Propostas de Ação para PMPSSA 2024-2030

Fonte: EPPMPSSA 2019-2023

As categorias e subcategorias organizadoras dos conteúdos, foram criadas a partir de três dimensões suscitadas para análise dos participantes e ainda da análise dos contributos recebidos, e constando da tabela anteriormente apresentada e do Anexo 2.

Para a elaboração da tabela síntese foi contabilizado o número de propostas, tendo em conta as categorias e subcategorias criadas, refletindo assim, as áreas de intervenção que espelham maior preocupação por parte dos intervenientes.

Numa análise global, podemos destacar que, no âmbito da Intervenção em Contexto de Rua, houve uma maior referência aos Recursos Humanos e à Acessibilidade aos Serviços:

- No que aos Recursos Humanos diz respeito, destacam-se os conteúdos referentes à especialização e multidisciplinariedade das equipas, para trabalhar com pessoas em diferentes momentos do seu percurso e problemáticas, bem como, no aumento do número de técnicos para fazer face às necessidades existentes;
- Relativamente à Acessibilidade aos Serviços destacam-se os serviços de saúde (assegurar consultas de especialidade na rua e criação de unidades móveis para cuidados de saúde mental e outros), os serviços sociais (SCML; ISS, IP.) e os serviços de apoio às populações em situação de imigração irregular (SEF e Embaixadas);

- Foram ainda referenciados como muito importantes o Acesso a Serviços de Satisfação das Necessidades Básicas e sua dispersão pelo território e ainda, a imprescindível Articulação entre Equipas, Entidades e Partilha de Informação.

Na categoria do Alojamento importa referir que foi a que obteve um maior número de referências. Dentro desta categoria, as duas subcategorias com maior expressão são:

- Transição (Respostas Coletivas e Centros de Alojamento Temporário), sendo referida a necessidade de uma maior especialização para intervenção com determinados grupos-alvo (comportamentos aditivos; mulheres; casais; animais de companhia; duplo diagnóstico – comportamentos aditivos mais saúde mental; PSSA com trabalho; jovens; ageing users; pessoas com deficiência);
- Requalificação das Respostas Existentes, designadamente no que respeita à redução da dimensão e à flexibilidade das regras e critérios de admissão.

Relativamente ao terceiro eixo, o da Inserção, destacam-se as seguintes subcategorias:

- Promoção da Inserção Social e Profissional - criação de bolsas de emprego protegido e não protegido, atividades de formação, investimento em atividades ocupacionais diversas e a criação de espaços diurnos de lógica comunitária;
- Promoção da Saúde e Desenvolvimento Pessoal, destacando-se o acesso a diversos apoios sociais e de saúde adequados ao processo de reinserção social.

Por último e para além das categorias antes analisadas, foi identificada a necessidade de criação de mais duas categorias decorrentes dos contributos recolhidos:

- Formação de Técnicos, que reuniu um conjunto significativo de participações, nomeadamente a capacitação dos técnicos por meio de processos de supervisão, análise de casos interequipas e a criação de comunidades de prática;
- Outros, onde se reuniram importantes contributos que, não obstante a sua pertinência para a reflexão sobre o futuro Plano, se revelaram transversais aos diferentes eixos, com formulação genérica e/ou imprecisa e, portanto, difíceis de sistematizar nas categorias criadas.

4.2 PLANO MUNICIPAL PARA A PESSOA EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO 2024-2030

O PMPSSA 2024-2030 dá continuidade à estratégia de intervenção adotada pelo Município de Lisboa ao longo dos últimos anos, nomeadamente com a aprovação e execução do anterior Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2019-2023, que tinha como visão assegurar que cada PSSA tem uma resposta adequada e centrada na sua situação, através da mobilização da rede de respostas multidimensional e interinstitucional.

O Plano que se apresenta para o período compreendido entre 2024 e 2030 integra uma abordagem preventiva orientada para a garantia de suporte habitacional e para a (re)integração de cada pessoa, através da adoção e promoção de políticas integradas que colocam a pessoa no centro da intervenção.

Esta abordagem encontra-se enquadrada com as Grandes Opções do Plano 2023-2027, com a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem Abrigo em vigência e com as diferentes diretivas ao nível europeu.

O PMPSSA 2024-2030 pretende promover o compromisso das políticas públicas, através de uma articulação estreita com as demais instituições públicas e privadas com competências e responsabilidades na área da intervenção com as PSSA, com o intuito de responder a cada uma das pessoas que vive em situação de sem abrigo e às suas diferentes necessidades. Esta articulação e abordagem holística do fenómeno é essencial para que possa verificar-se uma inflexão relativamente ao aumento de novas situações de sem abrigo. Este Plano é mais um contributo a juntar a cada uma das intervenções que têm de ser garantidas e articuladas entre as mais diversas entidades públicas do poder central e local.

4.2.1 VISÃO

O PMPSSA 2024-2030 tem como Visão reduzir o número de pessoas em situação de sem abrigo na cidade de Lisboa.

4.2.2 MISSÃO

O PMPSSA 2024-2030 tem como Missão mobilizar as medidas de política pública decisivas para garantir que cada PSSA tem uma resposta adequada e centrada na sua situação.

4.2.3 PRINCÍPIOS

Os princípios que norteiam o presente Plano são enunciados seguidamente:

DIREITOS HUMANOS

Garantir os direitos e as necessidades fundamentais de toda e qualquer pessoa que se encontra em situação de sem abrigo.

PREVENÇÃO

Assegurar que ninguém tenha de dormir na rua por falta de suporte habitacional seguro e adequado às suas necessidades.

MODELO CENTRADO NA PESSOA

Intervenção integrada, flexível, próxima e individualizada, que coloca a pessoa no centro, respeitando a sua dignidade e autonomia, com recurso a equipas multidisciplinares e inclusão de pares.

PARTICIPAÇÃO

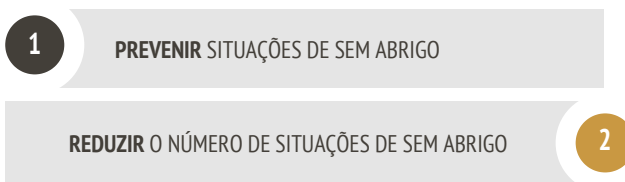
Envolvimento das pessoas em situação de sem abrigo, bem como das entidades públicas e privadas, organizações da sociedade civil e comunidade em geral no processo de intervenção.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Acompanhamento e avaliação dos resultados e impactos das políticas e medidas do Plano.

4.2.4 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O PMPSSA 2024-2030 apresenta dois grandes e ambiciosos Objetivos Estratégicos:



4.2.5 EIXOS DE INTERVENÇÃO

Os Eixos de Intervenção definidos, no âmbito do PMPSSA 2024-2030, resultam da experiência do trabalho desenvolvido pelo Município de Lisboa e pretende ir ao encontro das lacunas existentes e identificadas na intervenção com esta população na cidade de Lisboa, de modo a atingir os objetivos estratégicos propostos.

Deste modo, foram constituídos 5 Eixos de Intervenção: o Eixo da Prevenção, o Eixo da Intervenção em contexto de Rua, o Eixo do Alojamento, o Eixo da Inserção Social e o Eixo do Conhecimento e da Comunicação, com 23 Objetivos Operacionais e 89 Medidas, que se consideram basilares na intervenção realizada com esta população.

4.2.5.1 EIXO DE PREVENÇÃO

A situação atual da sociedade em que o acesso, designadamente, à habitação na cidade de Lisboa apresenta desafios no contexto das políticas públicas ao nível nacional e ao nível local, sugere uma aposta efetiva no domínio da definição de políticas estratégicas integradas de prevenção.

O EIXO DA PREVENÇÃO pretende dar resposta a todas as pessoas que se encontram recentemente na situação de sem abrigo e pretende, ainda, promover formas de evitar o retorno a esta situação de extrema vulnerabilidade.



OBJETIVOS OPERACIONAIS E MEDIDAS

P001 DIMINUIR O NÚMERO DE PESSOAS QUE FICAM NA SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO

- 1.1 Promover a produção de documento com a identificação das medidas de prevenção em execução pela CML e respetivos resultados
- 1.2 Promover instrumentos de divulgação das medidas de prevenção em execução pela CML, ajustados aos diferentes públicos

P002 DIMINUIR O NÚMERO DE PESSOAS QUE RETORNAM À SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO

- 2.1 Garantir o acompanhamento psicossocial da pessoa, de acordo com as suas necessidades e potencialidades, após a saída da rede de respostas municipais de alojamento na cidade de Lisboa
- 2.2 Garantir o acompanhamento das pessoas beneficiárias da rede de respostas municipais de alojamento durante o período de institucionalização (estabelecimento prisional, internamento hospitalar, comunidade de inserção, comunidade terapêutica)

P003 PROMOVER A ARTICULAÇÃO CONTINUADA E EFICAZ COM AS DIFERENTES ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (Saúde, Emprego, Migração, Ação Social, entre outros) E ENTIDADES COM COMPETÊNCIA NA MATÉRIA AO NÍVEL DA PREVENÇÃO

- 3.1 Estabelecer a cooperação com as diferentes áreas ao nível da prevenção na identificação e redução dos obstáculos e barreiras à intervenção
- 3.2 Colaborar com a ENIPSSA e NPISA Lisboa, participando ativamente no domínio da Prevenção

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PLANO

PREVENÇÃO										
ID	Descrição	Orçamento	Cronograma							Total
		Estimado Anual	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
P001	Diminuir o número de pessoas que ficam na situação de sem abrigo									
P.1.1	Promover a produção de documento com a identificação das medidas de prevenção em execução pela CML e respetivos resultados	- €								- €
P.1.2	Promover instrumentos de divulgação das medidas de prevenção em execução pela CML, ajustados aos diferentes públicos	- €								- €
P002	Diminuir o número de pessoas que retornam à situação de sem abrigo									
P.2.1	Garantir o acompanhamento psicossocial da pessoa, de acordo com as suas necessidades e potencialidades, após a saída da rede de respostas municipais de alojamento na cidade de Lisboa	150 000,00 €								900 000,00 €
P.2.2	Garantir o acompanhamento das pessoas beneficiárias da rede de respostas municipais de alojamento durante o período de institucionalização (estabelecimento prisional, internamento hospitalar, comunidade de inserção, comunidade terapêutica)	- €								- €
			- €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	900 000,00 €
P003	Promover a articulação continuada e eficaz com as diferentes áreas da Administração Central (saúde, emprego, migração, ação social, entre outras) e entidades com competência na matéria ao nível da prevenção									
P.3.1	Estabelecer a cooperação com as diferentes áreas ao nível da prevenção na identificação e redução dos obstáculos e barreiras à intervenção	- €								- €
P.3.2	Colaborar com a ENPESÁ e NPISA Lisboa, participando ativamente no domínio da Prevenção	- €								- €
			- €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	900 000,00 €

Quadro 8 - Execução Financeira - PMPSSA 2024-2030 - Eixo Prevenção

4.2.5.2 EIXO DA INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE RUA

A intervenção em contexto de rua compreende o conjunto de procedimentos que permite retirar a pessoa em situação de sem abrigo da condição de sem teto. Esta contempla a sinalização, o diagnóstico multidisciplinar, a definição do plano individual de integração e o acompanhamento integrado da pessoa, de forma a salvaguardar a sua saúde, segurança e o seu percurso de saída da condição de sem teto.

O trabalho desenvolvido em contexto de rua é assente numa abordagem centrada na pessoa, tendo como principal ferramenta a relação empática, próxima e de confiança, estabelecida entre o técnico da equipa técnica de rua e a pessoa.



OBJETIVOS OPERACIONAIS E MEDIDAS

RO01

GARANTIR O ACOMPANHAMENTO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO, NA CONDIÇÃO DE SEM TETO, DE FORMA A REDUZIR O TEMPO DE PERMANÊNCIA EM CONTEXTO DE RUA

- 1.1 Criar uma Equipa Técnica de Rua pluridisciplinar com diferentes níveis de especialização na intervenção (emergência, migração, pares, tradutores, saúde, entre outros)
- 1.2 Realizar acompanhamento psicossocial e de saúde das pessoas em situação de sem abrigo na condição de sem teto na cidade de Lisboa
- 1.3 Garantir que a cada pessoa em situação de sem abrigo, na condição de sem teto, é atribuído um técnico de gestor de caso
- 1.4 Elaborar diagnóstico do fenómeno das pessoas em situação de sem abrigo em Lisboa, atualizado mensalmente
- 1.5 Manter e aperfeiçoar o sistema de sinalização em funcionamento
- 1.6 Integrar a escala de prevenção de resposta a sinalizações urgentes no âmbito do NPISA Lisboa
- 1.7 Participar em ações concertadas e integradas que visem a melhoria das condições das pessoas em situação de sem abrigo na condição de sem teto
- 1.8 Garantir o acesso a serviços médico-veterinários regulares e de emergência aos animais de companhia das pessoas em situação de sem abrigo que se encontrem em contexto de rua
- 1.9 Colaborar com a ENIPSSA e NPISA Lisboa, participando ativamente no domínio da Intervenção em contexto de Rua

RO02 ASSEGUAR A EXISTÊNCIA DE UMA RESPOSTA NO ÂMBITO DA SAÚDE EM CONTEXTO DE RUA

- 2.1 Promover a articulação com a ARSLVT e com diferentes estruturas da saúde com atuação na cidade de Lisboa
- 2.2 Manter em funcionamento o Protocolo com o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa (CHPL)
- 2.3 Colaborar com a ENIPSSA e NPISA Lisboa, participando ativamente no domínio da Saúde
- 2.4 Assegurar o aumento de unidades móveis de saúde em funcionamento, bem como a extensão dos serviços de saúde por elas prestados
- 2.5 Alargar o Plano de Saúde Lisboa 65+ às Pessoas em Situação de Sem Abrigo
- 2.6 Priorizar o reforço do acompanhamento das Pessoas em Situação de Sem Abrigo no domínio da Saúde Mental
- 2.7 Criar Protocolos com Instituições de Ensino Superior que permitam reforçar a resposta e acompanhamento no âmbito da Saúde

RO03 CRIAR E OTIMIZAR SERVIÇOS DE APOIO COMPLEMENTAR À INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE RUA

- 3.1 Manter em funcionamento o NAL São Vicente
- 3.2 Identificar e implementar espaços que reúnam as condições para se configurarem como serviços de apoio complementar em edifício municipal, Juntas de Freguesia ou outros
- 3.3 Dignificar a distribuição alimentar através da identificação e implementação de espaços em edifício municipal, Juntas de Freguesia ou outros
- 3.4 Colaborar com a ENIPSSA e NPISA Lisboa, participando ativamente no domínio da Distribuição alimentar em rua

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PLANO

INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE RUA									
ID	Descrição	Orçamento Estimado Anual	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
RO01 Garantir o acompanhamento das PSSA, na condição de sem teto, de forma a reduzir o tempo de permanência em contexto de rua									
R.1.1	Criar uma Equipa Técnica de Rua pluridisciplinar com diferentes níveis de especialização na intervenção (serviçência, migração, pares, tradutores, saúde, entre outros)	- €							360 000,00 €
R.1.2	Realizar acompanhamento psicossocial e de saúde das PSSA na condição de sem teto na cidade de Lisboa	- €							- €
R.1.3	Garantir que a cada PSSA, na condição de sem teto, é atribuído um técnico de gestão de caso	- €							- €
R.1.4	Elaborar diagnóstico do fenómeno das PSSA em Lisboa, atualizado mensalmente	- €							- €
R.1.5	Manter e aperfeiçoar o sistema de sinalização em funcionamento	- €							- €
R.1.6	Integrar a rede de prevenção da resposta a situações urgentes no âmbito do NPISA Lisboa	- €							- €
R.1.7	Participar em ações concertadas e integradas que visem a melhoria das condições das PSSA na condição de sem teto	- €							- €
R.1.8	Garantir o acesso a serviços médico-veterinários regulares e de emergência aos animais de companhia das pessoas em situação de sem abrigo que se encontram em contexto de rua	- €							- €
R.1.9	Colaborar com a ENIPSSA e NPISA Lisboa, participando ativamente no domínio da Intervenção em contexto de Rua	- €							- €
			360 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
RO02 Assegurar a existência de uma resposta no âmbito da Saúde em contexto de rua									
R.2.1	Promover a articulação com a ARSLVT e com diferentes estruturas da saúde com atuação na cidade de Lisboa	- €							- €
R.2.2	Manter em funcionamento o Protocolo com o CHPL	- €							- €
R.2.3	Colaborar com a ENIPSSA e NPISA Lisboa, participando ativamente no domínio da Saúde	- €							- €
R.2.4	Assegurar o aumento de unidades móveis de saúde em funcionamento, bem como a extensão dos serviços de saúde por elas prestados	- €							- €
R.2.5	Alargar o Plano de Saúde Lisboa 65+ às Pessoas em Situação de Sem Abrigo	- €							- €
R.2.6	Priorizar o reforço do acompanhamento das Pessoas em Situação de Sem Abrigo no domínio da Saúde Mental	- €							- €
R.2.7	Criar Protocolos com Instituições de Ensino Superior que permitam reforçar a resposta e acompanhamento no âmbito da Saúde	- €							- €
			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
RO03 Criar e otimizar serviços de apoio complementar à intervenção em contexto de rua									
R.3.1	Manter em funcionamento o NAL São Vicente	65 000,00 €							655 000,00 €
R.3.2	Identificar e implementar espaços que reúnam as condições para se configurarem como serviços de apoio complementar em edifício municipal, Juntas de Freguesia ou outros	200 000,00 €							750 000,00 €
R.3.3	Dignificar a distribuição alimentar através da identificação e implementação de espaços em edifício municipal, Juntas de Freguesia ou outros	50 000,00 €							300 000,00 €
R.3.4	Colaborar com a ENIPSSA e NPISA Lisboa, participando ativamente no domínio da Distribuição alimentar em rua	- €							- €
			65 000,00 €	165 000,00 €	165 000,00 €	215 000,00 €	265 000,00 €	315 000,00 €	315 000,00 €
			425 000,00 €	165 000,00 €	165 000,00 €	215 000,00 €	265 000,00 €	315 000,00 €	315 000,00 €

Quadro 9- Execução Financeira - PMPSSA 2024-2030 - Eixo Intervenção em Contexto de Rua

4.2.5.3 EIXO DO ALOJAMENTO

A CML tem adotado ao longo do tempo uma visão integradora, que permite a coexistência de diversos modelos de alojamento e intervenção, apostando numa diversificação das respostas com base na premissa de que cada pessoa é única e que as respostas devem adaptar-se às pessoas, tornando-se progressivamente mais flexíveis e com capacidade de responder às suas necessidades.

Deste modo, o Eixo do Alojamento abrange diferentes estruturas e respostas de alojamento de emergência e de transição para as PSSA, que têm como missão retirar a pessoa da condição de sem teto. Com estas respostas pretende-se satisfazer as suas necessidades básicas de segurança, conforto, saúde e alimentação, bem como apoiar e promover o processo de (re)inserção social.

Por outro lado, a CML tem apostado, de forma gradual, numa abordagem housing led, garantindo a um número cada vez maior de pessoas em situação de sem abrigo o acesso a uma habitação permanente e adequada, com acompanhamento especializado, assente no pressuposto que a estabilidade ao nível habitacional é essencial para a recuperação, integração e (re)inserção social das PSSA.



OBJETIVOS OPERACIONAIS E MEDIDAS

A001

CONTRIBUIR PARA A MANUTENÇÃO DA REDE DE ALOJAMENTO COLETIVO EXISTENTE NA CIDADE DE LISBOA

- 1.1 Manter o Centro de Alojamento de Emergência Municipal Santa Bárbara em funcionamento (128 vagas)
- 1.2 Manter o Centro de Alojamento Temporário dos Albergues Noturnos em funcionamento (15 vagas)
- 1.3 Manter o Centro de Alojamento de Xabregas em funcionamento (75 vagas)
- 1.4 Manter o Centro de Acolhimento do Beato em funcionamento (271 vagas)
- 1.5 Manter a Residência Solidária de Lisboa em funcionamento (25 vagas)
- 1.6 Manter a Unidade Integrativa para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo em funcionamento (40 vagas)
- 1.7 Manter o projeto Apartamentos de Transição em funcionamento (12 vagas)
- 1.8 Colaborar com a ENIPSSA e NPISA Lisboa, participando ativamente no domínio do Alojamento

A002 REQUALIFICAR RESPOSTAS DE ALOJAMENTO EXISTENTES

- 2.1 Executar a candidatura do PRR Centro de Acolhimento do Beato (146 vagas)
- 2.2 Requalificar o Centro de Alojamento Temporário Abrigo da Graça (23 vagas)

A003 CRIAR RESPOSTAS DE ALOJAMENTO DIVERSIFICADAS E ESPECIALIZADAS

- 3.1 Executar a candidatura do PRR Centro de Alojamento do Ourives (21 vagas)
- 3.2 Executar a candidatura do PRR Apartamentos de Transição (54 vagas)
- 3.3 Criar o Centro de Alojamento Municipal do Condado (50 vagas)
- 3.4 Criar um Centro de Alojamento Municipal de média dimensão (60 vagas)
- 3.5 Criar projeto-piloto de resposta habitacional municipal, específica e permanente, para pessoas em situação de sem abrigo com idade superior a 65 anos, que não se adaptam às estruturas existentes tipificadas (20 vagas)
- 3.6 Criar projeto-piloto de resposta habitacional municipal, específica e inovadora, para pessoas em situação de sem abrigo com problemas de alcoolismo (12 vagas)
- 3.7 Criar projeto-piloto de resposta habitacional municipal específica para pessoas em situação de sem abrigo com doença mental que não se adaptam às estruturas existentes tipificadas (12 vagas)
- 3.8 Criar projeto-piloto de resposta habitacional municipal específica para pessoas que se encontram integradas em formação e/ou trabalho (14 vagas)
- 3.9 Criar projeto-piloto de resposta habitacional municipal específica para pessoas que estão recentemente em situação de sem abrigo (24 vagas)
- 3.10 Criar 2 respostas habitacionais de pernoita diária de carácter imediato com serviços de higiene e alimentação (jantar e pequeno-almoço) para pessoas em situação de sem abrigo na condição de sem teto (200 vagas)
- 3.11 Criar Unidades Integrativas Locais

A004 ANTECIPAR O PROGRAMA HOUSING FIRST NO PRESENTE MANDATO

- 4.1 Manter os 2 projetos Housing First destinados preferencialmente, a pessoas com problemas de saúde mental em funcionamento (100 vagas)
- 4.2 Manter os 2 projetos Housing First destinados preferencialmente, a pessoas com problemas de dependências em funcionamento (80 vagas)
- 4.3 Manter os 7 projetos Housing First destinados, a pessoas com outras problemáticas em funcionamento (220 vagas)
- 4.4 Antecipar ainda neste mandato, em função da capacidade financeira da CML, até 400 vagas, o Programa Municipal Housing First de forma a responder em cada ano ao aumento das pessoas em situação de sem abrigo em Lisboa

A005 AVALIAR E REFORÇAR O PROGRAMA MUNICIPAL HOUSING FIRST

- 5.1 Avaliar o Programa Municipal Housing First com recurso a entidade externa
- 5.2 Aumentar o Programa Municipal Housing First de acordo com os resultados da avaliação externa

A006 PROMOVER O ACESSO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO A HABITAÇÃO AO ABRIGO DOS PROGRAMAS MUNICIPAIS

- 6.1 Executar as medidas inscritas na Carta Municipal da Habitação, nomeadamente, atribuir, extraordinariamente, subsídio ao arrendamento a pessoas em situação de sem abrigo em processo de autonomização (20 até 2026)
- 6.2 Executar as medidas inscritas na Carta Municipal da Habitação, nomeadamente, aumentar soluções de alojamento para pessoas em situação de sem abrigo em património municipal
- 6.3 Divulgar, junto dos parceiros, os Programas Municipais de Acesso à Habitação
- 6.4 Promover o acesso aos Programas Municipais de Acesso à Habitação
- 6.5 Facilitar a identificação de soluções de resposta habitacional no mercado de arrendamento privado

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PLANO

ALOJAMENTO										
ID	Descrição	Orçamento Estimado Anual	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
A001 Contribuir para a manutenção da Rede de Alojamento coletivo existente na cidade de Lisboa										
A.1.1	Mantém o Centro de Alojamento de Emergência Municipal Santa Bárbara em funcionamento (120 vagas)	1 960 000,00 €								10 800 000,00 €
A.1.2	Mantém o Centro de Alojamento Temporário dos Albergues Noturnos em funcionamento (15 vagas)	87 600,00 €								813 200,00 €
A.1.3	Mantém o Centro de Alojamento de Xaroxas em funcionamento (75 vagas)	2 110 000,00 €								1 470 000,00 €
A.1.4	Mantém o Centro de Acolhimento do Beato em funcionamento (271 vagas)	260 000,00 €								1 820 000,00 €
A.1.5	Mantém a Residência Solidária de Lisboa em funcionamento (25 vagas)	200 000,00 €								1 400 000,00 €
A.1.6	Mantém a Unidade Integrativa para PSSA em funcionamento (40 vagas)	310 000,00 €								2 170 000,00 €
A.1.7	Mantém o projeto Apartamento da Transição em funcionamento (12 vagas)	100 000,00 €								700 000,00 €
A.1.8	Colaborar com a DRPSSA e IPSSA Lisboa, participando ativamente no domínio do Alojamento	- €								- €
			2 727 600,00 €	2 727 600,00 €	2 727 600,00 €	2 727 600,00 €	2 727 600,00 €	2 727 600,00 €	2 727 600,00 €	19 093 200,00 €
A002 Requalificar respostas de alojamento existentes										
A.2.1	Executar a candidatura do PRR Centro de Acolhimento do Beato (146 vagas)	- €								- €
A.2.2	Requalificar o Centro de Alojamento Temporário Albergue da Graça (23 vagas)	180 000,00 €								1 260 000,00 €
			180 000,00 €	180 000,00 €	180 000,00 €	180 000,00 €	180 000,00 €	180 000,00 €	180 000,00 €	1 260 000,00 €
A003 Criar respostas de alojamento diversificadas e especializadas										
A.3.1	Executar a candidatura do PRR Centro de Alojamento do Ourives (21 vagas)	- €								- €
A.3.2	Executar a candidatura do PRR Apartamentos da Transição (54 vagas)	- €								- €
A.3.3	Criar o Centro de Alojamento Municipal do Contado (90 vagas)	390 000,00 €								2 340 000,00 €
A.3.4	Criar um Centro de Alojamento Municipal de media diversão (80 vagas)	459 900,00 €								1 839 600,00 €
A.3.5	Criar projeto-piloto de resposta habitacional municipal, específica e permanente, para PSSA, com idade superior a 65 anos, que não se adaptam às estruturas existentes tipificadas (20 vagas)	160 000,00 €								600 000,00 €
A.3.6	Criar projeto-piloto de resposta habitacional municipal, específica e inovadora, para PSSA com problemas de alcoolismo (12 vagas)	100 000,00 €								400 000,00 €
A.3.7	Criar projeto-piloto de resposta habitacional municipal específica para PSSA com doença mental que não se adaptam às estruturas existentes tipificadas (12 vagas)	100 000,00 €								300 000,00 €
A.3.8	Criar projeto-piloto de resposta habitacional municipal específica para pessoas que se encontram integradas em formação e/ou trabalho (14 vagas)	110 000,00 €								770 000,00 €
A.3.9	Criar projeto-piloto de resposta habitacional municipal específica para pessoas que estão recentemente na situação de sem-abrigo (24 vagas)	190 000,00 €								1 320 000,00 €
A.3.10	Criar 2 respostas habitacionais de pernoite diário de carácter imediato com serviços de higiene e alimentação (quarta e quinta-noite) para PSSA na condição de sem teto (200 vagas)	1 000 000,00 €								8 000 000,00 €
A.3.11	Criar Unidades Integrativas Locais	- €								- €
			500 000,00 €	1 690 000,00 €	1 650 000,00 €	2 409 900,00 €	2 909 900,00 €	2 909 900,00 €	2 909 900,00 €	13 779 600,00 €
A004 Antecipar o Programa Housing First no presente mandato										
A.4.1	Mantém os 2 projetos Housing First destinados, preferencialmente, a pessoas com problemas de saúde mental em funcionamento (100 vagas)	766 500,00 €								5 385 500,00 €
A.4.2	Mantém os 2 projetos Housing First destinados, preferencialmente, a pessoas com problemas de dependências em funcionamento (80 vagas)	613 200,00 €								4 292 400,00 €
A.4.3	Mantém os 7 projetos Housing First destinados, preferencialmente, a pessoas com outras problemáticas em funcionamento (220 vagas)	1 686 300,00 €								11 804 100,00 €
A.4.4	Antecipar ainda neste mandato, em função da capacidade financeira da CML, até 400 vagas, o Programa Municipal Housing First de forma a responder em cada ano ao aumento as pessoas em situação de sem-abrigo em Lisboa	- €								- €
			3 066 000,00 €	3 066 000,00 €	3 066 000,00 €	3 066 000,00 €	3 066 000,00 €	3 066 000,00 €	3 066 000,00 €	21 462 000,00 €
A005 Avaliar e Reforçar o Programa Municipal Housing First										
A.5.1	Avaliar o Programa Municipal Housing First com recurso a entidade externa	75 000,00 €								75 000,00 €
A.5.2	Aumentar o Programa Municipal Housing First de acordo com os resultados da avaliação externa	3 066 000,00 €								7 666 000,00 €
			25 000,00 €	25 000,00 €	25 000,00 €	766 500,00 €	1 533 000,00 €	2 299 500,00 €	3 066 000,00 €	7 740 000,00 €
A006 Promover o acesso das PSSA a Habitação ao longo dos Programas Municipais										
A.6.1	Executar as medidas inscritas no CMH, nomeadamente, atribuir, extraordinariamente, subsídio ao arrendamento a pessoas em situação de sem-abrigo em processo de autonomização (20 até 2026)	- €								- €
A.6.2	Executar as medidas inscritas no CMH, nomeadamente, aumentar soluções de alojamento para PSSA em alojamento municipal	- €								- €
A.6.3	Divulgar, junto dos parceiros, os Programas Municipais de Acesso à Habitação	- €								- €
A.6.4	Promover o acesso aos Programas Municipais de Acesso à Habitação	- €								- €
A.6.5	Facilitar a identificação de soluções de resposta habitacional no mercado de arrendamento privado	- €								- €
			0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
			5 250 000,00 €	7 400 000,00 €	7 643 600,00 €	9 150 000,00 €	10 910 500,00 €	10 763 000,00 €	11 540 500,00 €	60 314 600,00 €

Quadro 10- Execução Financeira - PMPSA 2024-2030 - Eixo Alojamento

4.2.5.4. EIXO DA INSERÇÃO SOCIAL

O Eixo da Inserção Social visa promover o desenvolvimento das capacidades e competências pessoais e sociais das PSSA, mobilizando um conjunto alargado de áreas de intervenção (saúde, emprego, formação profissional, educação, capacitação, proteção social, etc.), tendo em vista a sua plena integração comunitária e autonomização, bem como a prevenção do retorno à situação de sem abrigo.



OBJETIVOS OPERACIONAIS E MEDIDAS

1001 DINAMIZAR PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIAL E CULTURAL

- 1.1 Promover o acesso de pessoas em situação de sem abrigo à cultura, ao desporto e a outras dimensões de natureza de social, de acordo com os seus interesses e necessidades
- 1.2 Integrar pessoas em situação de sem abrigo em eventos e práticas de natureza cultural e desportiva
- 1.3 Alargar o acesso gratuito aos transportes públicos às Pessoas em Situação de Sem Abrigo

1002 CRIAR UMA REDE DE RESPOSTAS DE OCUPAÇÃO DIURNA

- 2.1 Manter o Centro de Ocupação e Inserção Diurna “Espaço Aberto ao Diálogo” em funcionamento
- 2.2 Manter o Centro de Ocupação e Inserção Diurna “Orientar” em funcionamento
- 2.3 Manter o Centro de Ocupação e Inserção Diurna “Academia da Mudança” em funcionamento
- 2.4 Manter o Centro de Ocupação e Inserção Diurna de Xabregas em funcionamento
- 2.5 Reativar o Centro de Ocupação e Inserção Diurna “Drop in – Espaço Âncora”
- 2.6 Criar 2 novos espaços de Ocupação Diurna
- 2.7 Colaborar com a ENIPSSA e NPISA Lisboa, participando ativamente no domínio da Empregabilidade

1003 APOIAR PROJETOS QUE PROMOVAM A CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO

- 3.1 Manter a cedência de património municipal para a execução de projetos (É um Restaurante | É uma Mesa) que promovem a criação de postos de trabalho para pessoas em situação de sem abrigo
- 3.2 Promover a cedência de património municipal para a execução de projetos que promovam a criação de postos de trabalho para pessoas em situação de sem abrigo

1004 POTENCIAR O PROJETO EMPREGO PRIMEIRO - PORTA ABERTA

- 4.1 Assegurar o funcionamento do projeto Emprego Primeiro – Porta Aberta
- 4.2 Reforçar a articulação com outros projetos, nomeadamente com a RedEmprega

1005 PROMOVER OS POSTOS DE TRABALHO COM BASE NO MODELO DE INTERVENÇÃO DE EMPREGO APOIADO

- 5.1 Integrar pessoas em situação de sem abrigo em postos de trabalho na CML, Empresas Municipais e Juntas de Freguesia
- 5.2 Integrar pessoas em situação de sem abrigo e pares em postos de trabalho nas organizações da sociedade civil
- 5.3 Reforçar a articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)
- 5.4 Reforçar os recursos humanos que auxiliam as Pessoas em Situação de Sem Abrigo na preparação de candidaturas e formação em literacia digital conexas à procura de emprego

1006 CRIAR UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

- 6.1 Criar um Programa de Formação Básica e Profissional que contemple formação em domínios como o linguístico, o informático, e relativos a ofícios e profissões, designadamente os ligados a categorias profissionais existentes na CML

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PLANO

INSERÇÃO SOCIAL									
(ID)	Descrição	Orçamento Estimado Anual	Cronograma						
			2024	2025	2026	2027	2028	2029	Total
1001	Implementar programas de inclusão social e cultural								
1.1.1	Promover o acesso de PSSA à cultura, ao desporto e a outros domínios de interesse da sociedade, de acordo com os seus interesses e necessidades.	0							0
1.1.2	Integrar pessoas em situação de sem abrigo em eventos e atividades de natureza cultural e desportiva	0							0
1.1.3	Alargar o acesso gratuito aos transportes públicos às Pessoas em Situação de Sem Abrigo	0							0
1002	Enterar uma Rede de respostas de Ocupação Diária								
1.2.1	Manter o Centro de Ocupação e Inserção Diária "Espaço Aberto ao Diálogo" em funcionamento	40 000,00 €							200 000,00 €
1.2.2	Manter o Centro de Ocupação e Inserção Diária "Orientar" em funcionamento	40 000,00 €							200 000,00 €
1.2.3	Manter o Centro de Ocupação e Inserção Diária "Academia de Mudanças" em funcionamento	40 000,00 €							200 000,00 €
1.2.4	Manter o Centro de Ocupação e Inserção Diária de Nargares em funcionamento	40 000,00 €							200 000,00 €
1.2.5	Realizar o Centro de Ocupação e Inserção Diária "Drop In - Espaço Resaca"	40 000,00 €							200 000,00 €
1.2.6	Crear 2 novas espaços de Ocupação Diária	200 000,00 €							1 000 000,00 €
1.2.7	Colaborar com a EMPSSA e SPSSA/Lisboa, participando ativamente no domínio da Empregabilidade	0							0
			200 000,00 €	200 000,00 €	400 000,00 €	400 000,00 €	400 000,00 €	400 000,00 €	2 400 000,00 €
1003	Apoiar projetos que promovam a criação de postos de trabalho para PSSA								
1.3.1	Manter a creditação do património municipal para a execução de projetos (E um Restaurante / E uma Mesa) que promovam a criação de postos de trabalho para PSSA	0							0
1.3.2	Promover a creditação do património municipal para a execução de projetos que promovam a criação de postos de trabalho para PSSA	0							0
			0	0	0	0	0	0	0
1004	Falecionar o projeto Emprego Primeiro - Porta Aberta								
1.4.1	Assegurar o funcionamento do projeto Emprego Primeiro - Porta Aberta	150 000,00 €							1 050 000,00 €
1.4.2	Reforçar a articulação com outros projetos, nomeadamente com a RedEmprega	0							0
		150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	1 050 000,00 €
1005	Promover postos de trabalho, com base no modelo de intervenção de emprego apoiado								
1.5.1	Integrar PSSA em postos de trabalho na CML, Empresas Municipais e Juntas de Freguesia	0							0
1.5.2	Integrar PSSA e pares em postos de trabalho nas organizações da sociedade civil	0							0
1.5.3	Reforçar a articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)	0							0
1.5.4	Reforçar os recursos humanos que auxiliam as Pessoas em Situação de Sem Abrigo na preparação de candidaturas e formação em literacia digital conexas à procura de emprego	0							0
		0	0	0	0	0	0	0	0
1006	Enterar um programa de formação básica e profissional								
1.6.1	Crear um Programa de Formação Básica e Profissional que contemple formação em domínios como o linguístico, o informático, e relativos a ofícios e profissões, designadamente os ligados a categorias profissionais existentes na CML	0							0
		0	0	0	0	0	0	0	0
			350 000,00 €	350 000,00 €	350 000,00 €	350 000,00 €	350 000,00 €	350 000,00 €	3 150 000,00 €

Quadro 11 - Execução Financeira - PMPSSA 2024-2030 - Eixo Inserção Social

4.2.5.5. EIXO DO CONHECIMENTO E COMUNICAÇÃO

O Eixo do Conhecimento e Comunicação surge como uma necessidade intrínseca, uma vez que o conhecimento, alcançado através do processo de avaliação contínuo, da realização de estudos científicos e da partilha de boas práticas, é essencial para melhorar a compreensão, prevenção e combate ao fenómeno associado às pessoas em situação de sem abrigo, e consequentemente definir políticas públicas integradas e efetivas. Por outro lado, a comunicação sobre este fenómeno é de extrema importância de modo a prevenir e reduzir a estigmatização e a discriminação das PSSA.



OBJETIVOS OPERACIONAIS E MEDIDAS

- C001 IMPLEMENTAR UM SISTEMA DE AVALIAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PARA A PESSOA EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO 2024-2030**
 - 1.1 Criar um sistema de avaliação e monitorização interno do Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2024-2030
 - 1.2 Criar um sistema de avaliação e monitorização externo que avalie o impacto do Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2024-2030
- C002 PARTICIPAR E COLABORAR COM AS REDES NACIONAIS E INTERNACIONAIS EM QUE A CML É PARCEIRA**
 - 2.1 Colaborar com a Rede Eurocidades, nomeadamente com o Grupo de Trabalho na área das pessoas em situação de sem abrigo
 - 2.2 Colaborar com o SMES Europa, nomeadamente no Projeto Person First ao abrigo do programa Erasmus +
 - 2.3 Colaborar com a ENIPSSA e NPISA Lisboa, participando ativamente no domínio da Monitorização do fenómeno
- C003 PROMOVER A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO**
 - 3.1 Participar na elaboração de artigos científicos
 - 3.2 Colaborar e participar em encontros de boas práticas e de aprendizagem mútua ao nível nacional e internacional
 - 3.3 Organizar o Encontro Anual do PMPSSA 2024-2030
 - 3.4 Comunicar, periodicamente, dados relativos ao fenómeno e à execução do Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2024-2030

C004 DISTINGUIR IDEIAS INOVADORAS E BOAS PRÁTICAS NA ÁREA DE INTERVENÇÃO COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO

- 4.1 Atribuir prémio a ideias de inovação no quadro da academia e similares, na área da intervenção com pessoas em situação de sem abrigo
- 4.2 Atribuir prémio, no âmbito da responsabilidade social das empresas, a práticas inovadoras no âmbito da intervenção com pessoas em situação de sem abrigo

C005 OBTER FINANCIAMENTO NA ÁREA DE INTERVENÇÃO COM PSSA

- 5.1 Identificar linhas de financiamento na área de intervenção com as PSSA em diferentes matérias
- 5.2 Apresentar candidaturas às linhas de Financiamento Identificadas

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PLANO

CONHECIMENTO E COMUNICAÇÃO										
ID	Descrição	Orçamento Estimado Anual	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
C001 Implementar o Sistema de Avaliação e Monitorização do PMPSSA 2024-2030										
C.1.1	Criar um sistema de avaliação e monitorização interno do PMPSSA 2024-2030	- €								- €
C.1.2	Criar um sistema de avaliação e monitorização externo que avalie o impacto do PMPSSA 2024-2030	10 000,00 €								10 000,00 €
			10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	70 000,00 €
C002 Participar e colaborar com as Redes nacionais e internacionais em que a CMVL é parceira										
C.2.1	Colaborar com a Rede Europeia, nomeadamente com o Grupo de Trabalho na área das PSSA	- €								- €
C.2.2	Colaborar com o SMES Europa, nomeadamente no Projeto Person Fit ao abrigo do programa Erasmus +	- €								- €
C.2.3	Colaborar com a ENPSSA e NPSSA Lisboa, participando ativamente no domínio da Monitorização do fenómeno	- €								- €
			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
C003 Promover a produção de conhecimento na área das PSSA										
C.3.1	Participar na elaboração de artigos científicos	- €								- €
C.3.2	Colaborar e participar em eventos de boas práticas e de aprendizagem mútua ao nível nacional e internacional	- €								- €
C.3.3	Organizar o Encontro anual do PMPSSA 2024-2030	- €								- €
C.3.4	Comunicar, periodicamente, dados relativos ao fenómeno e à execução do PMPSSA 2024-2030	- €								- €
			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
C004 Distinguir ideias inovadoras e boas práticas na área de intervenção com PSSA										
C.4.1	Atribuir prémio a ideias de inovação para a academia e similares, na área da intervenção com PSSA	3 500,00 €								3 500,00 €
C.4.2	Atribuir prémio, no âmbito da responsabilidade social das empresas, a práticas inovadoras na área de intervenção com PSSA	- €								- €
			3 500,00 €	3 500,00 €	3 500,00 €	3 500,00 €	3 500,00 €	3 500,00 €	3 500,00 €	24 500,00 €
C005 Obter financiamento na área de intervenção com PSSA										
C.5.1	Identificar linhas de financiamento na área de intervenção com as PSSA em diferentes matérias	- €								- €
C.5.2	Apresentar candidaturas às linhas de financiamento identificadas	- €								- €
			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
			13 500,00 €	13 500,00 €	13 500,00 €	13 500,00 €	13 500,00 €	13 500,00 €	13 500,00 €	98 500,00 €

Quadro 12- Execução Financeira - PMPSSA 2024-2030 - Eixo Conhecimento e Comunicação

4.2.6. MODELO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Com a aprovação deste Plano Municipal, dá-se uma continuidade reforçada às políticas locais de apoio às PSSA.

A CML, em estreita articulação com todos os parceiros e beneficiários, tem a responsabilidade de avaliar e monitorizar este Plano Municipal, pelo que se torna indispensável implementar um sistema de avaliação e monitorização das medidas a executar, de uma forma sistemática e contínua.

Compete à CML aferir se as medidas propostas foram executadas, a sua eficácia e resultados obtidos baseado num sistema de avaliação contínuo, alicerçado na pré definição de metas específicas, mensuráveis, alcançáveis num determinado prazo, para cada uma das medidas propostas.

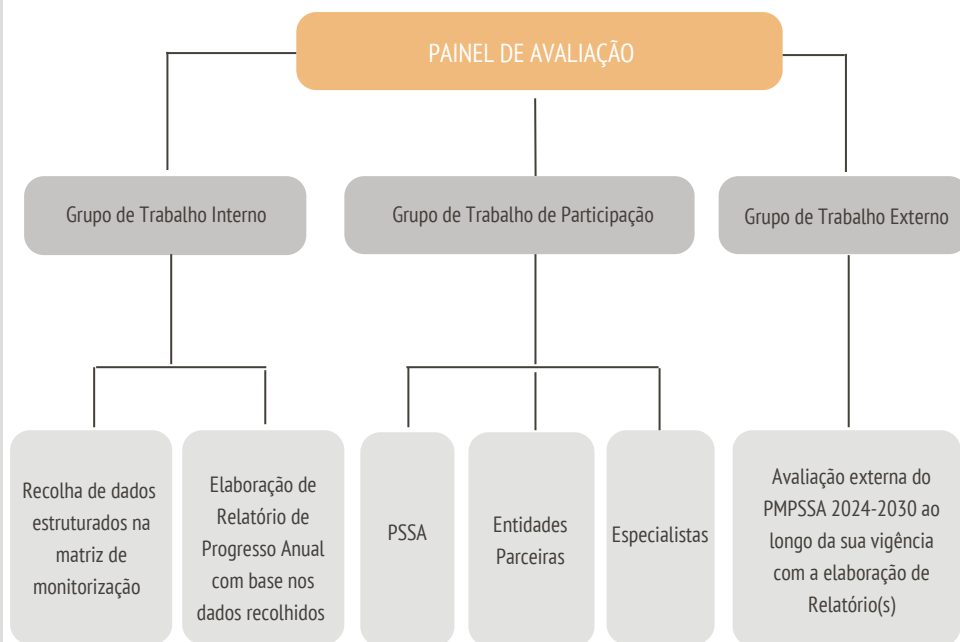
Devem ser identificados indicadores e respetivas fontes de verificação que medem, ao longo do tempo, o nível de execução de cada medida em relação à meta inicialmente proposta, permitindo, em caso de necessidade a sua adequação mediante a evolução do fenómeno das PSSA, bem como os constrangimentos e disponibilidades no âmbito dos recursos financeiros e humanos existentes.

Simultaneamente, devem também ser reforçados os mecanismos internos para recolha, tratamento e divulgação eficiente e periódica de informação, alicerçada em indicadores de referência que irão permitir a consolidação do conhecimento sobre este fenómeno e consequentemente adaptar e/ou criar novas medidas que tenham a capacidade de mitigar as tendências e os desafios que diariamente surgem.

Importa, também, monitorizar os projetos e a sua implementação no terreno, dando continuidade e reforçando o acompanhamento de proximidade com as entidades parceiras realizadas com as entidades contratualizadas.

Este processo deverá ser assim coordenado pela Unidade Orgânica da CML responsável pela implementação do Plano, numa lógica de articulação com o NPISA, que é entidade responsável pela monitorização do fenómeno das PSSA.

Os pressupostos descritos nos parágrafos anteriores devem integrar duas componentes – Avaliação Interna e Avaliação Externa – prevendo-se, paralela mas complementarmente, a auscultação das próprias PSSA. O Painel de Avaliação será composto por três grupos de trabalho permanente: um Grupo de Trabalho Interno (GTI), um Grupo de Trabalho para a Participação (GTP); e um Grupo de Trabalho Externo (GTE) com recurso à academia.



Fluxograma 1 - Painel de Avaliação

Este é um processo que criará, periodicamente, oportunidades de ouvir peritos e PSSA e identificar aspetos a melhorar e a alterar, através da dinamização de diferentes dinâmicas que estimulam a reflexão e o confronto de ideias entre os diferentes atores envolvidos no Plano – sempre numa ótica de complementar a uma análise quantitativa com uma perspetiva mais qualitativa, resultado desse tipo de metodologia de auscultação.

A metodologia de avaliação e monitorização compreenderá assim dois níveis: a avaliação anual de progresso e a avaliação final. O GTI terá como missão proceder a uma avaliação anual que permitirá aferir a evolução das respostas em curso, fundamentando-se nos dados recolhidos e estruturados em função de uma matriz de monitorização. Desta monitorização resultará a produção de um Relatório Anual.

O GTE terá como objetivo a produção de uma avaliação a partir de diferentes dimensões de análise (eficácia, eficiência, impacto, sustentabilidade), que com base em indicadores selecionados, verificará os resultados alcançados, de forma a produzir as suas conclusões e recomendações, que serão remetidas em versão de Relatórios Intermédios e um Relatório Final.

A avaliação é feita assim de forma sistemática e acompanha todo período de vigência do PMPSSA 2024-2030, desde a sua aprovação pelos órgãos competentes do Município de Lisboa, Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

4.2.7. MODELO DE EXECUÇÃO

Fruto dos contextos socioeconómicos atuais, esta é uma realidade que se tem agravado nos últimos anos. Assim, entende-se ser imperativo para a CML reforçar o trabalho realizado, complementar o apoio social e combater a pobreza e a exclusão social, capitalizando, por um lado, a vasta rede de apoio social existente tendo como objetivo principal promover o planeamento integrado e sistemático potenciando sinergias, competências e recursos a nível local e por outro, contribuir para a promoção da integração da PSSA ao criar e requalificar respostas que assegurem mais qualidade de vida de forma a prevenir o agravamento deste fenómeno.

Assim, e face à experiência e especialização acumulada nos últimos anos, a continuidade de uma equipa municipal no quadro da orgânica dos serviços complementares, é o modelo que melhor se adequa à implementação deste Plano, em que se conjugam a experiência, especialização e transversalidade e o que melhor responde à necessidade de autonomia, coesão e gestão de recursos.

Desta forma, a CML tem a responsabilidade de implementar este Plano Municipal nos termos apresentados nos capítulos anteriores e, ainda, de monitorizar a execução do mesmo procedendo aos ajustes que se considerem pertinentes no planeamento anual.

4.2.8. ESTIMATIVA ORÇAMENTAL E DE EXECUÇÃO

O PMPSSA 2024-2030 tem um cronograma de execução e financiamento programado até 2030 e está organizado através dos seus eixos, objetivos e medidas (Anexo3).

Este cronograma delinea a sequência temporal para a implementação de cada uma das medidas do Plano ao longo de várias etapas e a respetiva estimativa orçamental necessária para o efeito. Esta ferramenta irá permitir gerir, antecipar e planear de uma forma mais eficiente o Plano Municipal até à sua conclusão, salvaguardando as necessárias adaptações e reajustes para dar resposta às eventuais incertezas e dinâmicas socioeconómicas vindouras e que necessariamente terão impacto neste fenómeno.

A estimativa orçamental que se apresenta foi elaborada com base nas necessidades orçamentais, em que a execução das medidas do Plano, dependem exclusivamente do Pelouro da CML com a responsabilidade desta temática.

Em termos globais, a execução deste Plano representa uma estimativa orçamental total de **69.644.300, 00 €** (sessenta e nove milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil e trezentos euros) repartidos anualmente da seguinte forma:

ESTIMATIVA ORÇAMENTAL E DE EXECUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PARA A PESSOA EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO 2024-2030

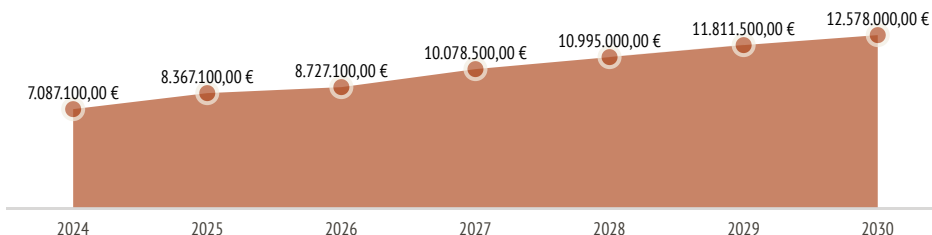


Gráfico 20 - Estimativa Orçamental e de Execução do Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2024-2030
Fonte: EPPMPSSA

Conforme se pode verificar no gráfico abaixo, o Eixo do Alojamento é o que representa maior investimento durante este período com uma estimativa de 63.334. 800,00 € (cerca de 91% da totalidade do investimento).

ESTIMATIVA ORÇAMENTAL E DE EXECUÇÃO POR EIXO DE INTERVENÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PARA A PESSOA EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO 2024-2030

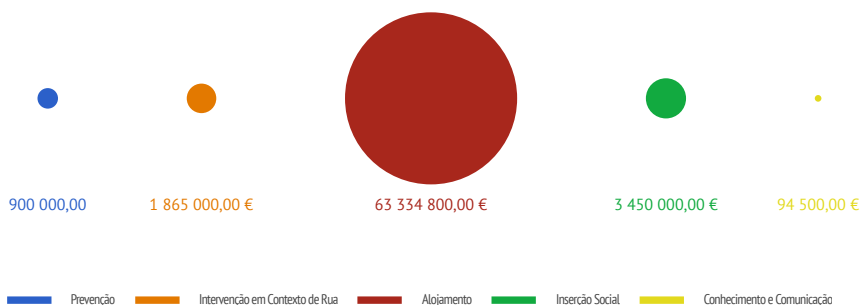


Gráfico 21 - Estimativa Orçamental e de Execução por Eixo de Intervenção do Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2024-2030
Fonte: EPPMPSSA

Como se pode observar, existem medidas sem estimativa orçamental para a sua execução. Estas, na sua maioria, não dependem de investimento direto do pelouro, mas sim da otimização das medidas ao nível da sua eficácia e eficiência, da rentabilização dos recursos existentes e do reforço das relações institucionais entre as diversas entidades que atuam direta ou indiretamente nesta área.

A previsão de implementação de cada uma destas medidas está programada anualmente, no entanto, algumas das medidas, como por exemplo, a criação de novas respostas (de alojamento ou outras) estão dependentes da afetação de espaços e que necessariamente poderão influenciar o timing previsto para a sua execução.

CAPITULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lisboa tem vivido ao longo dos últimos anos um crescimento constante dos recursos destinados à intervenção com PSSA.

Esse crescimento traduz-se, por um lado, no aumento do número de vagas nas instalações, na qualificação de respostas, na profissionalização dos técnicos que se traduz numa abordagem mais holística da intervenção, no entanto, foi acompanhado também pelo crescimento da exclusão habitacional e consequentemente no aumento do número de PSSA.

Para que se possa legitimamente ambicionar “erradicar” este fenómeno, é necessário um compromisso político interministerial e territorial, que estabeleça políticas preventivas nas suas diversas dimensões e concertadas para permitir reduções drásticas do número de PSSA e combater as desigualdades e a pobreza que ainda persiste na cidade de Lisboa.

Este é um Plano que assenta no conhecimento, nas estruturas e na intervenção direta centrada na pessoa, com as PSSA, embora também pretenda ir além da perspetiva do cuidado e da gestão da situação, incorporando estratégias de prevenção através da necessidade de coordenar esforços entre as autoridades locais e as autoridades supramunicipais com o objetivo de estabelecer políticas de prevenção estruturais dando resposta onde os atuais mecanismos gerais de proteção estão a falhar.

O PMPSSA 2024-2030 compromete o executivo da Câmara Municipal de Lisboa a rever, melhorar e expandir os serviços que prestam apoio às PSSA. A abordagem de um plano de cidade também responde à determinação de dar à Autarquia o papel de facilitadora na coprodução de políticas e medidas com as organizações sociais, que regerão o seu trabalho conjunto no combate à situação de sem abrigo entre 2024 e 2030.



”

A pessoa humana não é apenas o que já é ,
mas é um poder ser,
um ser a caminho,
em vias de,
como se estivesse destinada até ao fim a nascer "

José Tolentino Mendonça

GLOSSÁRIO

APARTAMENTOS PARTILHADOS – Resposta que visa proporcionar uma habitação partilhada, para pessoas em situação de sem abrigo que foram encaminhadas por estruturas de tratamento ou sociais e com as quais já existe um trabalho prévio de avaliação e reinserção. Pretende-se que os beneficiários ganhem competências sociais e de partilha, das suas vivências, com os restantes residentes.

APARTAMENTOS DE TRANSIÇÃO – Resposta de alojamento temporário, em apartamentos com diferentes tipologias, para PSSA que reúnam condições para uma reintegração plena na sociedade ao nível, pessoal, social e profissional.

CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO– Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o alojamento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de sem abrigo, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada. A entrada obedece a uma entrevista criteriosa para avaliação da situação individual.

CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO DE EMERGÊNCIA – Resposta social que possibilita a entrada imediata, na existência de vaga, de uma pessoa, independentemente da problemática apresentada por esta, nos quais se estabelece sempre um plano individual com vista à autonomização, que passa necessariamente pela resolução de questões prementes.

CENTRO OCUPACIONAL DE INSERÇÃO DIURNA – Resposta diurna que visa a satisfação de necessidades básicas e o desenvolvimento pessoal, social e profissional da pessoa, por meio da participação em atividades socioculturais, formativas e terapêuticas. Incentiva a autonomização e a integração socioprofissional.

EMPREGO PROTEGIDO OU APOIADO - Exercício de atividade profissional por pessoas com algum grau de deficiência ou incapacidade, que afetem a sua capacidade para o trabalho, em estruturas específicas no mercado de trabalho. Tem como objetivo proporcionar a estas pessoas o exercício de uma atividade profissional e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais necessárias à sua integração, sempre que possível, em regime normal de trabalho ou emprego apoiado em mercado aberto.

EQUIPA DE PROJETO PARA A IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PARA A PESSOA EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO (EPPMPSSA) 2019-2023 - Equipa Técnica multidisciplinar da Câmara Municipal de Lisboa, criada com a deliberação n.º 84/CM/2020, tendo como missão implementar, coordenar, acompanhar, dinamizar e monitorizar o PMPSSA 2019-2023.

EQUIPAS TÉCNICAS DE RUA – Desenvolvem trabalho especializado de intervenção psicossocial com as PSSA, concedendo apoio social e psicológico em rua, visando o estabelecimento de uma relação de confiança, por forma a poder encaminhar e acompanhar as pessoas de acordo com as respetivas especificidades.

EQUIPA TÉCNICA DE RUA ESPECIALIZADA NA ÁREA DA SAÚDE - Desenvolve um trabalho de proximidade, em contexto de rua, no âmbito da avaliação e rastreios em saúde, promoção da saúde e prevenção da doença, Redução de Riscos e Minimização de Danos, de cuidados de saúde primários e encaminhamento para diferentes respostas do Serviço Nacional de Saúde.

GESTOR DE CASO - Técnico que faz parte de uma das entidades parceiras representadas no Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA). São os responsáveis pelo acompanhamento de todo o processo, serão o contacto próximo e privilegiado de cada pessoa em situação de sem abrigo e definirão com ele as etapas a planear no seu percurso de inserção, identificando as ações prioritárias, em cada momento, que poderão contribuir para esse percurso, promovendo a articulação com as instituições e entidades que deverão ser envolvidas no mesmo.

HOUSING FIRST - Resposta de alojamento, orientada para a recuperação, não visando apenas a resolução de sintomatologias psiquiátricas ou adições de substâncias psicoativas. Este modelo promove o acesso direto à habitação individualizada, estável e integrada, disponibilizando um conjunto diversificado de serviços de suporte no contexto habitacional e de ligação com outros recursos da comunidade. A intervenção é definida de acordo com o beneficiário, com enfoque na melhoria das condições de vida, aumento dos laços sociais, melhoria das condições de saúde, sendo os apoios e serviços de tratamento assegurados pelas respostas existentes na comunidade, contribuindo para promover o sentimento de pertença e autodeterminação, potenciando a reinserção dos beneficiários na comunidade.

INSERÇÃO SOCIAL - Pretende no seu sentido mais lato o empoderamento da população em favor do coletivo, de modo que todos, sem exceção, possam ter acesso à informação, alimentação, saúde, educação, habitação, trabalho, renda e dignidade.

MODELO DO GRADUALISMO - O modelo de gradualismo para pessoas em situação de sem abrigo propõe uma abordagem progressiva e individualizada para lidar com situações complexas. Este modelo defende a implementação de instruções passo a passo, começando com a oferta de alojamento de emergência e acesso a serviços básicos, como alimentação e higiene, para de seguida se desenvolverem planos personalizados e participados que abordem as causas subjacentes à situação/ condição de sem abrigo, fornecendo meios e recursos para a melhoria da sua condição (tratamento de dependências, apoio psicológico, capacitação/ orientação profissional e oportunidades de emprego, etc).

NÚCLEO DE APOIO LOCAL - Espaços com características predefinidas, que asseguram boas condições de higiene e segurança, nos quais são fornecidas as refeições. Constituem-se como espaços de partilha entre utentes e colaboradores institucionais, onde para além de cumprir a sua função de apoio, contribuem para a promoção do exercício da cidadania.

NPISA Lisboa – Criado no âmbito da Rede Social de Lisboa, tem como missão criar uma estrutura única que centralize e otimize todas as respostas direcionadas para a População em Situação de Sem-Abrigo (PSSA), relativamente a alojamento, alimentação, apoio psicossocial, higiene pessoal, balneários, apoios pecuniários, intervenção das equipas técnicas de rua, numa lógica de optimização de recursos, promovendo o trabalho em rede.

PESSOA EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO – O conceito de pessoa em situação de sem abrigo, adotado pela Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo e pela Rede Social de Lisboa considera pessoa em situação de sem abrigo aquela que “independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontra: sem teto, vivendo no espaço público, alojado em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito”. Este conceito é utilizado a nível nacional por todas as entidades públicas e privadas para efeitos de contabilização e caracterização das PSSA bem como para a apresentação de medidas inseridas nos planos de desenvolvimento social.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL (PDI) - Um Plano de Desenvolvimento Individual é uma ferramenta utilizada na gestão de pessoas para trabalhar o crescimento individual no âmbito profissional e pessoal. Este consiste num plano de ação que possui um objetivo claro a ser alcançado e tem como intuito promover e desenvolver habilidades e comportamentos necessários no projeto de vida de uma pessoa.

PREVENÇÃO – Ato de se antecipar às consequências de uma ação, no intuito de prevenir o seu resultado, corrigindo e direcionando para respostas adequadas. Atuar na prevenção, implica a identificação e a intervenção junto das causas subjacentes a essa situação. Existem diversos modelos de classificação para as diferentes ações de prevenção da situação de sem-abrigo. No entanto, a sua maioria considera um contínuo de ações que vão da prevenção da entrada na situação junto da comunidade em geral (por exemplo, através de políticas de habitação ou de saúde) à prevenção do retorno à situação, após a (re)inserção habitacional da pessoa.

REDE SOCIAL - É uma Estrutura social composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que compartilham objetivos comuns. Entre as diversas características fundamentais na definição das redes destaca-se a sua abertura, possibilitando relacionamentos horizontais e não hierárquicos entre os participantes.

REDUÇÃO DE RISCOS E MINIMIZAÇÃO DE DANOS (RRMD) - Abordagem no âmbito da saúde que pretende promover a mudança dos comportamentos aditivos, com ou sem substâncias, de modo a diminuir os riscos e danos para o próprio e/ou terceiros, nos casos em que não é possível a integração noutros programas de tratamento. Baseiam-se no princípio da não imposição da abstinência.

RESIDÊNCIA SOLIDÁRIA DE LISBOA – Projeto de alojamento coletivo, com quartos individuais, duplos e de casal, com espaços e serviços comuns e supervisão técnica permanente. Pretende promover a participação ativa dos residentes no funcionamento do espaço e a sua autonomização.

SEM CASA - Pessoas a viver em centros de alojamento temporário / albergues (inclui famílias, refugiados, requerentes de asilo), onde a pernoita é limitada / sem acesso a alojamento de longa duração; Pessoas a viver em alojamentos específicos para pessoas sem casa / alojamento (ex. apartamentos de transição), onde a pernoita é limitada / sem acesso a alojamento de longa duração. Pessoas a viver em pensões ou quartos pagos pelos serviços sociais.

SEM TETO - A viver em Rua ou no espaço público - Jardins, passeios; paragens de autocarro; estação de comboios, aeroporto; sob pontes ou viadutos; barracas; abrigo de emergência (qualquer equipamento que acolha, de imediato, gratuitamente e por períodos de curta duração, pessoas que não tenham acesso a outro local de pernoita) e locais precários (é aquele que, devido às condições em que se encontra, permite uma utilização pública) – carros abandonados; abrigos improvisados; edifícios ou fábricas devolutas; vãos de escada; entradas de prédios.

UNIDADE DE ATENDIMENTO PARA A PESSOA EM SITUAÇÃO SEM -ABRIGO (UAPSA) - É também designado por Unidade de Emergência (EU) e consiste num equipamento situado no Cais do Sodré que se destina a todas as pessoas que se encontrem em situação de emergência social, dispondo de vários serviços como: atendimento social, encaminhamento para respostas de alojamento, banco de roupa, balneário.

UNIDADE INTEGRATIVA – Resposta de alojamento de emergência na cidade de Lisboa, que funciona 24h/dia, em edifício municipal, que tem em vista o desenvolvimento de autonomia e competências sociais e profissionais das pessoas apoiadas, através da prestação de um acompanhamento personalizado.

VAGA DE EMERGÊNCIA – alojamento e atendimento social de emergência que decorre de um acontecimento súbito, por motivos ocasionais ou por risco social grave, no qual a pessoa ficou desprovida de meios para fazer face de forma imediata às suas necessidades básicas. O tempo considerado para a vaga de emergência é de 72 horas.

LISBOA

Pelouro dos Direitos Humanos e Sociais

PLANO MUNICIPAL PARA A PESSOA EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO

ANEXOS

2024-2030



ÍNDICE

ANEXO 1 - Parceiros do NPISA Lisboa

ANEXO 2 – Processo Participativo – Contributos ao Plano 2024-2030

A - Momentos e Intervenientes

B - Contributos e Desafios ao Plano

ANEXO 3 – Execução Física e Financeira do PMPSSA 2024-2030



ANEXO 1

PARCEIROS DO NPISA LISBOA

COMISSÃO TRIPARTIDA

Câmara Municipal de Lisboa

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

ISS,IP./ Centro Distrital de Lisboa

1	ACA - Associação Conversa Amiga
2	ACSRMPF - Associação Sócio Cultural e Recreativa de Melhoramentos da penha de França os Fidalgos da Penha
3	AEIPS - Associação Para o Estudo e Integração Psicossocial
4	AMI - Fundação de Assistência Médica Internacional
5	ANNL - Associação dos Albergues Noturnos de Lisboa
6	ARES DO PINHAL - Associação de Recuperação de Toxicodependentes
7	ARSLVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P
8	ASSVOXLX - Associação VOX Lisboa
9	ATOS DE MUDANÇA - Associação de Desenvolvimento e Intervenção Social
10	AVA - Associação Vida Autónoma
11	CAIS - Associação de Solidariedade Social
12	CASA - Centro de Apoio ao Sem Abrigo
13	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa
14	Centro Social do Exército de Salvação
15	Centro Social e Paroquial de São Jorge de Arroios
16	COMETLIS - Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública
17	CRESCER - Associação de Intervenção Comunitária
18	CVP - Comunidade Vida e Paz
19	EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza
20	GAT - Grupo de Ativistas em Tratamentos
21	IEFP - Instituição de Emprego e Formação Profissional
22	JOÃO13 – Associação de Apoio e Serviços a Pessoas Carenciadas
23	JRS PORTUGAL- Serviço Jesuíta aos Refugiados
24	MdM- Associação Médicos do Mundo
25	MUNDO A SORRIR - Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses
26	NOOR'FATIMA - PROJETO NOUR Associação
27	OBRA GAY Associação - OPUS DIVERSIDADES
28	ORIENTAR - Associação de Intervenção para a Mudança
29	Procuradoria da República da Comarca de Lisboa
30	STC - Academia de Mudança - Associação Serve the City Portugal
31	Universidade Católica
32	VITAE - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional



ANEXO 2

PROCESSO PARTICIPATIVO

CONTRIBUTOS AO PLANO 2024-2030

A – PROCESSO PARTICIPATIVO: MOMENTOS E INTERVENIENTES

No âmbito da construção Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2024/2030 (PMPSSA 2024/2030), a EPPMPSSA privilegiou um processo participado, tendo recolhido contributos dos parceiros do anterior Plano, dos parceiros do NPISA, das Juntas de Freguesia, dos próprios elementos da equipa e dos representantes políticos do Município.

Este documento apresenta a caracterização e descrição dos momentos participativos e os contributos recolhidos.

II Encontro do Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2019-2023 com entidades parceiras – Desenhar o futuro

Data e local: 25 de maio de 2023 | Carpintarias de São Lázaro

Participantes: 73 participantes (18 entidades): AANL; AEIPS; AMI; Ares do Pinhal; Associação João 13; AVA; Bairros; CASA; Crescer; CVP; DGRSP; Exército de Salvação; GAT; ISS; Médicos do Mundo; SCML; STC e VITAE.

Metodologia: Assembleia participativa para debater 3 grandes temas, valorizando a dimensão propositiva: Intervenção em contexto de rua; Alojamento e Respostas de Inserção. Os participantes foram dispostos em assembleia composta por 3 grandes “ilhas”. O debate foi feito, num primeiro momento, em cada “ilha” e depois, partilhado e discutido em assembleia. Todos os participantes tiveram ao seu dispor cartões para colocar as suas propostas, para além da participação oral que foi também registada. O conteúdo dos cartões foi afixado em painéis durante a sessão, permitindo a visualização, por todos, dos mesmos.

Sessão de trabalho e reflexão da Equipa de Missão para a implementação e monitorização do Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2019-2023

Data e local: 5 junho de 2023 | Rua Maria Andrade

Participantes: 12 elementos da equipa

Metodologia: Assembleia participativa para debater 4 grandes temas, valorizando a dimensão propositiva: Intervenção em contexto de rua; Alojamento, Inserção Social e a ação da EPPMPSSA. Os elementos da Equipa escreveram em cartões as principais propostas para cada área. As ideias foram lidas e debatidas e os cartões foram afixados, por áreas, durante a sessão, permitindo a visualização, dos mesmos, por todos.

Sessão Desenhar o Futuro: Contributos do NPISA para o Futuro Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo

Data e local: 25 de julho de 2023 | Paços do Concelho

Participantes: 29 participantes (15 entidades): AANL; AEIPS; Ares do Pinhal; AVA; CAIS; CASA; CVP; Crescer; Exército de Salvação; GAT; ISS; Médicos do Mundo; PSP; SCML e STC.

Metodologia: Inspirada no Knowledge Café, os participantes foram distribuídos por 5 mesas para refletirem e discutirem sobre um modelo de intervenção aplicado a um caso específico. Cada mesa tinha uma história/um caso, enquanto desafio para a reflexão e elaboração de propostas para a intervenção nesta área. O resultado da reflexão em cada mesa foi partilhado, debatido e aperfeiçoado por todos os participantes.

Sessão Desenhar o Futuro: Contributos das Juntas de Freguesia para o Futuro Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo

Data e local: 27 de julho de 2023 | Paços do Concelho

Participantes: 20 participantes (12 Juntas de Freguesia): Avenidas Novas; Alcântara; Alvalade; Arroios; Beato; Belém; Campolide; Campo de Ourique; Misericórdia; Penha de França; Santa Clara; Santa Maria Maior.

Metodologia: Assembleia participativa para debater 2 temas:

- Como sentem o fenómeno no seu território?
- Propostas de melhoria para o futuro do PMPSSA.

Os participantes falaram abertamente, em duas rondas, sobre os temas propostos e registaram em cartões os seus contributos, que foram afixados num painel durante a sessão. A participação oral foi, também, registada.

Todo o processo participativo acima descrito contou com cerca **de 130 participantes de 32 entidades parceiras envolvidas. Resultando em cerca de 722 propostas que se encontram detalhadas abaixo.**

Durante o mês de outubro de 2023 foram recebidos quatro contributos escritos da 6.^a Comissão dos partidos PAN, PS, MPT, IL e foi também recebido o contributo do Gabinete do Vereador do Livre da CML, num total de 47 propostas.

Na sequência do pedido enviado em julho de 2023, onde se solicita aos Membros da 6.^a Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa e à Vereação que apresentem os seus contributos, por escrito, para o futuro Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo, divididos nos seus três principais Eixos de Intervenção, nomeadamente a Intervenção em Rua, o Alojamento e as Respostas de (Re)Inserção Social.

B – Processo Participativo: Contributos e desafios ao Plano

Os contributos recolhidos nos diferentes momentos participativos foram objeto de uma análise de conteúdo tendo como principal orientação as três questões postas à discussão: Intervenção em Contexto de Rua; Alojamento e Inserção Social, as quais vieram a orientar o desenho do Plano Municipal 2024/2030 no que concerne à definição de três dos eixos de intervenção. As restantes categorias e subcategorias foram criadas em função dos conteúdos recolhidos.

Listam-se em seguida as categorias e subcategorias criadas:

Categorias e subcategorias e respetiva codificação

1 - INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE RUA

1.1 Acesso a serviços de satisfação das necessidades básicas

1.1.1 Alimentação

1.1.2 Higiene

1.1.3 Segurança

1.1.4 Acesso a Documentação

1.2 Recursos Humanos

1.3 Recursos Materiais e Financeiros

1.4 Acessibilidade aos Serviços e/ou Respostas

1.5 Articulação entre Equipas/Entidades/Partilha de Informação

2 - ALOJAMENTO

2.1 Criação de Respostas de Emergência

2.2 Transição (Respostas coletivas, Centros de Alojamento temporário...)

2.3 Housing First e Apartamentos Partilhados

2.4 Requalificação de respostas existentes

2.5 Acesso à Habitação Social / Apoio ao Arrendamento

2.6 Respostas ao nível da Área Metropolitana

3 - INSERÇÃO

- 3.1** Recursos Humanos
- 3.2** Articulação entre Equipas/Entidades/Partilha de Informação
- 3.3** Acessibilidade aos Serviços e /ou Respostas
- 3.4** Promoção da Saúde e Desenvolvimento Pessoal
- 3.5** Promoção da Inserção Social e Profissional
- 3.6** Descentralização das Respostas para a Área Metropolitana

4 - FORMAÇÃO DE TÉCNICOS

5 - OUTROS (formulação genérica, imprecisa, propostas transversais)

Os resultados de cada momento participativo encontram-se sistematizados por categoria e subcategoria e organizados por grupo de participantes (Parceiros do Plano; EPPMPSSA; Parceiros do NPISA; Juntas de Freguesia e Representantes Políticos).

Processo Participativo – Parceiros do PMPSSA 2019-2023

Realizado no dia 25 de maio de 2023 | Participantes: 73 participantes de 18 entidades

1. INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE RUA

1.1. Acesso a serviços de satisfação das necessidades básicas

1.1.1. Alimentação

Mais espaços físicos para possibilitar as refeições à mesa
Mais respostas ao nível da alimentação
Mais respostas de alimentação (principalmente ao almoço)
Criação de restaurantes sociais, como espaço de alimentação, proximidade, onde várias Entidades trabalhariam em conjunto
Necessidade de ter mais apoio alimentar e diferentes tipos de apoio (refeições diárias, cabazes...)
Simplificação da doação, para que um restaurante que doe uma refeição possa ter o benefício fiscal
Apoio alimentar adequado às necessidades

1.1.2. Higiene

Mais locais para realização de higiene pessoal distribuídos por todas as freguesias
Criação de balneários públicos e lavandarias sociais em todas as freguesias sem restrições de acesso/pagamento
Distribuição de produtos de higiene e menstruais

1.1.3. Segurança

Aumentar o nº de cacifos e locais seguros onde as PSSA possam guardar os seus pertences

1.1.4. Acesso a Documentação

Apoio na regularização documental na rua
Unidades móveis para prestar apoio ao nível da documentação, etc, para pessoas que têm muita resistência e desconfiança em se deslocar aos serviços
Facilitação no acesso à regularização de migrantes, apoio na SCML para pessoas indocumentadas
Acesso mais rápido à saúde, como adquirir número de SNS?
Maior envolvimento por parte dos consulados na regularização dos seus cidadãos
Envolvimento do SEF
Ao nível da legalização, o não “envolvimento” por parte do SEF. Os utentes estão muitos anos a tentar legalizar-se
Acesso mais facilitado ao SEF
Maior facilidade em articular com o SEF/Documentação!
Minimizar situações de irregularidade através de maior envolvimento do SEF
Transporte direto das ETR ao SEF
Técnicos do SEF no trabalho de rua
Criar canais de comunicação direta com serviços do SEF, Segurança Social, etc.
Criação de postos de receção de correspondência/morada
Haver mais cooperação e facilidade em comunicar com o SEF e Embaixadas (qua atualmente nunca dão resposta) – ter uma via direta de comunicação com os mesmos

1.2. Recursos Humanos

Mais recursos humanos em todas as equipas de intervenção
Aumentar o número de técnicos em contexto de rua
Maior envolvimento técnico no terreno
Aumento das Equipas
Aumentar o n.º de equipas de rua
Leque alargado de especialistas em contexto de rua, de forma regular ou periódica, área jurídica, emprego
Posicionar serviços de atendimento fixo como referências para as PSSA, onde tenha uma equipa psicossocial.
Apoio às equipas de rua de pessoas com capacidade de traduzir PSSA que não falem português
Criação de grupos dentro ou fora das ETR focados nas problemáticas, ex., situação de 1.ª vez/migrantes
Criação de mais equipas de rua

Criação de respostas ao nível da saúde mental (mais médicos psiquiatras na rua e mais respostas de alojamento)
Mediadores socioculturais – intérprete linguístico
Maior diversidade cultural, linguística, etc nas ETR
Reduzir as ETR – transformá-las em verdadeiras ETR multidisciplinares e de intervenção efetivamente em rua
Seleção/formação de pares para intervir na rua
Tutores de rua – pares integrados nas equipas de rua
Papel do educador de rua
Carrinhas móveis com equipa multidisciplinar para intervenção na rua/psicólogo, tradutor, médico, assistente social
Reforço das ETR face ao aumento do n.º de PSSA (psiquiatra/enfermeiro)
Mais equipas de rua de saúde ou mais técnicos na existente
Melhorar o acompanhamento médico na rua ao nível da saúde mental
Presença de psiquiatra com mais regularidade nas equipas de rua
Maior apoio ao nível da saúde mental
Acompanhamento de médico psiquiatra
Mais médicos psiquiatras a fazer o acompanhamento na rua
Aumentar o acompanhamento ao nível da saúde mental
Unidade móvel com atendimento psicológico e psiquiátrico
Mais proximidade técnica na rua (saúde mental)
Unidade móvel para testagem de drogas
RRMD na rua
Educação para o consumo mais seguro em contexto de rua e sensibilização para o uso das unidades de consumo vigiado
Reforço das equipas de rua ao nível da saúde mental e saúde física
Mais equipas de rua para maior proximidade e acompanhamento (saúde física e mental)
Financiar RH Saúde Mental na Equipa de Saúde
Mais proximidade técnica na rua (saúde física)
Apoiar a administração medicamentosa
Unidade móvel de saúde oral
Carrinhas móveis com equipa multidisciplinar para intervenção na rua/psicólogo, tradutor, médico, assistente social
Espaços abertos para cuidados terapêuticos, respostas multi de acompanhamento
Equipas técnicas para apoio na procura de alojamento (casa ou quarto)
Equipas técnicas para apoio na procura de casa/quarto

1.3. Recursos Materiais e Financeiros

Mais equipamento com os técnicos das equipas de rua
Criar espaço de atendimento em contexto de rua/unidades móveis
Proporcionar mais unidades móveis para uma articulação eficaz
Criar condições de recato para ouvir
Unidades móveis para prestar apoio ao nível da saúde.
As ETR terem financiamento para águas, <i>snacs</i> , mantas térmicas, etc
Unidades Móveis para acesso mais fácil e eficaz a cuidados de saúde mental
Apoio financeiro para compra de material de RRMD, principalmente para consumo fumado

1.4. Acessibilidade aos Serviços e/ou Respostas

Os serviços irem até às pessoas
Unidades móveis com várias respostas: Segurança Social (requerer RSI e Pensões), IEFP, CML, SEF.
Serviços direcionarem-se à rua para 1.º contacto/intervenção
Técnicos da UAPSA na rua
Mais espaços de atendimento dos serviços descentralizados
Intervenção conjunta de Entidades em ambiente de rua, aproveitar a distribuição alimentar para outros intervirem
A triagem da SCML também ser feita em contexto de rua
Técnicas SCML, SEF a atender na rua
Elementos de diferentes serviços a fazer um acompanhamento/agendamento em contexto de rua
Pontos de contacto ao longo da cidade, onde as PSSA possam ter conhecimento que o gestor as quer contactar ou onde podem pedir que o gestor os contacte
Importância de se conseguir diagnosticar num contexto de rua: consultas descentralizadas de psiquiatria, infeciologia, etc na rua
Aumentar mais diagnóstico na rua: criação de consultas descentralizadas em contexto de rua (infectocontagiosas, psiquiatria, CAD, etc)
Serviços de saúde descentralizados, que vão ao encontro dos utentes na rua, talvez através de unidades móveis com capacidade para consultas gerais, saúde feminina, dentista, etc
Técnicos do DICAD na rua
Acesso a cuidados de saúde primários e apoio efetivo a questões burocráticas de acesso a saúde através de Unidades Móveis “Levar a Saúde para a Rua”
Leque alargado de especialistas em contexto de rua, de forma regular ou periódica, como equipas de tratamento

Técnicas do DICAD a atender na rua
Atividades e ocupação da rua juntamente com as PSSA, evento, arte, cultura, envolver a comunidade
Intervenção junto aos serviços de urgência dos hospitais para a sensibilização do melhor atendimento e encaminhamento desta população
Permitir a satisfação das necessidades das PSSA acompanhadas aos serviços médicos entre outros.
Aumentar a capacidade de solução de mandados de condução para as PSSA sejam acolhidas no hospital
Resposta integrada de saúde

1.5 Articulação entre Equipas/Entidades/Partilha de Informação

Acompanhamento de proximidade e ligação entre equipas
Melhoria na articulação entre equipas de rua
Equipas de Rua têm de estabelecer mais comunicação entre todos os técnicos, mais proximidade, comunicações
Criação de uma plataforma eletrónica e informática que fosse partilhada nas instituições que prestam serviço
Mais diálogo entre parceiros (quem faz o quê, quando, como...)
Melhoria da articulação entre serviços na perspetiva de um trabalho mais eficaz com a população em situação de sem abrigo
Melhoria da comunicação entre os diversos parceiros – encontros mais regulares para exposição e troca de ideias
Melhor comunicação entre equipas e parceiros
Qualificar a articulação entre ETR e as Respostas de Alojamento
Otimização de recursos e partilha dos mesmos entre instituições
Base de dados interligada entre associações e projetos
Aumento de redes de estrutura, melhoria da comunicação
Plataforma nacional com acesso para técnicos das instituições para obter informação complementar da situação do indivíduo
Base de dados informativa a ser preenchida por diferentes equipas/Entidades
Procedimentos técnicos claros e objetivos para as PSSA independentemente da problemática associada – plano cooperado de intervenção
Criação de um guia de recursos para divulgação pelas equipas de rua
Plataforma única que permita rápido acesso às equipas que estão no terreno (rua), localizar e chegar aos utentes
Criar base de dados comum a todas as ETR
Maior articulação entre a ETR e os técnicos gestores de caso

2. ALOJAMENTO

2.1 Criação de Respostas de Emergência

Mais respostas de emergência pequenas e diferenciadas. Saúde mental/consumos/migrantes.
Criação de centro de acolhimento de emergência sem barreiras à entrada
Alojamento direcionados apenas às necessidades básicas
Aumentar o número de respostas ao nível do acolhimento de 1. ^a linha. Respostas de carácter imediato
Respostas de alojamento de baixo limiar de exigência
Poder dar resposta de alojamento imediata para as pessoas que querem integrar centro de alojamento (menos de 24h)
Alojamentos temporários/hostel sem compromissos para as necessidades básicas: higiene, alimentação, cuidados de saúde. Para pernoitas diárias

2.2 Transição (Respostas coletivas, Centros de Alojamento temporário...)

Mais centros de alojamento temporários com condições de individualização.
Mais centros de acolhimento com critérios mais inclusivos (pessoas sem gestor de caso, com animais, casais)
Centro de acolhimento para utentes com questões de saúde/adição, que inclua utentes sem gestor de caso, aceite casais e animais
Mais respostas de acolhimento com menos vagas (mais pequenos)
Mais respostas de acolhimento de média dimensão, com espaços para comportamentos aditivos
Respostas de acolhimento de menor dimensão e mais especializadas
Respostas de média dimensão (60 pessoas) com espaço para consumos de substâncias lícitas e ilícitas
Criação de mais centros de acolhimento com pouca lotação e com quartos com menos de 2 pessoas
Criação de mais espaços de alojamento, e de espaços mais reduzidos ao nível da capacidade, para maior conforto de todos
Mais respostas de alojamento temporário (centros de alojamento): mulheres, doença mental, casais (com equipa técnica multidisciplinar)
Mais centros com menor capacidade e mais técnicos
Mais centros de acolhimento com menos barreiras de entrada
Centros – Respostas de alojamento sem regras

Mais alojamentos para que o acompanhamento seja personalizado e específico para cada indivíduo
Mais respostas de acolhimento com menos vagas (mais pequenos)
Respostas de alojamento mais individualizadas, quartos com no máximo 3 pessoas
Criação de mais respostas de alojamento para mulheres
Criação de respostas para pessoas com duplo diagnóstico (consumos + doença mental, em particular) cujo encaminhamento é sempre um desafio pela ausência de respostas
Mais respostas de acolhimento de média dimensão, com espaços para comportamentos aditivos
Casa de acolhimento para vítimas de violência doméstica, para utilizadores de álcool e droga
Respostas de inserção mais direcionadas para públicos com consumos esporádicos, com critérios menos restritos
Diversidade de respostas (centros de acolhimento, doença mental, doença física)
Alojamentos mais pequenos e por problemáticas para uma intervenção mais especializada
Respostas adequadas para pessoas com doença mental
Respostas de acolhimento para pessoas com consumos ativos, onde os consigam realizar em segurança
Centros/respostas para doença mental
Respostas de alojamento para jovens
Centros para pessoas com consumos ativos
Criação de centros de acolhimento de pequena dimensão para existir uma intervenção de maior proximidade. Esta criação poderia ser especializada, por exemplo existir estes centros direcionados para pessoas com doença mental/jovens/e idosos
Respostas de alojamento diferenciadas para perfis diferenciados
Criar mais respostas diversificadas
Centro de acolhimento adaptado à população sem abrigo consumidora com espaço seguro para fazerem consumos
Criação de estruturas de acolhimento destinadas aos diversos perfis existentes na pop. Sem-abrigo, como por exemplo: idosos que mantenham consumos, jovens. Existe a necessidade de adaptar as estruturas à realidade!
Respostas para vítimas de violência doméstica com consumos
Respostas adaptadas à saúde mental, bem como a utentes com duplo diagnóstico
Maior número de centros de alojamento adaptados a situações específicas
Respostas de alojamento urgentes e imediatas para pessoas em situação de sem abrigo que encontrem uma oportunidade de trabalho
Aproveitamento de recursos para criação de respostas ajustadas a perfis específicos (da saúde mental à migração)

Respostas para pessoas com CAD, animais e para casais!
Lares preparados para ageing users
Centros de acolhimento geriátrico ajustado à PSSA mais velha e debilitada
Respostas de alojamento adequadas para idosos
Alojamento para pessoas com deficiência
Falta de resposta para pessoas com doença mental
Falta de resposta para pessoa em idade avançada e com consumos ativos ou integrado em programa de metadona
Mais centros de acolhimento, como forma de início de projeto de vida.
Criação de ERPI's para pessoas idosas com consumos, inclusive metadona.
Mais alojamento para pessoas idosas, para que os alojamentos tenham mais vagas

2.3 Housing First e Apartamentos Partilhados

Criação de mais projetos de housing first
Aumentar as respostas de housing first, alargando e diversificando as organizações a implementar
Aumento do n.º de projetos de housing first, mais casas
Mais financiamentos para housing first
Mais housing first
Criação de respostas de alojamento (housing first, etc)
Nos processos housing first e apartamentos partilhados mais recursos técnicos (RH)
Expandir respostas de housing first
Aumentar as vagas de housing first
Mais apartamentos partilhados, mais housing first com critérios que abranjam pessoas em situação de sem abrigo em centros de acolhimento
Mais investimento na vertente apartamentos partilhados
Aumento do número de apartamentos partilhados com equipas multidisciplinares: que possam integrar diversas problemáticas (doença menta, dependências, migrantes)
Mais alternativas de apartamentos partilhados
Mais apartamentos de transição (para pessoas com consumos e doença mental)
Que haja possibilidade de pessoas com consumos estáveis irem para apartamentos de transição
Desenvolvimento de mais respostas de alojamento individuais
Alojamento individualizado, suporte técnico, ativação de competências
Criação de residências apoiadas, com apoio de equipa que mantenha o follow up da PSSA
Respostas habitacionais para pessoas autónomas, mas com dificuldade em viverem sozinhas, sem o apoio e suporte de uma equipa que esteja na retaguarda a fim de ajudar a manter o nível de organização que já atingiram

Resposta habitacional (em contexto de apartamento) para pessoas com consumos ativos mas que necessitem de apoio e suporte para se reorganizarem
Criação de respostas intermédias/ de transição para quem sai dos centros de alojamento, com autonomização a nível profissional e ainda necessitam de supervisão de equipas técnicas.
Conceito de alojamento com quartos individuais ou até duplos no sentido de proporcionar um ambiente mais personalizado e pessoal. Possibilitar conforto para o sucesso da intervenção.
Respostas de alojamento para pessoas em situação de sem abrigo com faixas etárias a partir de 60 anos – apartamentos partilhados específicos para esta população, p. ex.

2.4. Requalificação de respostas existentes

Redução do n.º de indivíduos/cidadãos em cada centro de acolhimento. Diminuição da lotação dos centros de acolhimento.
Importância de respostas que permitam integração de casais e/ou animais de companhia
Que os alojamentos não ultrapassem um número de 60 acolhidos, uma equipa técnica com no mínimo 1 psicólogo, 1 assistente social, mais educadores sociais.
Continuidade de centros de acolhimento de média dimensão (máximo 60 pessoas), com espaço para consumo de substâncias lícitas e ilícitas
Sala de consumos nos centros de acolhimento.
Mais oferta de material asséptico de consumo
Locais vigiados/monitorizados para consumos
Espaço para CAD em albergues
Consumo asséptico/seguro
Diminuição impacto na comunidade
Evitar expulsões
RRMD
Redução de danos e minimização de riscos para esta população
Adaptar as respostas de acolhimento a certas problemáticas das PSSA
Mais camas e maior simplificação na entrada
Alojamentos coletivos com balcão único de serviços
Maior flexibilidade das respostas, como centros de acolhimento. Não condicionar a rotina das pessoas consoante as regras dos centros.
Mais diagnóstico/fim de camaratas.
Melhores condições nas infraestruturas
Intervir na perspetiva de redução de danos de forma a evitar encaminhamentos desadequados

Repensar os modelos de alojamento-ajustar as respostas às pessoas e não as pessoas às respostas que existem
Criar mais parcerias para alojar e dar condições de higiene
Implementar equipas de educadores sociais nos abrigos de maneira a promover uma rotina de ações socioeducativas como estratégia para redução de danos
Maior foco na redução de riscos e minimização de danos
Maios acompanhamento dentro dos centros, com foco na autonomização da PSSA
Espaço de vida integrado num percurso pessoal
Dinâmicas que introduzam habitabilidade
Mais condições nos alojamentos/CAT que são disponibilizados para que haja mais dignidade
Melhorar/aumentar o acompanhamento de transição com técnicos ativos e/ou Vol. Para apoio
Mais diversidade nas respostas de alojamento
Respostas e equipamentos que respeitem e valorizem a individualidade. A institucionalização deixa marcas indeléveis nas PSSA.
Existência de equipa especializada da área de saúde (médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogo)
Oficinas carpintaria/canalização, etc.../Português
Centros com atividades ocupacionais / formação remunerada e oficinas para produção de produtos que as pessoas possam vender e ter uma forma de rendimento. Criar respostas de atividades ocupacionais e/ou formação
Haver um sistema de lista de espera para vagas para entradas em albergues e não por chamada apenas no momento
Alterar os métodos de avaliação do “sucesso” na área do alojamento – p.ex. tempo de permanência de utente em CAT » risco de processo de inserção frágil
Aumentar respostas de alojamento devido ao aumento das sinalizações
Aumentar os apoios para quartos, housing first, etc. em função das rendas reais no mercado imobiliário
É necessário que se tenha uma limitação de quantidade de acolhidos para melhor viabilizar o trabalho das equipas na mediação e gestão de conflitos
Apoio psicológico e jurídico
Promoção do acesso à saúde – canal direto para consultas de especialidade: infeciologia, psiquiatria, estomatologia.
Programas de trabalho de competências ainda nas respostas de acolhimento
Alojamento temporário: deve prever o acompanhamento sistemático ao utente, capacitando-o para uma nova fase de vida e desenvolvendo as competências necessárias para a autonomização

2.5. Acesso à Habitação Social / Apoio ao Arrendamento

Requalificar fogos vazios e criar mais arrendamento apoiado
Disponibilização do património da SCML para alojamento
Revisão de critérios de acesso à habitação social – em particular para agregados unipessoais
Apoio financeiro adequado ao mercado de habitação
Permitir acesso às casas dos bairros sociais que se encontram fechadas, sem inquilinos
Apoios no arrendamento, na habitação, para permitir uma inserção na sociedade mais eficaz
Renda acessível mais acessível
Quartos dignos a preços acessíveis
Regulação do mercado imobiliário
Mais respostas de habitação acessível à realidade da condição de PSSA
Maior acessibilidade às habitações sociais/aumento do n.º de fogos para PSSA
Reforço da disponibilização do património municipal
Maior acesso à habitação social
Criação de pontes com a comunidade
Levantamento de equipamentos devolutos
Regularização do mercado imobiliário

2.6. Respostas ao nível da Área Metropolitana

Alargar o alojamento à intervenção em conceito de área metropolitana
Descentralizar: oferecer à PSSA alojamento fora da cidade, acompanhados por serviços
Movimento de respostas de alojamento para municípios da periferia, num consórcio metropolitano

3. INSERÇÃO

3.1. Recursos Humanos

Envolver mais voluntários (complemento do processo de confiança, acompanhamento, apoio, percurso de vida, dignidade, tutoria/mentoria, com adequada formação)
No percurso de inserção, a importância de um acompanhamento (follow-up) por um período de 6 meses a 1 ano, mesmo que a pessoa se integre fora de Lisboa.
Serviço preventivo » prevenir que volte à situação de sem abrigo. Acompanhamento no pós-alta
Follow-up, apoio/acompanhamento após alta das respostas
Efetivo acompanhamento dos utentes por parte dos técnicos. Mais técnicos!
Equipa técnica de transição
Equipas de transição para follow-up
Criação de equipas de transição após saída da resposta de alojamento
Continuação do acompanhamento quando há integração em quarto (mais técnicos)
Acompanhamento técnico do utente num primeiro emprego, de modo a facilitar o stress e frustração do utente.
Percurso de inserção: garantir a participação das pessoas no processo (...) acompanhamento na etapa de transição (...)
Intervenção da habitação para reinserção do utente
Técnicos que apoiem na toma de medicação diária ao domicílio (HF ou quartos da SCML)

3.2. Articulação entre Equipas/Entidades/Partilha de Informação

Maior ação e diálogo entre diferentes instituições para garantir facilitação
Plano cooperado com todas as equipas que intervêm com o utente (plataforma que todos os técnicos têm acesso das ocorrências)
Melhorar a articulação com as UDIP, que estas acompanhem mais as PSSA e atuem na área da prevenção.
Diálogo entre parceiros/respostas: quem faz o quê, quando, onde e como.

3.3. Acessibilidade aos serviços

Facilitar (diminuir as burocracias) para inserção da população migrante. O SEF é um atraso!
Priorização de PSSA em serviços como o IEPF para acesso a formação e emprego
Por mais que seja necessário, a burocracia existente dificulta a intervenção em contexto de rua, devido ao tempo de espera.
Canal direto para o SEF e Segurança Social
Facilidade no acesso aos serviços e burocracias
Garantir que as PSSA continuam a contar com os apoios sociais quando integram o mercado de trabalho. O período de transição é essencial para a sua boa integração. Só assim se evita a reincidência das situações de vulnerabilidade.
Facilitação do acesso aos serviços sociais como a AT, através de outro método de autenticação e entrada no portal, pois os processos da população migrante em situação de sem abrigo ficam atrasados com as moradas que têm no sistema e já não têm acesso.
Desburocratizar os processos nas instituições externas (SEF, AT, ISS, Emprego, etc.), para que seja melhor acompanhado o projeto de vida dos utentes
Maior apoio às famílias monoparentais, de forma a que não sejam os únicos a cargo dos cuidados das crianças. Só assim podem ter autonomia financeira, social, profissional. Principalmente a população migrante.
Dar um maior acompanhamento a PSSA com documentação irregular por parte da SS e SCML
Mais facilidade nos serviços
Mais acesso aos cuidados de saúde mental. No entanto, isso não significa necessariamente maior medicalização dessas condições.
Apoio alimentar adequado às necessidades, nas 3 dimensões: alojamento, intervenção em rua e nos percursos de inserção.
Isenção de critérios para integração em albergues e de apoio da SCML
Revisão dos critérios de apoio da SCML
Inserção e apoio de PSSA imigrantes irregulares
Permitir a satisfação das necessidades das PSSA acompanhadas aos serviços médicos entre outros.

3.4. Promoção da Saúde e Desenvolvimento Pessoal

Promover formação em inteligência emocional
Trabalhar “imagem”: saúde oral
Trabalhar/treinar competências do próprio
Trabalhar as competências da pessoa

Mais formação profissional, formação na aprendizagem da língua
Estimular competências pessoais, profissionais e sociais
Desenvolver competências sociais, pessoais, e profissionais
Diversidade de atividades de forma a procurar em si o gosto por diferentes áreas (desporto, música e artes)
Sistema de reconhecimento de competências em parceria com o IEFP, para pessoas em formação “formal” mas com experiência.
Trabalhar a inteligência emocional da pessoa, com mais incidência que as partes da formação formal
Incentivos para a formação
Mais respostas de inserção, diurnas – trabalhar competências
“Educar”(=acompanhar, formar, pensar workshops práticos). Educar para estar numa habitação, alojamento.
Respostas de saúde oral, artes de desporto
Um serviço de demanda espontânea que contenha não só atendimento psicossocial como também ações de tipo socioeducativo. Ou seja, atividades diárias socioeducativas como ferramenta de redução de danos e reintegração social.

3.5. Promoção da Inserção Social e Profissional

Bolsas de emprego apoiado para PSSA.
Incentivos para reentrada no trabalho
Protocolos com empresas que permitam o acesso ao trabalho de forma mais rápida.
Mais aposta no CEI+
Mais respostas de emprego
Abrir postos de emprego que facilitem o promover das competências de cada um.
Mais respostas de empregabilidade que trabalhem na criação de protocolos com várias entidades a fim de facilitar a reinserção profissional de PSSA, especialmente migrantes pelas dificuldades sentidas por falta de documentação e atrasos, burocracias do SEF.
Inserção: pares, oficinas de confeção de produtos para ser forma de rendimento, parcerias com empresas/instituições.
Aumento de programas de parceria com Entidades empregadoras de modo que se garanta a inserção da PSSA
Ao nível do emprego mais envolvimento das Entidades. Pois, muitas das vezes não trabalham há vários anos, não têm competências, baixa auto-estima, baixa escolaridade. Não há investimento.
Apoio por parte da Juntas de Freguesia no apoio ao emprego.
Mais parcerias para inserção no trabalho, aproveitando as competências
Criação de postos de trabalho protegido

Maiores incentivos na integração de pessoas em situação de sem abrigo no mercado de trabalho
Parcerias com Entidades empregadoras de forma a facilitar a integração no mercado de trabalho
Trabalho comunitário a nível de re-inserção no mercado de trabalho
Sensibilizar as empresas para aceitar pessoas com características/percurso sem-abrigo
Existirem mais projetos/empresas de apoio na procura de emprego para pessoas em situação de sem abrigo
Atividades ocupacionais pagas
Percurso de inserção: Criação/experimentação de projetos culturais co-produzidos
Promover ligação aos serviços da comunidade e às redes de suporte formais e informais
Ligação da pessoa à comunidade, para que ela possa ter a liberdade de escolher o que quer fazer, sem estigma.
Mais atividades ocupacionais, ajuste ou criação de espaços
Desenvolvimento de novas respostas de inserção e revisão das atuais
Continuidade das respostas, o percurso da pessoa, pelas respostas estar associado à sua autonomia. Ir de respostas de baixo limiar e ir “subindo” (escada)
Criação de respostas para PSSA's que estão em idade ativa mas que não conseguem autonomizar-se.
Individualidade: URPIC/Lares, Retorno ao país de origem, cuidados paliativos, centros de dia, emprego, voluntariado, completar estudos, formação.
Criação de respostas de apoio à autonomização da população sem-abrigo. Apostar no follow-up.
Centros para o convívio direccionados a PSSA com: apoio alimentar, atividades, educação/formação, acesso ao apoio social/de saúde.
Maior investimento na criação de respostas de transição, com o objetivo de garantir capacidades de autonomização e diminuir a probabilidade de retorno à situação de sem-abrigo.
Incentivos para atividades culturais e de lazer
Programas de inserção flexíveis e não condicionados ao modelo rígido institucional
Programas ajustados às etapas de vida da pessoa
Adicionar as vertentes desportivas e das artes
Cruzar percursos com o cultural e criar mecanismos/políticas oficiais de verdadeira inserção
Parceiras com instituições culturais, lazer, por exemplo, para inserção de atividades ocupacionais (com remuneração mínima) para pessoas com idade avançada.

3.6. Descentralização das Respostas para a Área Metropolitana

Mais respostas fora de Lisboa para que seja possível descentralizar casos e haver menos sobrelotação.

4. FORMAÇÃO DE TÉCNICOS

Participação da pessoa no seu plano de intervenção
Respeitar sempre a vontade da pessoa, o que ela diz!
Reforçar o valor da(s) história(s) de vida (percursos)
Respeitar os ritmos e perceções das PSSA
Evitar a duplicação das “histórias de vida”
Valorizar os pré-diagnósticos das ETR
Maior investimento na formação dos técnicos
Acompanhamento próximo (relação) (pessoa no centro da intervenção)
Formação permanente de equipas
Ações de capacitação “fora da caixa” aos técnicos, p.ex., efeitos das substâncias
Formação e supervisão regular dos técnicos
Esquecer um bocadinho do que já se julga saber
Capacitação dos técnicos de rua para trabalhar com os diferentes perfis das PSSA
Formação humanista para os técnicos que trabalham na área (SCML, CML e JF)
Formação contínua de técnicos gestores de caso e outras autoridades que trabalham com PSSA, de forma a intervir sem juízos de valor
Propor vários caminhos, sem que o trabalho seja a única solução existente
Conhecimento, dos técnicos que estão no terreno, do Plano Municipal, assim como da Estratégia Nacional (aplica-se a todas as áreas de intervenção Geral)
Formação dos técnicos
Não existe receita de bolo. Projetos únicos/individuais são necessários.
Formação contínua aos técnicos nas áreas da inteligência emocional, gestão do tempo, do stress..
Respeito pela decisão da pessoa. Ir ao encontro ao momento em que se encontra.
Não tomar decisões pelas pessoas

5. OUTROS (Formulação genérica, imprecisa, propostas transversais)

Projeto de habitação para pessoas com + de 65 anos, com consumos ativos e poucos rendimentos
Criação de um conceito novo de resposta de acolhimento, em modelo de “Aldeia Global”, minialdeia de acolhimento, com todas as respostas necessárias ao alojamento
A partir da criação de um censo da população em situação e sem abrigo, criar-se alojamentos que correspondam aos perfis diagnosticados e dividir por estes perfis
Mais habitações, mais centros de alojamento, mais apoios para habitação, mais apoio financeiro à instituições
Mais respostas de alojamento para ser possível uma triagem mais consciente.
Aumentar a interação das PSSA com a comunidade, diminuindo a estigmatização e aumentando a dignidade da PSSA
Espaço de vida integrado na comunidade local
Sempre haverá pessoas que vão preferir viver na rua: respeitar isto e implementar medidas e recursos adaptados a essa realidade
Famílias de (re)inserção
Realocação de verbas da jornada da juventude para mais habitação em Lisboa
Criar novas respostas de prevenção e atualizar as atuais
É necessária a realização de um censo municipal das PSSA. Toda e qualquer política de intervenção deve partir de um campo e um mapeamento e verificar-se o perfil deste público para a implementação das ações.
Importância da prevenção e da reinserção. Projeto de rua à rua.
Empowerment, auto-determinação, sonho
Alargar respostas de alojamento a ocupas

PROCESSO PARTICIPATIVO –EPPMPSSA

Realizado no dia 5 de junho de 2023 | Participantes: 12

1. INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE RUA

1.1. Acesso a serviços de satisfação das necessidades básicas

1.1.2. Alimentação

Sem propostas

1.1.3. Higiene

Maior salubridade e higiene das pessoas em rua/espço físico

Balneários/WC com horários mais alargados

Maior salubridade para a pessoa sem-abrigo em rua

1.1.4. Segurança

Sem propostas

1.1.5. Acesso a Documentação

Sem propostas

1.2. Recursos Humanos

Criação de uma equipa de atuação de emergência para novos casos

Mais 1 equipa da CML na rua

Mais acompanhamento médico/psiquiátrico na rua
--

Equipa multidisciplinar com saída mensal de apoio às ETR
--

Equipa única multidisciplinar de várias Entidades para a cidade toda
--

ETR CML que articule vagas “exclusivas” da CML
--

Substituir os protocolos com Entidades Externas por equipa da CML pluridisciplinar
--

Equipa de rua da CML (multidisciplinar)

Equipa de rua única transdisciplinar/multidisciplinar

Mais técnicos que intervenham e que possam dar mais apoio em contexto de rua
--

1.3. Recursos Materiais e Financeiros

Postos de atendimento na rua com equipa multidisciplinar
Equipas “todo o terreno” – Ex: materiais fundamentais, como águas, mantas, livros

1.4. Acessibilidade aos Serviços e/ou Respostas

Sem propostas

1.5. Articulação entre Equipas/Entidades/Partilha de Informação

Criação de modelo de intervenção comum
Articulação entre ETR e Saúde (hospitais, internamento, mandados de condução, etc)

2. ALOJAMENTO

2.1 Criação de Respostas de Emergência

Alojamento imediato sem critérios, por noite
Alojamento de emergência noturno, de baixa exigência, no modelo da vaga de frio
Alojamento sem critérios, em modelo rotativo (a pessoa fica só 1 noite)

2.2 Transição (Respostas coletivas, Centros de Alojamento temporário...)

Mais respostas para mulheres
Respostas adequadas a pessoas mais velhas: saúde, acessibilidade, serviços vários – Aldeias
Respostas mais pequenas e diversas – co-gestão da CML
Projeto piloto para PSSA com problemas de Saúde Mental
Diversidade de respostas para diferentes necessidades

Projeto piloto para PSSA idosas
Mais alojamentos com critérios de admissão alargados (casais, animais, consumos...)
Continuidade do modelo “Santa Bárbara”
Mais alojamento sem regras, horários, com mais liberdade
Alojamentos mais específicos às necessidades e problemáticas das PSSA
Centros de acolhimento com inclusão de animais
Mais respostas para casais
Respostas 24 horas com várias valências – replicar “Santa Bárbara”
Mais respostas de transição
Alteração progressiva do tipo de alojamento financiado pela CML: + alojamentos de transição, - alojamentos de emergência.

2.3 Housing First e Apartamentos Partilhados

Aposta em + apartamentos partilhados com acompanhamento
Mais aposta em apartamentos partilhados com equipas de acompanhamento
Apartamentos partilhados
Maior investimento nas vertentes dos apartamentos partilhados
Housing First também com enfoque na autonomização

2.3 Requalificação de respostas existentes

Avaliação do programa de HF
Contruir pontes com a comunidade envolvente
Criação de respostas adequadas às necessidades

2.5 Acesso à Habitação Social / Apoio ao Arrendamento

Mais habitação para integração das PSSA
CML: programa de habitação com acompanhamento
Subsídio de arrendamento (adaptar o que já existe na CML)
Mais imobiliário da CML reabilitado para dar maior resposta de alojamento

Mais parcerias ou maior articulação para que se possa arranjar mais soluções de alojamento
Recolha de informação quanto aos imóveis devolutos para eventual possibilidade de alojamento

2.6 Respostas ao nível da Área Metropolitana

Respostas de alojamento metropolitanas com vagas pagas pelas autarquias

3 – INSERÇÃO

3.1. Recursos Humanos

Equipas que apoiem na criação de competências sociais para as PSSA
Mais acompanhamento técnico em todo o processo de inserção da PSSA
Reforço do follow-up – equipas para as “altas” das respostas
Manutenção do acompanhamento das situações na inserção, como forma de prevenção
Follow-up/comunicação das Entidades que integram a PSSA

3.2 Articulação entre Equipas/Entidades/Partilha de Informação

Sem propostas

3.3. Acessibilidade aos Serviços e/ou Respostas

Garantir o título de transporte gratuito à PSSA no processo de inserção
Passe gratuito para PSSA

3.4. Promoção da Saúde e Desenvolvimento Pessoal

Dar formação em áreas específicas para que possam ser mais facilmente integrados
Arte, Cultura, Desporto para trabalhar competências

3.5. Promoção da Inserção Social e Profissional

Projeto piloto para pessoas com consumos integradas ao nível do emprego/formação
--

Reforçar o Emprego Primeiro Porta Aberta
Circuitos de tarefas de capacitação para uma autonomização no trabalho
Oficinas comunitárias para PSSA e não só: Oficinas/Artes
Trabalhar em parceria com o Centro de Emprego como forma de conseguir inseri-los no mundo do mercado
Financiamento de negócios sociais
Trabalhar em parcerias com Associações/Parceiros para que possam ajudar na integração profissional
Bolsa de emprego apoiado da CML (full-time, part-time)
Espaços cogeridos com Juntas de Freguesia para trabalhar a autonomização (abertos ao público/descaracterizados)
Atividades sócio-ocupacionais para PSSA em espaços culturais (diferentes fases de integração)
“Passe Cultural”, para ingresso em espaços municipais, para PSSA.
Projeto piloto para formação de tutores nas empresas
Espaços diurnos e de lógica comunitária: conviver/ procura de casa, quarto, emprego/Atividades, etc.
+ Centros de Dia com atividades, atendimento, alimentação
Mais Núcleos de Apoio Local com diversas valências
Efetiva bolsa de emprego apoiado na CML para PSSA
Mais atividades diurnas para o processo de inserção de forma a ocupá-los
Protocolos com parcerias (Metro, Carris, Juntas de Freguesia), que apoiem entrada no mercado de trabalho, através de trabalho não especificado
Porta Aberta exclusivo para PSSA
Bolsa/vagas de emprego, para PSSA, na CML
Ajudar a criar pontes entre a comunidade e as PSSA
Criação de centros ocupacionais da CML espalhados pela cidade (alimentação, atividades...)
Bolsa de trabalho para PSSA na CML (jardins, espaços exteriores)

3.6. Descentralização das Respostas para a Área Metropolitana

Sem propostas

4. FORMAÇÃO DOS TÉCNICOS

Plano de formação da CML para a(s) Equipa(s) de rua + supervisão externa
Comunidade de práticas – grupo de reflexão-ação
Supervisão e capacitação dos técnicos
Análises inter-equipas de casos difíceis a partilhar
Formação a todas as respostas de alojamento no modelo “trauma informed care”
Supervisão das equipas

5 . OUTROS (Formulação genérica, imprecisa, propostas transversais)

Apoios e parcerias que neste contexto possam contribuir para mais alojamentos
Acolhimento diferenciado para PSSA imigrantes e PSSA irregulares/não documentadas

PROCESSO PARTICIPATIVO – PARCEIROS DO NPISA

Realizado no dia 25 de julho 2023 | Participantes: 29 participantes de 15 entidades

1. INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE RUA

1.1 Acesso a serviços de satisfação das necessidades básicas

1.1.1 Alimentação

Necessidade de mais respostas locais

Alimentação e balneários gratuitos

1.1.2 Higiene

São necessárias limpezas da Higiene Urbana em articulação com outras Entidades e Serviços.
--

1.1.3 Segurança

Falta de informação e formação da PSP para lidar com a situação

Falta de cacifes

Faltam locais para guardar os pertences

1.1.4 Acesso a Documentação

Necessidade de articulação interministerial (ex, SEF) para dar resposta a necessidades básicas como a legalização

É necessário um Fundo para migrantes para apoio para a documentação - as Embaixadas não apoiam com documentação.
--

Fundo para Migração: CML? SCML?? (documentação)

1.2 Recursos Humanos

Equipas de rua devem ser equipas de emergência e multidisciplinares

As equipas têm de ter competência para conseguir avaliar a situação (ex. equipa multidisciplinar). É importante a diversidade de formações para uma melhor leitura dos casos (ex., assistente social, psiquiatra, etc.)

Técnicos especializados (que não existem)
Para o próximo Plano tem de se definir quais são as atribuições das equipas de rua
Migrantes: necessidade de equipas especializadas para intervir nesta área
Necessidade de ter técnico gestor de caso
Faltam recursos humanos
Colocação de “pares” nas equipas
É necessário mais psicólogos que saibam intervir com esta população
Equipa multidisciplinar na rua: uma ETR com psiquiatria, enfermagem, psicologia, assistente social, um Par, mediadores culturais, tradutores, técnicos especialistas em redução de danos.
Necessidade de maior acompanhamento em psicoterapia/psiquiatria para esta população.
Mediadores culturais para pessoas do subcontinente indiano
Existência de equipas distintas: Uma para trabalhar com uma PSSA que está sem teto há muitos anos, outra para trabalhar com a pessoa que acabou de “chegar” à rua
Criação de uma equipa de resposta rápida que poderá, também, atuar na prevenção
Situações de emergência (poucos dias na rua) vs. Muitos anos na rua: equipas de intervenção diferenciadas?
Integração de pares nas equipas como elementos eliminadores de barreiras na relação (com formação e vencimento adequado às funções)

1.3 Recursos Materiais e Financeiros

Falta apoio para título de transporte
Bibliotecas, locais carregar telemóveis, internet
Proporcionar e divulgar o apoio ao qual as pessoas possam recorrer.
Fundo de emergência para situações de migrantes que não são apoiados pela SCML
Medicamentos – Fundo de emergência Aquisição

1.4 Acessibilidade aos Serviços e/ou Respostas

São também essenciais protocolos com o SEF
Dificuldades na área da saúde: as taxas moderadoras
Horários de atendimento noturno na SCML/UAPSA

É necessário o acompanhamento da pessoa pelas ETR ao hospital, o que não deveria acontecer: os hospitais deveriam estar sensibilizados para esta problemática.
Maior acompanhamento na saúde - toma da medicação
Menos burocracia
Deveria haver logística / burocracia padronizada
Atendimento moroso do SNS
Centro de Saúde vocacionado para esta população
Discriminação das PSSA nos serviços de saúde.
Questões de barreiras linguísticas e da imigração.
Adaptar os serviços às necessidades das pessoas
Seria necessário suporte para pessoas sem gestor de caso, com consumos e irregular.
Serviço de saúde orientado para esta população (tendo como exemplo de sucesso a descentralização do tratamento para a Hepatite C para o GAT)
Existência de respostas padrão em todas as J.F.
Mais vagas no SNS
Plano tem de criar canais diretos de intervenção (ex., Protocolos). Tem de ser a ARS e o Ministério da Saúde a criar canais de intervenção/protocolos para atuar nas matérias envolvendo a saúde.
Centro de saúde para as problemáticas das dependências

1.5 Articulação entre Equipas/Entidades/Partilha de Informação

O Plano deveria incluir a identificação/articulação de todos os recursos necessários em todas as áreas de intervenção;
É necessária uma rede que funcione efetivamente
Os mecanismos de atuação e encaminhamento estão todos enferrujados: ex., alta médica sem alta social, que coloca pessoa em risco
Definir claramente os momentos da intervenção: quem intervém no momento 1? Como intervém? Quando passa para o momento 2? Quem? Como? Etc
Articulação entre as várias Entidades – É essencial criar um mecanismo claro e concertado, esquemas de atuação e responsabilidades claras para cada um.
A fragilidade é que há muitas visões contraditórias entre Entidades no terreno e as associações não conhecem as formas de trabalhar umas das outras;
Não há feed-back das instituições após a sinalização
Sente-se que há muitas instituições e não se sabe para quem encaminhar. A própria pessoa tem de ir procurar ajuda.
Relação de parceria é fundamental

Há diferentes perspetivas na análise dos casos por diferentes Entidades: não deveria ser assim
Formação em forma de partilha de conhecimentos entre instituições (aumentar a iniciativa já existente no NPISA)
Parceiras com o SEF, embaixadas, IMIGRANTES, maior agilização
É essencial criar protocolo efetivo para as altas hospitalares, para evitar saídas para a rua
Criar canais de comunicação e encaminhamento ao nível da saúde mental e dependências
Definir qual o papel da SCML e o papel da CML
Colocar as juntas de freguesia e a segurança social em todo o processo de ajuda

2. ALOJAMENTO

2.1 Criação de Respostas de Emergência

Não temos respostas de emergência (é necessário criar essas respostas): locais onde as pessoas possam pernoitar apenas, sem exigências, sem patamares, apenas dormir e descansar.
Necessários CAE para situações complexas (idosos com consumos)
Criação de Centros de Pernoita

2.2 Transição (Respostas coletivas, Centros de Alojamento temporário...)

Falta ERPI vocacionada para pessoas com consumos
PSSA necessitava de uma resposta temporário que permitisse consumos
ERPI para idosos com consumos
Respostas de habitação assistida para as pessoas que usam álcool e drogas com mais de 50 anos
Respostas para utilizadores de drogas vítimas de violência doméstica
Criação de Centros de Dia e Noite com toma de medicação assistida
Criação de Respostas mais pequenas (mas em maior número) adaptadas às necessidades (consumos, doença mental, idade, emprego, etc.)
Necessidade de respostas adaptadas a jovens
Centro de acolhimento para vítimas de violência doméstica com consumos

Centros de alojamento para PSSA sem gestor de caso, indocumentados, irregulares, Apoio da SCML, Aceite comunidades com consumos de álcool e drogas
Alojamentos para idosos com consumos de substâncias
Residências para pessoas mais velhas e autónomas, com consumos (falta)
Espaços para pessoas mais velhas, de pouca exigência, para sempre!
Necessárias respostas para o pós-alta

2.3 Housing First e Apartamentos Partilhados

Aumento de vagas de Housing First
Criação de respostas de longo prazo

2.4 Requalificação de respostas existentes

Pessoas com quarto não têm os mesmos recursos que as pessoas em centro de acolhimento, colocam-se barreiras à intervenção e acesso a recursos.
Deixar de pensar as respostas ao nível das “escadas” (ex., de alojar com alojamento) e partir do princípio de casa – Housing
A inserção social pode e deve ser trabalhada em qualquer resposta de alojamento: Centro de Acolhimento, Apartamentos Partilhados, Housing First...
Os timings dos projetos (por exemplo 6 meses para a autonomização, não se coadunam com a realidade da dificuldade da procura de habitação).
Falta de vagas: é diferente ser homem ou mulher na rua, por isso deveria haver mais vagas para mulheres.
Melhoria das respostas existentes
A pirâmide deverá inverter, na base devem estar as respostas de médio e longo termo e no topo da pirâmide as respostas de emergência
Maior flexibilidade nas respostas (modelo do CAEM Santa Bárbara)
Maior flexibilidade das instituições nos critérios de admissão e de gestão de regras (ex. UIPSA)
São necessárias mais vagas que vão ao encontro das necessidades das PSSA

2.5 Acesso à Habitação Social / Apoio ao Arrendamento

A nível Macro são necessárias mais respostas de habitação e mais políticas de habitação
Falta de habitação a custo acessível.

Regulamentação da habitação
Maior rapidez nas respostas de habitação/alojamento (casas camarárias, alojamento...)
Respostas de habitação mais acessíveis

2.6 Respostas ao nível da Área Metropolitana

Criar mecanismos de prevenção a nível municipal (ex., políticas de habitação, respostas para jovens que saem de centros de acolhimento, etc)
As respostas são muito territorializadas
É necessário haver mais respostas descentralizadas
Articulação entre C.M. e NPISAS – respostas fora de Lisboa (Falta)
Respostas deslocalizadas de Lisboa, com mais valências/características
Rede de suporte fora da cidade de Lisboa
Respostas têm de ser mais uniformes na área metropolitana fora de Lisboa.

3. INSERÇÃO

3.1. Recursos Humanos

Sem propostas

3.2. Articulação entre Equipas/Entidades/Partilha de Informação

Sem propostas

3.3. Acessibilidade aos Serviços

Sem propostas

3.4. Promoção da Saúde e Desenvolvimento Pessoal

Criação de espaços para “ouvir” as PSSA

3.5. Promoção da Inserção Social e Profissional

Criação de respostas de reinserção
Centros de Dia

3.6. Descentralização das Respostas para a Área Metropolitana

Procura de respostas fora de Lisboa, a nível nacional, com acordos, ao nível do trabalho, habitação, higiene e saúde.

4. FORMAÇÃO DOS TÉCNICOS

Falta de supervisão
As equipas necessitam de tempo e de maior especialização
É importante uma boa formação das equipas em direitos humanos e sociais, nomeadamente para as populações migrantes e LGBTQI+.
Supervisão técnica das equipas
Especialização das ETR (equipas de resposta rápida para pessoas que acabaram de chegar à rua)
Formação técnica

5. OUTROS (formulação genérica, imprecisa, propostas transversais)

Ir à raiz do problema (visão macro) » prevenção. Para haver prevenção tem de se perceber a raiz do problema (ex.: aumento do custo de vida, aumento e escassez de habitação leva a...)
Acordos com Juntas de Freguesia.
Implementar política, a nível nacional, dirigida à imigração, fora do contexto de Lisboa.
Criação e melhoria das respostas de prevenção
Contribuir/prevenir o excesso de entradas de migrantes sem respostas
Projetos com contratos a longo prazo que permitam a especialização das equipas
Criação de observatório das situações em abrigo (cuja identificação das situações não re-traumatize as PSSA).
Inverter a pirâmide: colocar a prevenção (aposta nas respostas de prevenção) na base da pirâmide, seguidas da aposta nas respostas de longo prazo, seguida (no topo) das respostas de emergência.
Espaço de escuta ativa das PSSA e consideração destas opiniões/pensamentos, na construção de políticas públicas.

Continuidade dos programas: renovação ano a ano não é eficaz.
Avaliação de impacto.
Criação de um Observatório – perceber os números.
Deve ser perspectivado, neste plano, o fenómeno dos fluxos migratórios.
O Plano deve ter respostas diversificadas e adequadas para retirar as pessoas da rua
O Plano deve ter como objetivo zero PSSA
É importante dar foco à avaliação qualitativa e concertada.
Seria necessário um mecenas em Lisboa, para o apoiar neste processo, e encaminhar para o CNAIM ou Embaixada.
Falta um plano a médio e longo prazo, deveria ser pensado de 10 em 10 anos e não de 3 em 3. É preciso pensar na sustentabilidade da capital.
É necessária uma política para a imigração: ex., acordos com a agricultura
A LSM deveria ser mudada, para permitir uma intervenção mais rápida e para um maior espectro de situações por parte da PSP
O papel do NPISA é pressionar as tutelas
Possibilitar que exista equipas de autoridade policial especializadas para a intervenção com população sem-abrigo. Possibilita estabelecer contacto de confiança com a “farda”
É necessário que as ETR sensibilizem a pessoa para o autocuidado e “relação” com moradores e outros cidadãos.
Diferenciar as respostas consoante a situação - Ex.: Quem perdeu a casa para o banco necessita de outra casa e não de um centro de acolhimento.
O que falta são respostas de alojamento e mais apoios financeiros
Falta de respostas
Falta de respostas para LGBTQI+: discriminação pelos médicos.
Falta de respostas / lotadas
Falta de alojamentos
“Olhar” as respostas com maior flexibilidade, diversidade e descentralização
Diversidade de respostas
Respostas pulverizadas pela cidade em vez de numa meca central
Respostas diversificadas e com mais qualidade técnica.
Prevenir. Respostas eficazes e distintas para a pessoa em situação de sem abrigo que está a primeira vez na rua e a que está há 20 anos. Melhoria da intervenção. Diferenciação.
Tem de haver respostas variadas para as diversas situações
Respostas mais pequenas e variadas

PROCESSO PARTICIPATIVO – JUNTAS DE FREGUESIA

Realizado no dia 27 de julho 2023 | Participantes: 20 participantes de 12 Juntas

(Avenidas Novas; Alcântara; Alvalade; Arroios; Beato; Belém; Campolide; Campo de Ourique; Misericórdia; Penha de França; Santa Clara; Santa Maria Maior)

1. INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE RUA

1.1. Acesso a serviços de satisfação das necessidades básicas

1.1.1. Alimentação

Necessidade de organizar a distribuição alimentar

Fiscalização da Distribuição Alimentar
--

1.1.2. Higiene

Impacto: insalubridade do espaço público, higiene urbana (tendas), impossibilitar a utilização de espaços verdes por moradores, distribuição alimentar não regulamentada, comportamentos desajustados/insegurança

É importante criar pequenos espaços para tomar banho e fazer a barba.

Respostas que possam servir mais do que 1 território
--

alargamento do horário dos balneários

Isenção de Iva por parte da EPAL nos balneários públicos
--

Mais respostas de higiene e segurança: balneários, cacifos, CAT

1.1.3. Segurança

Sem propostas

1.1.4. Acesso a Documentação

Sem propostas

1.2. Recursos Humanos

Reforço das equipas de rua

serem equipas multidisciplinares
Trabalho com equipa multidisciplinar e criar vários parceiros: saúde, higiene, apoios alimentares, apoio psicológico
deveria haver um reforço nas equipas de rua, reforçando ainda o material.
Necessidade de ETR's com elementos que falem língua francesa e inglesa

1.3. Recursos Materiais

Sem propostas

1.4. Acessibilidade aos Serviços e/ou Respostas

Mais ligação e inclusão com respostas de saúde (saúde em geral e saúde mental – psiquiatria e toxicodependência)
Descentralizar respostas, alargando os serviços básicos para todas as freguesias (balneários, serviços de apoio, equipas de rua)
Deveria distribuir-se os serviços de balneário e de refeitório
A distribuição de recursos deve ser melhorada (colocar os recursos numa zona mais pobre e menos turística da cidade não é o melhor)
Ausência de respostas encaminhamento Saúde Mental – resposta geral e não só do município
Necessidade de respostas de emergência, de saúde e de higiene pessoal

1.5. Articulação entre Equipas/Entidades/Partilha de Informação

Uma plataforma centralizada das intervenções, permitiria uma articulação mais eficaz entre Entidades
Plataforma comum, de forma a haver um registo de fácil acesso e com melhor articulação
Parceiros encadeados: estatais, associações locais, privados.
Tem de haver uma resposta conjunta entre a saúde e o social havendo uma maior articulação (plataforma)
Apoio de SCML e Segurança Social deve ser articulado para não duplicar recursos
Criar uma Plataforma semelhante ao Radar
Reuniões com as equipas de Saúde Mental (trimestrais?)
levantamento e partilha das respostas existentes
É preciso fomentar constantemente a articulação das Entidades

2. ALOJAMENTO

2.1. Criação de Respostas de Emergência

Necessidade de vagas de emergência

2.2. Transição (Respostas coletivas, Centros de Alojamento temporário...)

Criar mais centros de acolhimento especializados
--

Mais unidades integrativas com serviços dignos
--

Necessidade de criar resposta de alojamento dignas
--

2.3 Housing First e Apartamentos Partilhados

Fiscalização das habitações de Housing First
--

Respostas diversificadas (exemplo: Apartamentos Partilhados);

2.4. Requalificação de respostas existentes

Maior flexibilidade de respostas (menos burocracia)

Reorganização e avaliação das respostas existentes
--

Trabalho de acompanhamento contínuo

Acompanhamento sem limite temporal

Tem de haver maior investimento nas respostas existentes
--

2.5. Acesso à Habitação Social / Apoio ao Arrendamento

Mais respostas a nível da habitação, disponibilizar mais respostas a este nível e a burocracia à volta do mesmo deveria ser mais flexível

Mais respostas de habitação: apoios de integração e manutenção
--

Integrar novas respostas habitacionais para novas populações
--

2.6. Respostas ao nível da Área Metropolitana

Necessidade de criar respostas entre Municípios.
--

É fundamental articulação com outras respostas e outros Municípios (Plataforma Supra-Concelhia).
--

3. INSERÇÃO

3.1 Recursos Humanos

Sem propostas

3.2 Articulação entre Equipas/Entidades/Partilha de Informação

Apostar em respostas interfreguesias e interdisciplinares (acolhimento, ocupação, satisfação de necessidades básicas)

Incluir Juntas de Freguesia na avaliação e monitorização das respostas (instituições que prestam apoio a cada freguesia)
--

Resposta integrada com a saúde: saúde mental, dependências
--

3.3 Acessibilidade aos Serviços

Sem propostas

3.4. Promoção da Saúde e Desenvolvimento Pessoal

Sem propostas

3.5. Promoção da Inserção Social e Profissional

É necessário investimento em ateliers ocupacionais
--

Respostas na área do Emprego

Apoio individualizado e contínuo até uma possível vida autónoma

3.6. Descentralização das Respostas para a Área Metropolitana

Sem propostas

4. FORMAÇÃO DOS TÉCNICOS

Sem propostas

5. OUTROS (formulação genérica, imprecisa, proposta transversal)

Dar a conhecer aos fregueses o trabalho que se faz nesta área.
Plano municipal e do país
Deveria existir um maior investimento financeiro
É necessária uma avaliação criteriosa das respostas (Centros de Alojamento/Distribuição Alimentar) e onde são colocadas/instaladas
A população sem-abrigo um problema complexo que acredito não ter uma única solução.
Mais serviços mínimos
Respostas de Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD)
Criar mais respostas e mais diversificadas
Faltam respostas de diversificadas
Nova resposta: plano de saúde para PSSA com a CUF ou a Fundação Champalimaud
Mais respostas para PSSA com problemas de Saúde Mental
É necessário e urgente criar respostas “atípicas”, dimensionadas para a realidade atual.

PROCESSO PARTICIPATIVO – 6.ª COMISSÃO DA AML E VEREADORES DA CML

Durante o mês de outubro de 2023 | Participantes: Partidos PAN, PS, MPT, IL e Gabinete do Vereador do Livre da CML

1. INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE RUA

1.1. Acesso a serviços de satisfação das necessidades básicas

1.1.1. Alimentação

Conciliar as rotas de distribuição alimentar realizadas pelas diversas entidades e grupos informais e melhorar a articulação entre todos, por forma a maximizar a rentabilização dos recursos e evitar desperdício, indo ao encontro das reais necessidades

Constituir uma rede de restaurantes e parcerias solidárias, procurando assegurar uma alternativa à distribuição de comida no espaço público que crie condições para um progressivo incremento na qualidade e no acesso a uma alimentação saudável, regular e digna, em condições adequadas;

Aumentar a disponibilidade de serviços, equipas e infraestruturas que garantem as necessidades básicas (alimentação, vestuário, higiene pessoal, entre outras), considerando as unidades existentes inutilizadas ou indisponíveis.

1.1.2. Higiene

Reforçar a rede de WC's e balneários públicos, bem como de bebedouros, ao encontro do que o LIVRE já propôs noutros momentos,

1.1.3. Segurança

Sem propostas

1.1.4. Acesso a Documentação

Sem propostas

1.2. Recursos Humanos

Garantir a atribuição de gestor de caso a todas as pessoas em situação de sem-abrigo de Lisboa
--

1.3. Recursos Materiais

Sem propostas

1.4. Acessibilidade aos Serviços e/ou Respostas

Assegurar transportes gratuitos e uma melhor acessibilidade aos serviços de saúde às pessoas em situação de sem-abrigo
--

Saúde: aumentar as unidades móveis ao dispor, bem como os serviços de saúde por elas realizados/facilitados

Incrementar o apoio e acompanhamento relativo à saúde mental, um dos fatores que mais influencia a permanência em situação de sem abrigo
--

Devem ser alargados/reforçados os protocolos com Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa

Reforço do acesso aos cuidados de saúde primários e especializados (saúde mental, tratamentos dentários, doenças infecciosas, comportamentos aditivos e dependências), assente num modelo de atendimento e intervenção social integrado.
--

População em situação de sem-abrigo oriunda de outras partes do mundo deve ter subido, (...) é importante contemplar as suas necessidades específicas, por exemplo ao nível das dificuldades no idioma.

Apoiar projetos que tenham por missão diligenciar para que as pessoas em situação vulnerável possam aceder às prestações sociais que estão legalmente previstas, ao cartão de cidadão, aos cuidados de saúde médicos e que ajudem na procura de quartos ou habitações, privado e público, visando uma aprendizagem vocacionada para a prática.
--

Agilização de procedimentos de atribuição de apoios sociais e desburocratização a nível de procedimentos e documentação aquando da sinalização e transição, em particular considerando a inserção dos dados nas diversas plataformas e no atendimento por via telemática.

Priorizar a integração das mulheres que se encontrem em situação de sem-abrigo em respostas habitacionais

1.5. Articulação entre Equipas/Entidades/Partilha de Informação

Reforço da articulação e colaboração com os parceiros, como Juntas de Freguesia, Ministérios, ONG's e IPSS, Segurança Social, Santa Casa, e outros
Criação de protocolos com Instituições de Ensino Superior que permita reforçar o acompanhamento a diversos níveis (por exemplo nas várias vertentes da Saúde)
Desenvolvimento reforçado de campanhas de sensibilização e consciencialização para a problemática, procurando alargar a rede de parceiros, mecenas e colaboradores integrados na mitigação e atenuação das vulnerabilidades desta população, com recurso a dados infográficos e outros materiais
Estabelecimento de acordos e parcerias a fim de assegurar a cedência, administração e acompanhamento gratuito para as unidades locais de medicação psiquiátrica

2. ALOJAMENTO

2.1. Criação de Respostas de Emergência

Constituição e reforço de estruturas alternativas de Alojamento de Emergência
Unidades residenciais pequenas de acolhimento com vagas de emergência, com funcionamento 24h/dia

2.2. Transição (Respostas coletivas, Centros de Alojamento temporário...)

As respostas de alojamento devem ser capazes de criar espaços seguros, com privacidade e adaptados às especificidades e necessidades das mulheres, crianças e pessoas LGBTI+ em situação de sem-abrigo
Criação de centros de acolhimento com menor capacidade e com uma maior flexibilidade em termos de horários praticados

2.3 Housing First e Apartamentos Partilhados

Reforçar o programa de Housing First (principalmente através de imóveis públicos), tornando-se este, inequivocamente, o programa de resposta principal para as Pessoas em Situação de Sem Abrigo (PSSA) no que à habitação diz respeito

Prioridade ao alojamento em Housing First para pessoas em situação de sem-abrigo crónica, com morbilidades associadas, consumos de substâncias psicoativas, doenças crónicas, doença mental, hepatite C, HIV, entre outras
Apartamentos partilhados
Reforço do acompanhamento prestado pelas equipas que gerem os diversos programas existentes de housing first e alargar o acesso a pessoas que efetivamente se encontrem a fazer um esforço em aderirem a um processo de reabilitação e reintegração (clínica, laboral, entre outras);

2.4. Requalificação de respostas existentes

Essas respostas abrangem também os animais de estimação destas pessoas.
Adaptação das respostas de alojamento para permitirem o acolhimento de animais de estimação, tendo em consideração a privacidade, intimidade e independência das pessoas.
Garantir as condições adequadas para acesso e permanência dos animais de companhia detidos por pessoas situação de sem-abrigo em todas as respostas de alojamento

2.5. Acesso à Habitação Social / Apoio ao Arrendamento

Desenhar uma rede de respostas de habitação e alojamento no município, articuladas com a estratégia habitacional a nível municipal e nacional, visando responder às distintas necessidades e fases das pessoas em situação de maior vulnerabilidade e exclusão.
Bolsa municipal de apartamentos de autonomização.
Atribuição de apoio financeiro para alojamento (arrendamento de quartos e/ou habitação, com apoio na procura se requisitado)

2.6. Respostas ao nível da Área Metropolitana

Sem propostas

3. INSERÇÃO

3.1. Recursos Humanos

Sem propostas

3.2. Articulação entre Equipas/Entidades/Partilha de Informação

Sem propostas

3.3. Acessibilidade aos Serviços

Sem propostas

3.4. Promoção da Saúde e Desenvolvimento Pessoal

Criar mais espaços em modelo Drop in para uma resposta integrada: apoio social e psicológico, cuidados de enfermagem, avaliação psiquiátrica, rotinas de higiene (por exemplo, banhos), roupeiro, Internet, telefone, formações de informática, aulas de português e direcionamento para formação e empregabilidade

Criação de centros ocupacionais (com atividades promotoras de desenvolvimento pessoal e social)

3.5. Promoção da Inserção Social e Profissional

Emprego: reforçar o apoio no acesso ao mercado de trabalho, nomeadamente com a disponibilização de técnicos de recursos humanos que possam assistir as PSSA na procura de emprego e na preparação de candidaturas

Criar programas de financiamento e apoio técnico a empresas e entidades que criem postos de trabalho para pessoas em situação de grande vulnerabilidade, como as que se encontram em situação de sem-abrigo, com ou sem consumos de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, migrantes em exclusão social ou pessoas na prostituição

Criação de um programa local específico para a reinserção socioprofissional (eventualmente semelhante ao Vida-Emprego criado em 1998. Não obstante, importa ressaltar que este programa deverá ser dirigido a pessoas que já tenham readquirido algumas das competências pessoais e sociais entretanto “perdidas” pela sua condição de pessoa em situação de sem-abrigo, sob pena de não se ajustarem às exigências do mercado de trabalho);
--

Reforço da implementação de um plano personalizado e individual no domínio da saúde, proteção social, cidadania e integração, em particular atendendo a vulnerabilidades
--

acrescidas e específicas de pessoas do sexo feminino, crianças, idosos e com deficiência
O reforço parcial da componente de apoio à empregabilidade em IPSS e privados, com equivalente redução da mesma componente na CML, através de um programa-piloto de empregabilidade a termo e tempo parcial. Estima-se que um tal programa-piloto poder-se-ia iniciar, de forma facultativa, entre os 12 beneficiários e utilizadores dos apartamentos de transição.
Incremento das oportunidades de formação de Português Língua Estrangeira ou Não Materna.

3.6. Descentralização das Respostas para a Área Metropolitana

Sem propostas

4. FORMAÇÃO DOS TÉCNICOS

Debate alargado e integrado acerca de boas práticas e oportunidades para estimular e aprimorar a operacionalização do Plano e das estratégias, com particular ênfase nas dinâmicas locais e territoriais existentes.
--

5. OUTROS (formação genérica, imprecisa, propostas transversais)

Importa também que lhes seja assegurado o acesso dos animais que têm a seu cargo a cuidados veterinários
Incluir as pessoas em situação de sem-abrigo nas tomadas de decisão relativas às várias áreas, como habitação, tratamento, formação, escolhas profissionais, entre outras, com base na colaboração e escuta mútua, garantindo desta forma a adequação, a adesão e, assim, a eficácia dos projetos.
Importante incluir no novo “enquadramento” (concretamente no “enquadramento europeu”) os objetivos da Plataforma Europeia de Combate aos Sem Abrigo lançada em 21/06/2023 pela Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia

Em geral, defendemos o reforço do orçamento atribuído a esta área, de maneira a financiar novos projetos e alargar os existentes que estejam a contribuir para a erradicação deste flagelo social
Medidas de Prevenção: acreditamos que o próximo PMPSSA deve focar-se não apenas na resposta às situações consumadas, mas também na prevenção (devendo remeter para políticas como a de Habitação, por exemplo)
Reforço da monitorização, desenvolvimento e celeridade da investigação sobre o fenómeno, alargando as unidades responsáveis pela condução e análise de estudos e do controlo da observação efetuada

ANEXO 3

**EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
DO PMPSSA 2024-2030**

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PLANO MUNICIPAL

PREVENÇÃO

ID	Descrição	Orçamento Estimado Anual	Cronograma							Total
			2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
P001	Diminuir o número de pessoas que ficam na situação de sem abrigo									
P.1.1	Promover a produção de documento com a identificação das medidas de prevenção em execução pela CML e respetivos resultados	- €								- €
P.1.2	Promover instrumentos de divulgação das medidas de prevenção em execução pela CML, ajustados aos diferentes públicos	- €								- €
			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
P002	Diminuir o número de pessoas que retornam à situação de sem abrigo									
P.2.1	Garantir o acompanhamento psicossocial da pessoa, de acordo com as suas necessidades e potencialidades, após a saída da rede de respostas municipais de alojamento na cidade de Lisboa	150 000,00 €								900 000,00 €
P.2.2	Garantir o acompanhamento das pessoas beneficiárias da rede de respostas municipais de alojamento durante o período de institucionalização (estabelecimento prisional, internamento hospitalar, comunidade de inserção, comunidade terapêutica)	- €								- €
			- €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	900 000,00 €
P003	Promover a articulação continuada e eficaz com as diferentes áreas da Administração Central (saúde, emprego, migração, ação social, entre outros) e entidades com competência na matéria ao nível da prevenção									
P.3.1	Estabelecer a cooperação com as diferentes áreas ao nível da prevenção na identificação e redução dos obstáculos e barreiras à intervenção	- €								- €
P.3.2	Colaborar com a ENIPSSA e NPISA Lisboa, participando ativamente no domínio da Prevenção	- €								- €
			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
			- €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	900 000,00 €

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PLANO MUNICIPAL

INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE RUA									
ID	Descrição	Orçamento Estimado Anual	Cronograma						Total
			2024	2025	2026	2027	2028	2029	
RO01	Garantir o acompanhamento das PSSA, na condição de sem teto, de forma a reduzir o tempo de permanência em contexto de rua								
R.1.1	Criar uma Equipa Técnica de Rua pluridisciplinar com diferentes níveis de especialização na intervenção (emergência, migração, pares, tradutores, saúde, entre outros)	- €							360 000,00 €
R.1.2	Realizar acompanhamento psicossocial e de saúde das PSSA na condição de sem teto na cidade de Lisboa	- €							- €
R.1.3	Garantir que a cada PSSA, na condição de sem teto, é atribuído um técnico de gestor de caso	- €							- €
R.1.4	Elaborar diagnóstico do fenómeno das PSSA em Lisboa, atualizado mensalmente	- €							- €
R.1.5	Manter e aperfeiçoar o sistema de sinalização em funcionamento	- €							- €
R.1.6	Integrar a escala de prevenção de resposta a sinalizações urgentes no âmbito do NPISA Lisboa	- €							- €
R.1.7	Participar em ações concertadas e integradas que visem a melhoria das condições das PSSA na condição de sem teto	- €							- €
R.1.8	Garantir o acesso a serviços médico-veterinários regulares e de emergência aos animais de companhia das pessoas em situação de sem abrigo que se encontrem em contexto de rua	- €							- €
R.1.9	Colaborar com a ENIPSSA e NPISA Lisboa, participando ativamente no domínio da Intervenção em contexto de Rua	- €							- €
			360 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	360 000,00 €
RO02	Assegurar a existência de uma resposta no âmbito da Saúde em contexto de rua								
R.2.1	Promover a articulação com a ARSLVT e com diferentes estruturas da saúde com atuação na cidade de Lisboa	- €							- €
R.2.2	Manter em funcionamento o Protocolo com o CHPL	- €							- €
R.2.3	Colaborar com a ENIPSSA e NPISA Lisboa, participando ativamente no domínio da Saúde	- €							- €
R.2.4	Assegurar o aumento de unidades móveis de saúde em funcionamento, bem como a extensão dos serviços de saúde por eles prestados	- €							- €
R.2.5	Alargar o Plano de Saúde Lisboa 65+ às Pessoas em Situação de Sem Abrigo	- €							- €
R.2.6	Priorizar o reforço do acompanhamento das Pessoas em Situação de Sem Abrigo no domínio da Saúde Mental	- €							- €
R.2.7	Criar Protocolos com Instituições de Ensino Superior que permitam reforçar a resposta e acompanhamento no âmbito da Saúde	- €							- €
			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
RO03	Criar e otimizar serviços de apoio complementar à intervenção em contexto de rua								
R.3.1	Manter em funcionamento o NAL São Vicente	65 000,00 €							455 000,00 €
R.3.2	Identificar e implementar espaços que reúnam as condições para se configurarem como serviços de apoio complementar em edifício municipal, Juntas de Freguesia ou outros	200 000,00 €							750 000,00 €
R.3.3	Dignificar a distribuição alimentar através da identificação e implementação de espaços em edifício municipal, Juntas de Freguesia ou outros	50 000,00 €							300 000,00 €
R.3.4	Colaborar com a ENIPSSA e NPISA Lisboa, participando ativamente no domínio da Distribuição alimentar em rua	- €							- €
			65000	165 000,00 €	165 000,00 €	215 000,00 €	265 000,00 €	315 000,00 €	1 505 000,00 €
			425 000,00 €	165 000,00 €	165 000,00 €	215 000,00 €	265 000,00 €	315 000,00 €	1 865 000,00 €

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PLANO MUNICIPAL

ALOJAMENTO

ID	Descrição	Orçamento Estimado	Cronograma						Total	
		Anual	2024	2025	2026	2027	2028	2029		2030
A001 Contribuir para a manutenção da Rede de Alojamento coletivo existente na cidade de Lisboa										
A.1.1	Manter o Centro de Alojamento de Emergência Municipal Santa Bárbara em funcionamento (128 vagas)	1 560 000,00 €								10 920 000,00 €
A.1.2	Manter o Centro de Alojamento Temporário dos Albergues Noturnos em funcionamento (15 vagas)	87 600,00 €								613 200,00 €
A.1.3	Manter o Centro de Alojamento de Xabregas em funcionamento (75 vagas)	210 000,00 €								1 470 000,00 €
A.1.4	Manter o Centro de Acolhimento do Beato em funcionamento (271 vagas)	260 000,00 €								1 820 000,00 €
A.1.5	Manter a Residência Solidária de Lisboa em funcionamento (25 vagas)	200 000,00 €								1 400 000,00 €
A.1.6	Manter a Unidade Integrativa para a PSSA em funcionamento (40 vagas)	310 000,00 €								2 170 000,00 €
A.1.7	Manter o projeto Apartamentos de Transição em funcionamento (12 vagas)	100 000,00 €								700 000,00 €
A.1.8	Colaborar com a ENIPSSA e NPISA Lisboa, participando ativamente no domínio do Alojamento	- €								- €
			2 727 600,00 €	2 727 600,00 €	2 727 600,00 €	2 727 600,00 €	2 727 600,00 €	2 727 600,00 €	2 727 600,00 €	19 093 200,00 €
A002 Requalificar respostas de alojamento existentes										
A.2.1	Executar a candidatura do PRR Centro de Acolhimento do Beato (146 vagas)	- €								- €
A.2.2	Requalificar o Centro de Alojamento Temporário Abrigo da Graça (23 vagas)	180 000,00 €								1 260 000,00 €
			180 000,00 €	180 000,00 €	180 000,00 €	180 000,00 €	180 000,00 €	180 000,00 €	180 000,00 €	1 260 000,00 €
A003 Criar respostas de alojamento diversificadas e especializadas										
A.3.1	Executar a candidatura do PRR Centro de Alojamento do Ourives (21 vagas)	- €								- €
A.3.2	Executar a candidatura do PRR Apartamentos de Transição (54 vagas)	- €								- €
A.3.3	Crear o Centro de Alojamento Municipal do Condado (50 vagas)	390 000,00 €								2 340 000,00 €
A.3.4	Crear um Centro de Alojamento Municipal de média dimensão (60 vagas)	459 900,00 €								1 839 600,00 €
A.3.5	Crear projeto-piloto de resposta habitacional municipal, específica e permanente, para PSSA, com idade superior a 65 anos, que não se adaptam às estruturas existentes tipificadas (20 vagas)	160 000,00 €								800 000,00 €
A.3.6	Crear projeto-piloto de resposta habitacional municipal, específica e inovadora, para PSSA com problemas de alcoolismo (12 vagas)	100 000,00 €								400 000,00 €
A.3.7	Crear projeto-piloto de resposta habitacional municipal específica para PSSA com doença mental que não se adaptam às estruturas existentes tipificadas (12 vagas)	100 000,00 €								300 000,00 €
A.3.8	Crear projeto-piloto de resposta habitacional municipal específica para pessoas que se encontram integradas em formação e/ou trabalho (14 vagas)	110 000,00 €								770 000,00 €
A.3.9	Crear projeto-piloto de resposta habitacional municipal específica para pessoas que estão recentemente na situação de sem abrigo (24 vagas)	190 000,00 €								1 330 000,00 €
A.3.10	Crear 2 respostas habitacionais de pernoita diária de carácter imediato com serviços de higiene e alimentação (jantar e pequeno-almoço) para PSSA na condição de sem teto (200 vagas)	1 000 000,00 €								6 000 000,00 €
A.3.11	Crear Unidades Integrativas Locais	- €								- €
			300 000,00 €	1 690 000,00 €	1 850 000,00 €	2 409 900,00 €	2 509 900,00 €	2 509 900,00 €	2 509 900,00 €	13 779 600,00 €
A004 Antecipar o Programa Housing First no presente mandato										
A.4.1	Manter os 2 projetos Housing First destinados, preferencialmente, a pessoas com problemas de saúde mental em funcionamento (100 vagas)	766 500,00 €								5 365 500,00 €
A.4.2	Manter os 2 projetos Housing First destinados, preferencialmente, a pessoas com problemas de dependências em funcionamento (80 vagas)	613 200,00 €								4 292 400,00 €
A.4.3	Manter os 7 projetos Housing First destinados, preferencialmente, a pessoas com outras problemáticas em funcionamento (220 vagas)	1 686 300,00 €								11 804 100,00 €
A.4.4	Antecipar ainda neste mandato, em função da capacidade financeira da CML, até 400 vagas, o Programa Municipal Housing First de forma a responder em cada ano ao aumento as pessoas em situação de sem abrigo em Lisboa	- €								- €
			3 066 000,00 €	3 066 000,00 €	3 066 000,00 €	3 066 000,00 €	3 066 000,00 €	3 066 000,00 €	3 066 000,00 €	21 462 000,00 €
A005 Avaliar e Reforçar o Programa Municipal Housing First										
A.5.1	Avaiar o Programa Municipal Housing First com recurso a entidade externa	75 000,00 €								75 000,00 €
A.5.2	Aumentar o Programa Municipal Housing First de acordo com os resultados da avaliação externa	3 066 000,00 €								7 665 000,00 €
			25 000,00 €	25 000,00 €	25 000,00 €	766 500,00 €	1 533 000,00 €	2 299 500,00 €	3 066 000,00 €	7 740 000,00 €
A006 Promover o acesso das PSSA a Habitação ao abrigo dos Programas Municipais										
A.6.1	Executar as medidas inscritas na CMH, nomeadamente, atribuir, extraordinariamente, subsídio ao arrendamento a pessoas em situação de sem abrigo em processo de autonomização (20 até 2026)	- €								- €
A.6.2	Executar as medidas inscritas na CMH, nomeadamente, aumentar soluções de alojamento para PSSA em património municipal	- €								- €
A.6.3	Divulgar, junto dos parceiros, os Programas Municipais de Acesso à Habitação	- €								- €
A.6.4	Promover o acesso aos Programas Municipais de Acesso à Habitação	- €								- €
A.6.5	Facilitar a identificação de soluções de resposta habitacional no mercado de arrendamento privado	- €								- €
			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
			6 298 600,00 €	7 688 600,00 €	7 848 600,00 €	9 150 000,00 €	10 016 500,00 €	10 783 000,00 €	11 549 500,00 €	63 334 800,00 €

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PLANO MUNICIPAL

INSERÇÃO SOCIAL

ID	Descrição	Orçamento Estimado Anual	Cronograma							Total
			2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
I001	Dinamizar programas de inclusão social e cultural									
I.1.1	Promover o acesso de PSSA à cultura, ao desporto e a outras dimensões de natureza de social, de acordo com os seus interesses e necessidades	- €								- €
I.1.2	Integrar pessoas em situação de sem abrigo em eventos e práticas de natureza cultural e desportiva	- €								- €
I.1.3	Alargar o acesso gratuito aos transportes públicos às Pessoas em Situação de Sem Abrigo	- €								- €
			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
I002	Criar uma Rede de respostas de Ocupação Diurna									
I.2.1	Manter o Centro de Ocupação e Inserção Diurna "Espaço Aberto ao Diálogo" em funcionamento	40 000,00 €								280 000,00 €
I.2.2	Manter o Centro de Ocupação e Inserção Diurna "Orientar" em funcionamento	40 000,00 €								280 000,00 €
I.2.3	Manter o Centro de Ocupação e Inserção Diurna "Academia de Mudança" em funcionamento	40 000,00 €								280 000,00 €
I.2.4	Manter o Centro de Ocupação e Inserção Diurna de Xabregas em funcionamento	40 000,00 €								280 000,00 €
I.2.5	Reativar o Centro de Ocupação e Inserção Diurna "Drop in – Espaço Âncora"	40 000,00 €								280 000,00 €
I.2.6	Criar 2 novos espaços de Ocupação Diurna	200 000,00 €								1 000 000,00 €
I.2.7	Colaborar com a ENIPSSA e NPISA Lisboa, participando ativamente no domínio da Empregabilidade	- €								- €
			200 000,00 €	200 000,00 €	400 000,00 €	400 000,00 €	400 000,00 €	400 000,00 €	400 000,00 €	2 400 000,00 €
I003	Apoiar projetos que promovem a criação de postos de trabalho para PSSA									
I.3.1	Manter a cedência de património municipal para a execução de projetos (É um Restaurante É uma Mesa) que promovem a criação de postos de trabalho para PSSA	- €								- €
I.3.2	Promover a cedência de património municipal para a execução de projetos que promovam a criação de postos de trabalho para PSSA	- €								- €
			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
I004	Potenciar o projeto Emprego Primeiro – Porta Aberta									
I.4.1	Assegurar o funcionamento do projeto Emprego Primeiro – Porta Aberta	150 000,00 €								1 050 000,00 €
I.4.2	Reforçar a articulação com outros projetos, nomeadamente com a RedEmprega	- €								- €
		150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	1 050 000,00 €
I005	Promover postos de trabalho, com base no modelo de intervenção de emprego apoiado									
I.5.1	Integrar PSSA em postos de trabalho na CML, Empresas Municipais e Juntas de Freguesia	- €								- €
I.5.2	Integrar PSSA e pares em postos de trabalho nas organizações da sociedade civil	- €								- €
I.5.3	Reforçar a articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)	- €								- €
I.5.3	Reforçar os recursos humanos que auxiliam as Pessoas em Situação de Sem Abrigo na preparação de candidaturas e formação em literacia digital conexa à procura de emprego	- €								- €
		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
I006	Criar um programa de formação básica e profissional									
I.6.1	Criar um Programa de Formação Básica e Profissional que contemple formação em domínios como o linguístico, o informático, e relativos a ofícios e profissões, designadamente os ligados a categorias profissionais existentes na CML	- €								- €
			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
			350 000,00 €	350 000,00 €	550 000,00 €	550 000,00 €	550 000,00 €	550 000,00 €	550 000,00 €	3 450 000,00 €

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PLANO MUNICIPAL

CONHECIMENTO E COMUNICAÇÃO									
ID	Descrição	Orçamento Estimado Anual	Cronograma						Total
			2024	2025	2026	2027	2028	2029	
CO01 Implementar um Sistema de Avaliação e Monitorização do PMPSSA 2024-2030									
C.1.1	Criar um sistema de avaliação e monitorização interno do PMPSSA 2024-2030	- €							- €
C.1.2	Criar um sistema de avaliação e monitorização externo que avalie o impacto do PMPSSA 2024-2030	10 000,00 €							70 000,00 €
			10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	70 000,00 €
CO02 Participar e colaborar com as Redes nacionais e internacionais em que a CML é parceira									
C.2.1	Colaborar com a Rede Eurocidades, nomeadamente com o Grupo de Trabalho na área das PSSA	- €							- €
C.2.2	Colaborar com o SMES Europa, nomeadamente no Projeto Person First ao abrigo do programa Erasmus +	- €							- €
C.2.3	Colaborar com a ENIPSSA e NPISA Lisboa, participando ativamente no domínio da Monitorização do fenómeno	- €							- €
			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
CO03 Promover a produção de conhecimento na área das PSSA									
C.3.1	Participar na elaboração de artigos científicos	- €							- €
C.3.2	Colaborar e participar em encontros de boas práticas e de aprendizagem mútua ao nível nacional e internacional	- €							- €
C.3.3	Organizar o Encontro anual do PMPSSA 2024-2030	- €							- €
C.3.4	Comunicar, periodicamente, dados relativos ao fenómeno e à execução do PMPSSA 2024-2030	- €							- €
			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
CO04 Distinguir ideias inovadoras e boas práticas na área de intervenção com PSSA									
C.4.1	Atribuir prémio a ideias de inovação para a academia e similares, na área da intervenção com PSSA	3 500,00 €							24 500,00 €
C.4.2	Atribuir prémio, no âmbito da responsabilidade social das empresas, a práticas inovadoras na área da intervenção com PSSA	- €							- €
			3 500,00 €	3 500,00 €	3 500,00 €	3 500,00 €	3 500,00 €	3 500,00 €	24 500,00 €
CO05 Obter financiamento na área de intervenção com PSSA									
C.5.1	Identificar linhas de financiamento na área de intervenção com as PSSA em diferentes matérias	- €							- €
C.5.2	Apresentar candidaturas às linhas de financiamento identificadas	- €							- €
			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
			13 500,00 €	13 500,00 €	13 500,00 €	13 500,00 €	13 500,00 €	13 500,00 €	94 500,00 €